

Organizadores:

Daniel Muniz Rocha do Nascimento

Francisco Ricardo Duarte

Júlio César Costa Ramos

Marcos Alberto de Araújo

Mírian Lucia Pereira



DIFERENTES OLHARES
SOBRE A ÉTICA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

UNIAF

DANIEL MUNIZ ROCHA DO NASCIMENTO
FRANCISCO RICARDO DUARTE
JULIO CEZAR COSTA RAMOS
MARCOS ALBERTO DE ARAUJO
MÍRIAN LÚCIA PEREIRA
(Organizadores)

DIFERENTES OLHARES SOBRE A ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

ALINE BRAGA DE CARVALHO GUEDES
ALLAN RICHARDS DE MELO NUNES MORAIS
ANDREY TAVARES DA SILVA
ANTONIO JOSE GOMES PEDROSA
CINTHIA SAYURI DE MORAIS HORATA BEDOR
DANIEL MUNIZ ROCHA DO NASCIMENTO
FERNANDA COELHO DE FIGUEIREDO SOARES
FRANCISCO RICARDO DUARTE
JULIO CEZAR COSTA RAMOS
LARISSA DE SOUZA LINS MARANHÃO
MÍRIAN LÚCIA PEREIRA
RENAN DE MORAES PERES
ROBERTO RIVELINO ALMEIDA DE MIRANDA
TIAGO GAMA DO NASCIMENTO

Petrolina

Universidade Federal do Vale do São Francisco

2019

Ficha Catalográfica

© 2019 Francisco Ricardo Duarte, Marcos Alberto de Araújo, Mirian Lúcia Pereira, Julio Cezar Costa Ramos e Daniel Muniz Rocha do Nascimento.



Esta obra é distribuída por meio da Licença Creative Commons 4.0 Atribuição/Usos Não-Comerciais/Vedada a Criação de Obras Derivadas (CC BY-NC-ND) em que é permitido o download e o compartilhamento da obra, desde que sejam atribuídos os devidos créditos, mas sem alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Mais detalhes em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D569 Diferentes olhares sobre a ética na administração pública no Brasil / organizadores Francisco Ricardo Duarte et al. -- UNIVASF: Juazeiro, 2019. 275 p. : 21 cm.

ISBN 978-885-5322-005-2

1. Administração Pública - Brasil. 2. Ética. I. Título. II. Duarte, Francisco Ricardo et al (Orgs).. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 354.81

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF

Bibliotecário: Renato Marques Alves, CRB 5 -1458

Prefácio

Em um país continental imerso em dificuldades históricas relacionadas à distribuição da riqueza, à corrupção, à pesada estrutura do Estado, à desigualdade social, entre outros problemas importantes, o debate sobre a eficiência da chamada “máquina pública” ganhou corpo no Brasil nos anos 1990. Na perspectiva da necessidade de se administrar recursos - cada vez mais escassos, para uma demanda, cada vez mais crescente - foi criada uma série de políticas públicas voltadas à busca da eficiência da máquina estatal. Foi como consequência desse contexto, que a Administração Pública passou a ser uma prioridade diante dos olhares de reforma administrativa. Um grupo de docentes que participou do Programa Nacional de Formação de Administração Pública (Pnap) decidiu criar o Mestrado Profissional de Administração Pública em Rede Nacional - Profiap.

No âmbito da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), o Mestrado Profissional em Administração Pública teve início, em 2016, com uma turma de 25 alunos e alunas. Destes, 70% eram servidores da Univasf e os demais oriundos da demanda social, ou seja, não pertencentes ao corpo de servidores da Universidade. Em 2017, abrimos outra turma com 15 discentes. Como decorrência das aulas ministradas, no Profiap/Univasf, surgiu a ideia de oferecer um curso de férias (janeiro de 2018), utilizando a rubrica de Tópicos Especiais, surgindo a disciplina optativa Ética e Responsabilidade Social na Administração Pública, fruto do entendimento do professor Francisco Ricardo Duarte e um grupo de discentes que colaboraram para a construção deste livro. Os trabalhos finais da disciplina foram reunidos em forma de ensaios sobre ética e transformados no livro Diferentes Olhares Sobre a Ética.

O livro é rico em diversidade e percorre o caminho da ética, que permeia os diversos assuntos humanos tratados aqui pela inquietude discente. Temas bem conhecidos do público e já muito trabalhados na perspectiva acadêmica; outros já conhecidos, mas com pouca visibilidade na vida acadêmica. Os capítulos abordam assuntos ligados à Administração Pública tais como: a crise ética e a pós modernidade; a ética e a tecnologia; a ética e a política; ética e processos decisórios; ética e responsabilidade socioambiental; ética, administração, organizações e educação; e, por fim, a ética e as redes sociais, assunto mais contemporâneo

e ainda estranho, ao ambiente acadêmico, mas não menos importante por isso.

Mais do que a diversidade de assuntos correlatos que o tema permite, o que por si só é enriquecedor pelas diferentes abordagens, o leitor e a leitora deverão estar atentos às questões que cada capítulo levanta, tendo em vista que aqui não se pretende oferecer respostas definitivas, mas levantar questões que permitam trazer luz à maneira como enxergamos cada um deles. O esforço despendido aqui é pelo entendimento, tanto daqueles e daquelas que escreveram quanto dos que poderão ler.

Ao tratar do tema ética, automaticamente, entramos na casa da filosofia e do entendimento claro e detalhado dos conceitos. Falar de ética é tratar de códigos sociais que orientam nossa organização de vida e, por isso, também, estamos falando de política, mas política como processo de construção social da realidade pautada no diálogo constante entre sujeitos diversos. Foi dos gregos que herdamos a adequada separação entre a esfera privada e a esfera pública, sendo esta última o lugar da negação do ócio – negócio – e do adequado fazer político baseado na diversidade dos sujeitos. O lugar público é, por excelência, o lugar da diversidade, da diferença, das posições e das disposições contrárias, que abrem mão da utilização do uso da força em detrimento do diálogo, do uso do discurso e da ação, como nos lembra tão bem Hannah Arendt. Os gregos não chegariam a tal formulação da política sem que antes tivessem discutido os caminhos da ética. Não seria possível tal perspectiva sem que a ética fosse a referência primeira para orientar condutas num ambiente formado por sujeitos diversos.

E é desta maneira que a responsabilidade social casa com o interesse público e a república – *res publica* – responsabilidade com o que é público. Tanto a proposta do Profiap quanto a da disciplina Ética e Responsabilidade Social na Administração Pública atendem ao chamado para a construção de um país melhor, pautado no respeito ao outro, na utilização adequada dos recursos públicos para usufruto da sociedade. É neste contexto que livro e mestrado representam iniciativas, formas de ação, para atingirmos um mundo melhor baseado na ética pública.

Prof. José Fernando Souto Junior
Coordenador do Profiap/Univasf
Verão de 2019

Sumário

1. A QUESTÃO ÉTICA E O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS DO BRASIL E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR 09
2. A CRISE ÉTICA NA PÓS-MODERNIDADE E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO ILUMINISTA 33
3. REFLEXÕES ÉTICAS SUSCITADAS PELOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS 57
4. O LIBERALISMO ECONÔMICO E A ÉTICA: REFLEXÕES A PARTIR DE LUDWIG VON MISES 71
5. ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE TOMADA DE DECISÃO 93
6. A RELAÇÃO ÉTICA E POLÍTICA: DO PASSADO AO FUTURO 111
7. ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 133
8. OS DESAFIOS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PNAP COMO INDUTOR DE UMA GESTÃO PÚBLICA ÉTICA E RESPONSÁVEL. 151
9. REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS ÉTICOS E CAMINHOS POSSÍVEIS 173

10. ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	197
11. ÉTICA E CORRUPÇÃO: UM FENÔMENO CULTURAL?	217
12. PRÁTICAS ÉTICAS NA GESTÃO HOSPITALAR	231
13. ÉTICA E TRABALHO: DESAFIOS E SUA VIVÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE	251

A QUESTÃO ÉTICA E O ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS DO BRASIL E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

Aline Braga de Carvalho Guedes

Introdução

O assédio moral é um fenômeno que permeia as diversas relações sociais e tem sido um motivo causador de grande sofrimento na população por afetar a saúde física e mental das pessoas. Nas relações trabalhistas o assédio moral compromete a produtividade, a motivação, causa desgastes entre os pares e contribui para a ocorrência de faltas, agravamento e surgimento de doenças. É caracterizado pela falta de ética, de dignidade e de respeito pelo espaço do outro, tendo em vista que há manipulação dos sentimentos.

A prática do assédio moral vai de encontro às questões éticas, na medida em que difere das normas de conduta aceitáveis para o desenvolvimento do trabalho em uma instituição. Espera-se que os trabalhadores de uma instituição atuem com dignidade, decoro, honra, zelo, honestidade e consciência dos princípios morais. Portanto, o comportamento praticado pelos trabalhadores no ambiente organizacional deve ser pautado em atitudes éticas.

Dessa forma, para que se tenha um ambiente organizacional saudável e respeitoso, as relações devem ser permeadas pelo respeito à dignidade humana, sem discriminações e livre de preconceitos, onde as especificidades e dificuldades sejam aceitas e adaptadas em

conjunto, visando o bem comum.

No Brasil o tema assédio moral no trabalho ainda carece ser positivado no direito através da elaboração de legislação específica para o caso. Muitos projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional, no entanto, apenas alguns seguiram tramitando com a finalidade de serem transformados em lei conforme procedimentos do processo legislativo.

Neste sentido, este trabalho apresentará os principais conceitos sobre assédio moral no ambiente de trabalho, mostrando de que maneira tem afetado as relações entre os trabalhadores, bem como, mostrará o andamento dos projetos de lei que buscam uniformizar os entendimentos sobre o assunto.

Metodologia

O artigo teve como fonte de pesquisa a busca sobre a temática em livros, artigos científicos e materiais disponíveis na internet, para se descobrir o que já tem na literatura sobre o assunto. Portanto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que foi produzida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002).

Com a intenção de conhecer acerca da tramitação dos projetos de lei sobre assédio moral no Brasil, foram coletadas informações extraídas da página eletrônica da Câmara dos Deputados que demonstraram a situação dos projetos de lei existentes e a expectativa de transformação em lei.

Contextualização

A violência é um comportamento que está presente nas relações entre os seres humanos, podendo aparecer de várias

formas e medidas. O homem em seu instinto de sobrevivência traz em sua essência aspectos que para a vida em sociedade não são permitidos, devendo a sua conduta ser pautada na obediência aos valores éticos definidos para a convivência em comum.

No campo das relações de trabalho, uma das formas de violência que pode ser destacada é o assédio moral, que está presente desde o nascimento das relações trabalhistas, no entanto, não era um fenômeno conhecido como o é nos dias de hoje. A diferença entre o passado e o que se vivencia agora, é que antes as práticas eram veladas e pouco discutidas, e atualmente, com o conhecimento e o acesso que se tem a informação e aos direitos trabalhistas, algumas pessoas que se percebem vítimas do assédio moral, tem buscado os caminhos para coibir tais práticas, denunciando os comportamentos que fogem dos padrões éticos.

A discussão é recente e encontra amparo nas áreas da psicologia, medicina, direito e sociologia. A partir dos anos 90 começaram a surgir as primeiras teorias na tentativa de buscar explicações para os danos causados a saúde do trabalhador, decorrentes da identificação de exposição de trabalhadores às situações constrangedoras no ambiente laboral.

Conforme descreveu Freitas, Heloani e Barreto (2008) no livro “Assédio Moral no Trabalho”, nos anos 80 na Suécia, Heinz Leymann¹, cientista alemão considerado o precursor dos estudos sobre assédio moral, começou a investigar sobre as causas de sofrimento no trabalho e chegou a resultados inéditos e preocupantes. Em 1993 lançou a obra “Mobbing:

¹Heinz Leymann nasceu na Alemanha e era doutor em psicologia do trabalho. Na Universidade de Estocolmo na Suécia, pesquisou sobre a relação entre ambiente de trabalho e saúde. Faleceu em 26/01/1999.

Psychoterror am Arbeitsplatz und wie man sich dagegen wehren kann”, traduzido do alemão para o português: “Bullying: psicoterror no trabalho e como se defender contra ele”. O livro destacou a relação entre o ambiente de trabalho e a saúde psíquica dos trabalhadores.

Na França o assunto ganhou destaque através do lançamento do livro “Harcèlement Moral: la violence perverse au quotidien”, traduzido para o português “Assédio moral: a violência perversa no cotidiano” da autora Marie-France Hirigoyen², no ano 2000. Na visão de Hirigoyen (2000 apud PASSOS, 2007, p.127):

O assédio moral no trabalho é definido como qualquer conduta abusiva (gesto, palavras, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho.

No mesmo ano no Brasil, o assunto despontou através do trabalho intitulado “**Violência, Saúde e Trabalho: uma Jornada de Humilhações**”, que surgiu como fruto da pesquisa mestrado da Dra. Margarida Maria Silveira Barreto³. Para Barreto (2000, p.28), a coação moral dos trabalhadores pode ser definida como:

É a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício

²Marie-France Hirigoyen é psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta, sendo mundialmente conhecida como uma das maiores autoridades sobre o tema Assédio Moral no trabalho.

³Margarida Maria Silveira Barreto possui mestrado em Curso de Pós graduação pela Pontifícia Universidade Católica/SP (2000) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). É professora e tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Medicina do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: assédio moral no trabalho, humilhações no trabalho, saúde da mulher trabalhadora e condições de trabalho.

de suas funções, sendo mais comum em relações hierárquicas e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o a desistir do emprego.

Os professores chilenos Sergio Gamonal e Pamela Prado (2006 apud PEDUZZI, 2007, p.26) definiram o assédio moral nos seguintes termos:

Processo constituído por um conjunto de ações ou omissões, no âmbito das relações de trabalho públicas e privadas, em virtude do qual um ou mais sujeitos assediadores criam um ambiente laboral hostil e intimidatório em relação a um ou mais assediados, afetando gravemente sua dignidade pessoal e causando danos à saúde dos afetados com vistas a obter distintos fins de tipo persecutório.

Neste sentido, infere-se que o assédio moral é uma conduta que tem a intenção de fragilizar as relações de trabalho, de atingir em seu íntimo a pessoa que é alvo dos comentários e comportamentos maldosos, e que acaba por afetar a dignidade e comprometer a saúde do assediado.

Assédio Moral no Trabalho

O assédio moral geralmente parte de brincadeiras que parecem inofensivas para o agressor, mas que constituem situações de exposição humilhantes para a pessoa que é alvo das agressões. De toda forma, o assédio só poderá ser caracterizado, a partir do momento em que essas situações passam a acontecer de forma constante nas relações entre os sujeitos envolvidos (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2008). A Cartilha Assédio Moral e Sexual no Trabalho do

Ministério do Trabalho e Emprego (2009, p. 11), informa que:

Tais práticas evidenciam-se em relações hierárquicas autoritárias, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas de longa duração, de um ou mais chefes, dirigidas a um ou mais subordinados, entre colegas e, excepcionalmente, na modalidade ascendente (subordinado x chefe), desestabilizando a relação da vítima.

Conforme Passos (2007) o perfil do agressor geralmente é de uma pessoa que se apresenta como auto-suficiente, bem sucedida e digna de ser invejada, no entanto, essa pessoa geralmente carrega consigo inveja, medo, preconceito, intolerância, insegurança, solidão, ou seja, trata-se de uma pessoa que tem problemas com vínculos sociais e não consegue conviver com o sucesso e crescimento do outro.

Importante que seja destacado que situações de conflitos, decorrentes de desentendimentos, impaciência, falta de educação e mau humor, são fatos que acontecem nas relações interpessoais, no entanto, para que uma prática seja qualificada como assédio, as atitudes devem ser repetidas e com intenção de desqualificar o outro.

As consequências do assédio refletem na saúde do assediado, que passa a ter problemas principalmente de ordem psicológica, tais, como estresse, depressão, ansiedade, mal estar físico e mental. O indivíduo vai aos poucos perdendo a vontade de trabalhar, prejudicando o ambiente de trabalho como um todo, pois a desmotivação e as faltas decorrentes de atestados médicos começam a surgir.

Deste modo, percebe-se no ambiente de trabalho instabilidade e desconfiança, absenteísmo, individualismo, competição destrutiva, o que afeta a produtividade e a eficiência, as relações sociais entre as pessoas com práticas

marcadas pelo desrespeito, falta de ética, e desvalorização do trabalhador. Ainda, o assédio moral é grande causador de transtornos mentais, tem grande interferência nos quadros de depressão e em casos mais extremos pode levar ao suicídio. Portanto, verifica-se que o assédio moral causa danos pessoais, organizacionais e ainda repercute negativamente na sociedade.

Entre as práticas mais comuns de agressão estão a deterioração proposital das condições de trabalho, isolamento e recusa de comunicação, atentado contra a dignidade e violência verbal, física ou sexual (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2008).

Os grupos vulneráveis, dentre os quais incluem-se mulheres, orientação sexual, raça/etnia, pessoas mais velhas, são mais suscetíveis de sofrer assédio moral, pois pela situação de fragilidade temem perder o emprego, submetendo-se a situações humilhantes, constrangedoras e desrespeitosas (PASSOS, 2007). Neste sentido Hirigoyen (2002 apud PASSOS, 2007, p.134) afirma: “mães criando filhos sozinhas, trabalhadores em situação precária que tem, mais que os outros, medo de perder o emprego, e que não fazem parte de nenhuma rede de solidariedade, são as presas mais fáceis”.

Por outro lado, diferente das consequências nocivas que o assédio moral proporciona, o trabalho deve ser fonte de obrigações e reconhecimento, devendo proporcionar ao homem, condições de sobrevivência na sociedade. Portanto, ao ser humano devem ser garantidas condições dignas de trabalho e meios que lhe assegurem qualidade de vida.

Ordenamento Jurídico Sobre o Tema

O ordenamento jurídico brasileiro ainda carece da

tipificação do assédio moral como delito que precisa ser penalizado. A sensação de impunidade é terreno fértil para a prática de comportamentos inadequados, antiéticos e violentos. As pessoas devem ser responsabilizadas pelos seus atos, pois os danos que a prática pode causar à saúde física e mental do trabalhador por vezes é irreversível.

Todavia, caracterizar o assédio moral não é tarefa fácil. Devido ao alto grau de subjetividade em que se situa, é difícil estabelecer um nexo causal entre os fatos alegados por quem sofre o assédio, o que geralmente se comprova através de provas e testemunhas, e a identificação do assediador, para que se possa considerar as penalidades.

No mundo o assunto está incluído no ordenamento jurídico de países como a França e a Argentina. No Chile, Uruguai, Noruega, Portugal, Itália, Suíça, e Bélgica, tramitam projetos de lei. Outros países, tais como Estados Unidos e Espanha embora não tenham legislação específica para o caso, utilizam instrumentos como a analogia e jurisprudência para punir agressores (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2008).

No Brasil o Decreto Federal nº 1.254/94, que promulgou a Convenção 155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de junho de 1981, estabelece em seu artigo 3º, inciso e: que “o termo "saúde", com relação ao trabalho, abrange não só a ausência de afecção ou de doenças, mas também os elementos físicos e mentais que afetam a saúde e estão diretamente relacionados com a segurança e a higiene no trabalho”.

Ademais, os manuais normativos existentes aproximam as infrações cometidas pelos assediadores do que já está positivado, podendo serem utilizados como analogia,

conforme se pode verificar na Constituição Federal, Código Civil e Consolidação das Leis do Trabalho.

A Constituição Federal brasileira menciona em seu inciso X do art. 5º que: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

No mesmo sentido o art. 186 do Código Civil dispõe que: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direto e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Assim, a prática de dano moral a outrem é ilícito e quem der causa deve reparar o dano.

Nas relações trabalhistas o art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, colaciona que o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

- a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;
- b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;
- c) correr perigo manifesto de mal considerável;
- d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;
- e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
- f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

Portanto, embora não se tenha encontrado normativo

específico, a sua ausência não tem sido fator impeditivo da aplicação do entendimento jurisprudencial, fundamentado nos princípios constitucionais. Assim, a falta da legislação correspondente, tem propiciado decisões baseadas no juízo de valor e nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, conforme assevera Peduzzi (2007, p.27)):

A premissa considerada é que apesar da natureza normativa que envolve a interpretação e aplicação dos princípios constitucionais, a matéria não tem se feito acompanhar de um estudo teórico correspondente aos seus significado e equacionamento constitucional, porque a falta de compreensão de seu conteúdo vem propiciando a prevalência de critérios subjetivos e valorativos do julgador na aplicação do direito nessas situações.

Algumas leis municipais e estaduais já tipificaram o assunto. Na esfera municipal, a cidade de Iracemápolis em São Paulo foi a primeira a normatizar o assédio moral. Os servidores públicos que cometerem a infração ficam sujeitos às penalidades de advertência, suspensão com a participação em curso de comportamento funcional, e, demissão. A Lei nº 1.163/2000 define no parágrafo único do art. 1º:

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a autoestima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução de carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com

persistência; subestimar esforços.

Na esfera estadual publicaram leis os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sendo que a lei do Rio de Janeiro é a mais abrangente por ser direcionada ao serviço público e extensiva às empresas permissionárias ou concessionárias (Lei nº 3.921/2002).

No âmbito federal a Lei nº 11.498/2009 que trata da concessão de créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, veda no art. 4ª:

Art. 4º. Fica vedada a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BNDES a empresas da iniciativa privada **cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral ou sexual**, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente (grifo nosso).

Ademais, o que existe sobre a matéria são projetos de lei federais visando positivar o instituto, ao todo 30 (trinta), sendo que estão em andamento 4 (quatro), alguns foram apensados a outros projetos: 18 (dezoito), e os demais foram arquivados – 8 (oito), conforme pode demonstrado no quadro 01:

PROJETO DE LEI	AUTOR	ASSUNTO	SITUAÇÃO
4591/2001	Rita Camata - PMDB/ES	Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral" por parte de servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais a seus subordinados, alterando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Arquivada
4.742/2001	Marcos de Jesus PL-PE	Introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho.	Em tramitação (2017)
4960/2001	Feu Rosa - PSDB/ES	Introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho.	Apensado ao PL 4742/2001

5.970/2001	Inácio Arruda PCdoB-CE	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).	Arquivada
5.972/2001	Inácio Arruda PCdoB-CE	Proíbe o servidor de praticar coação moral contra o subordinado no local de trabalho sob pena de ser demitido.	Apensado ao PL 4742/2001
5887/2001	Max Rosenmann - PMDB/PR	Tipifica o assédio moral, acrescentando artigo ao Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Apensado ao PL 4742/2001
006/2003	Iara Bernardi PT-SP	Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais", para dispor sobre a prática de "assédio moral".	Apensado ao PL 4742/2001
1610/2003	Rogério Silva - PPS/MT	Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral" por parte de servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais a seus subordinados, alterando a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	Arquivada
2.369/2003	Mauro Passos PT-SC	Dispõe sobre o assédio moral nas relações de trabalho.	Apensado ao PL 6757/2010
2593/2003	Maria do Rosário - PT/RS	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre a proibição da prática do assédio moral nas relações de trabalho.	Apensado ao PL 2369/2003
4.326/2004	Maninha PT-DF	Cria o Dia Nacional de Luta contra o Assédio Moral e dá outras providências	Arquivada
33/2007	Dr. Rosinha - PT/PR	Dispõe sobre o assédio moral nas relações de trabalho.	Arquivada
1060/2007	Janete Rocha Pietá - PT/SP	Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de "assédio moral" nas dependências da Administração Pública Federal Direta e Indireta por servidores públicos federais.	Devolvida ao Autor
4.593/2009	Nelson Goetten - PR/SC	Dispõe sobre o assédio moral nas relações de trabalho.	Apensado ao PL 2369/2003
6.625/2009	Aldo Rebelo PCdoB-SP	Dispõe sobre o assédio moral nas relações de trabalho.	Apensado ao PL 2369/2003
6.757/2010	Inácio Arruda - PCdoB/CE	Dispõe sobre o assédio moral nas relações de trabalho.	Aguardando Designação de Relator na CTASP

7.146/2010	Filipe Pereira - PSC/RJ	Cria o Dia Nacional de Luta contra o Assédio Moral e dá outras providências	Apensado ao PL 6625/2009
3760/2012	Edson Pimenta - PSD/BA	Dispõe sobre o assédio moral nas relações de trabalho	Apensado ao PL 4593/2009
6209/2013	Major Fábio - DEM/PB	Acrescenta os art. 199-A, 199-B, art. 462-A e Art. 466-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para impor a observância de critérios no uso da política de produtividade.	Arquivada
6764/2013	Comissão de Direitos Humanos e Minorias	Dispõe sobre as práticas de assédio moral e abuso de autoridade no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta.	Apensado ao PL 6757/2010
8178/2014	Inácio Arruda - PCdoB/CE	Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para caracterizar o assédio moral como ato de improbidade administrativa.	Em tramitação (2016)
2876/2015	Subtenente Gonzaga - PDT/MG	Acrescenta dispositivo no Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar para tipificar o crime de Assédio Moral, na forma que especifica.	Em tramitação (2017)
3368/2015	Subtenente Gonzaga - PDT/MG	Introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho.	Apensado ao PL 4742/2001
4150/2015	Augusto Carvalho - SD/DF	Alterar e incluir dispositivo no Dec-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, quanto à obrigatoriedade de custear tratamento médico em virtude de danos oriundos de assédio moral e sexual comprovados em ação trabalhista.	Apensado ao PL 6757/2010
4384/2016	Cabo Daciolo - S.PART./RJ	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar -, para incluir o crime de assédio moral.	Apensado ao PL 2876/2015
4544/2016	Comissão de Legislação Participativa	Altera o art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para considerar como ato de improbidade administrativa a prática de assédio moral por agente público.	Apensado ao PL 8178/2014
5503/2016	Alfredo Nascimento - PR/AM	Acrescenta dispositivo no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para instituir o crime de assédio moral.	Apensado ao PL 4742/2001

5698/2016	Mariana Carvalho - PSDB/RO	Altera o artigo 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, inserindo a prática do assédio moral como ato de improbidade administrativa.	Apensado ao PL 8178/2014
5719/2016	Cabo Sabino - PR/CE	Tipifica o crime de assédio moral no Código Penal Militar.	Apensado ao PL 2876/2015
7461/2017	Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o assédio moral	Apensado ao PL 4742/2001

Quadro 01: Projetos de lei sobre assédio moral
Fonte: autoria própria

De acordo com o que está demonstrado no quadro 01, observamos muitos projetos de lei com teor repetido, e ainda, que estes demoram muitos anos em tramitação. Desde 2001 se debate sobre o assunto no Congresso Nacional brasileiro e passados 17 anos ainda não há lei em vigor. Assim, compete tecer alguns comentários no que diz respeito aos projetos apresentados.

Projetos de Lei Sobre o Tema no Brasil

O projeto de lei nº 4.326/2004⁴ criava o dia nacional de luta contra o assédio moral, a ser celebrado no dia 02 de maio. Embora não tenha sido transformado em lei, em pesquisa na internet, verifica-se que algumas organizações usam a data para praticar atividades visando o combate das práticas de assédio moral.

A Comissão de Educação e Cultura aprovou o projeto de Lei, nos termos do parecer da relatora, a Deputada Alice Portugal⁵ que afirmou:

⁴Tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267826>

Acesso em: 11 fev. 18

⁵ Deputada Alice Mazzuco Portugal. Partido PCdoB/BA/Titular. Legislatura 03/07, 07/11, 11/15, 15/19

Faz-se necessário, de modo urgente, refletir sobre o problema do assédio moral, bem como estudar suas causas e efeitos. Mais do que isso: há que se encetar ações efetivas que o combatam e que visem a sua erradicação do seio da sociedade. Para tanto, uma data anual de luta contra o assédio moral, como pretende a proposta ora em exame, é uma forma de grande valor educativo e cultural de colaborar coletivamente para esse fim.

Todavia, conforme publicação no Diário da Câmara dos Deputados - DCD de 12/05/05, pág. 17897, col. 02 - letra A, foi arquivado no ano de 2007, DCD de 01/02/2007, pág. 250, com fulcro no art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Resolução nº 17 de 1989) que dispõe:

Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as:

- I - com pareceres favoráveis de todas as Comissões;
- II - já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno;
- III - que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias;
- IV - de iniciativa popular;
- V - de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

No ano de 2010, um novo projeto nº 7.146⁶, foi apresentado com o mesmo teor da data comemorativa, que aguarda a tramitação do projeto nº 6.757/2010.

O projeto de lei nº 2.875/2015⁷ deseja acrescentar o Art. 213-A no Código Penal Militar - o Decreto Lei nº 1.001/1969, tendo em vista a natureza rigorosa da exigência da disciplina a que estão submetidos os militares:

Submeter alguém, por atos repetidos, a tratamento degradante, cuja finalidade ou cujo efeito seja a degeneração das condições de trabalho suscetíveis a afetar gravemente a dignidade física ou mental do militar, ou de comprometer sua integridade moral.

Pena: detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa.

O documento foi encaminhado para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cujo parecer pela aprovação foi dado pelo Deputado Rocha⁸, aprovado em reunião deliberativa ordinária do dia 16/08/2017, publicado no publicado no DCD de 22/08/17, pág. 209, col. 01, letra A. Ao projeto de lei foram pensados os projetos de lei nº 4384/2016 e 5719/2016, no entanto rejeitados.

O projeto prosseguiu em agosto de 2017 para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC da Câmara dos Deputados, para que seja avaliado em relação a sua constitucionalidade e conformidade com os princípios jurídicos.

⁶ Tramitação disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=473618>
Acesso em: 11 fev. 18

⁷ Tramitação disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1701811>
Acesso em: 11 fev. 18

⁸ Deputado Wherles Fernandes da Rocha. PSDB/AC/Titular. Legislatura: 15/19

O projeto de lei nº 2.369/2003⁹ tem por finalidade proibir o assédio moral nas relações de trabalho e estipula indenização no valor mínimo equivalente a 10 (dez) vezes a remuneração do empregado. Foram apensados àquele alguns projetos, e atualmente encontra-se apensado ao projeto de lei nº 6.757/2010¹⁰ que visa inserir a alínea h no art. 483 da CLT, qual seja:

h) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele, coação moral, por meio de atos ou expressões que tenham por objetivo ou efeito atingir sua dignidade e/ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade que lhes conferem suas funções.

O projeto 6.757/2010 foi encaminhado para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Após foram apensados os projetos 3.760/2012, 6.764/2013, 3.429/2015 e 4.150/2015, e o relator o Deputado Assis Melo¹¹, apresentou projeto substitutivo em 2017 abrangendo as questões trazidas nos projetos referidos.

O projeto de lei nº 5.970/2001¹², que visava o alterar dispositivos da CLT para dar ao empregado o direito de rescindir o contrato e exigir indenização em caso de coação moral, teve parecer sugestivo de aprovação, entretanto foi

⁹ Tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=139681>
Acesso em: 11 fev. 18

¹⁰ Tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=465837&ord=1>

Acesso em: 11 fev. 18

¹¹ Deputado Assis Flávio da Silva Melo. PCdoB/RS/Suplente. Legislatura: 11/15

¹² Tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=42147> Acesso em: 11 fev. 18

arquivado no ano de 2007, em face do Artigo 105 do Regimento Interno.

O projeto de lei nº 5.887/2001¹³, apensado ao Projeto de lei nº 4.742/2001, tinha por finalidade introduzir no Código Penal o assédio moral praticado no trabalho como crime, a seguir:

Art. 146-A. Desqualificar reiteradamente, por meio de palavras, gestos ou atitudes, a auto-estima, a segurança ou a imagem do servidor público ou empregado em razão de vínculo hierárquico funcional ou laboral.

Pena: Detenção de (3 (três) meses a um ano e multa.

Ao projeto de lei nº 4.742/2001 foram apensados os projetos: 4.960/2001, 5.887/2001, 5.971/2001, 3.368/2015, 5.503/2016 e 7.461/2017. De acordo com a tramitação disponível na câmara dos deputados no ano de 2017, a matéria ainda não foi apreciada em face de sucessivos encerramentos das sessões e das ordens do dia.

O projeto de lei nº 4.591/2001¹⁴, que teve apensado o projeto de lei nº 5.972/2001, dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral praticados por servidores públicos. O parecer da relatora Deputada Nair Xavier Lobo¹⁵ foi pela aprovação do projeto, no entanto em 2003, foi arquivado em face do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. No mesmo ano foi desarquivado, com parecer favorável do relator Deputado Vicentinho¹⁶,

¹³ Tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=43173>
Acesso em: 11 fev. 18

¹⁴ Tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=28115> Acesso em: 11 fev. 18

¹⁵ Deputada Nair Xavier Lobo. PMDB/GO. 95/99, 99/03

¹⁶ Deputado Vicente Paulo da Silva. PT/SP/Titular. 03/07, 07/11, 11/15, 15/19

sendo novamente arquivado no ano de 2007 sem apreciação.

Por fim, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 8.178/2014¹⁷ que requer caracterizar o assédio moral como ato de improbidade administrativa. Estão apensados os projetos 4.544/2016 e 5.698/2016. O parecer do Deputado Rubens Pereira Júnior¹⁸ é pela aprovação do projeto de lei com emendas e rejeição dos que foram apensados.

Portanto, diante do exposto, podemos concluir que há pelo menos 4 (quatro) projetos de lei em tramitação que podem ser transformados em lei, quais sejam, introdução do dispositivo no código penal e código penal militar, alteração da CLT, e, caracterização do assédio moral como ato de improbidade administrativa.

Assédio Moral e Ética

Não é tarefa fácil estabelecer o nexo de causalidade entre o sofrimento e os danos que afetam a saúde da vítima. Para que fique configurado o assédio moral, tais atos devem atentar contra a dignidade do trabalhador ou seus direitos; ou afetar sua higidez física ou mental; ou comprometer a sua carreira profissional.

A falta de legislação é um problema que acaba por colaborar com a submissão do trabalhador as formas de assédio, uma vez que este se mantém impotente e desprotegido frente a essa questão social. Necessário se faz que todas as práticas que fujam dos padrões de normalidade e levantem suspeitas, sejam denunciadas, com o fim de investigar e punir

¹⁷ Tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=808938>
Acesso em: 11 fev. 18

¹⁸ Deputado Rubens Pereira e Silva Júnior. PCdoB/MA/Titular. 15/19

o agressor que pratica os atos de violência contra o trabalhador.

A questão ética é um problema ainda maior. Os valores relacionados ao dever ser são intrínsecos ao ser, ou seja, cada indivíduo carrega consigo o que apreendeu durante a sua vida. Os valores são reflexos de uma criação, do meio vivenciado e fazem parte da formação do caráter do ser humano. Assim, analisar o assediador e entender as suas atitudes é o primeiro passo para incrementar o combate ao assédio moral no ambiente de trabalho (SILVA, 2007).

Diante das condutas perpetradas passíveis de caracterização do assédio moral, percebe-se que o assediador é um ser covarde e invejoso, que não tem atitudes pautadas em princípios éticos, uma vez que busca meios de satisfazer o seu prazer com atitudes perversas, causando infelicidade no outro.

Considerações Finais

No Brasil verifica-se que o processo de tramitação das leis é lento e burocratizado. Nesta pesquisa, observamos a grande quantidade de projetos de lei sobre o mesmo assunto e o elevado número de projetos que precisaram ser apensados a outros. Deste modo, o rito procedimental fica prejudicado, pois está sempre parando e voltando às análises para que uma matéria não seja repetida e melhor adequada a realidade cotidiana.

Outrossim, percebemos o movimento da máquina pública, muitas vezes em vão, já que ao acabar a legislatura, arquiva-se o projeto que poderia ter sido transformado em lei, o que gera desperdício de trabalho, gasto com publicações e reuniões, entre outros.

No tocante ao assédio moral, é importante que fique

esclarecido que ele não está passando despercebido diante do poder judiciário tendo em vista a quantidade de transtornos à saúde que a prática causa ao trabalhador, bem como o desrespeito aos princípios éticos, pois embora ainda não exista um documento legal específico, a jurisprudência tem sido a fonte para a punição de quem comete o assédio moral contra o trabalhador.

Combater, coibir, prevenir e eliminar a violência no ambiente de trabalho é uma tarefa que tem múltiplas facetas e deve ser enfrentada por múltiplos atores, pois a construção de um ambiente seguro e saudável deve ser um objetivo a ser perseguido permanentemente por indivíduos, grupos, empresas e instituições (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2008).

A lei será mais um instrumento para fortalecer a luta contra essa violência silenciosa e tão danosa a saúde dos trabalhadores. Assim, é necessário juntar provas do assédio, conversar com o agressor na presença de testemunhas, procurar ajuda e buscar os caminhos para denunciar agressores que merecem uma punição.

É preciso que as instituições adotem medidas preventivas, educacionais e disciplinadoras, pautadas em valores éticos, com a objetivo de combater os abusos praticados no ambiente de trabalho, que trazem tantos prejuízos para a vida do trabalhador.

Referências

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.assediomoral.org/>>. Acesso em: 11 fev. 18

BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Uma jornada de humilhações**. 2000. 273 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BRASIL. Cartilha Assédio moral e sexual no trabalho. **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**. Assessoria de Comunicação (ASCOM), 2013. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/publicacoes-do-trabalho/trabalho/outros-assuntos-estudos/item/271-cartilha-assedio-moral-e-sexual-no-trabalho>>. Acesso em: 14 fev. 18

_____. **DECRETO-LEI.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 14 fev. 18

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 fev. 18

_____. Congresso. **Câmara dos Deputados**. Resolução nº 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 21 set. 1989. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1989/resolucao-dacamara-dos-deputados-17-21-setembro-1989-320110->

normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2018

_____. DECRETO No 1.254, DE 29 DE SETEMBRO DE 1994. Promulga a Convenção número 155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de junho de 1981. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 set. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1254.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018

_____. **LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 fev. 18

_____. LEI Nº 11.948, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11948.htm>. Acesso em: 14 fev. 18

FREITAS, Maria Ester de; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio Moral no Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração).

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre:

Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos, 2002. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IRACEMÁPOLIS (SP). Lei Municipal nº 1163/2000. Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da Administração Pública Municipal Direta por servidores públicos municipais. **Diário Oficial**, Iracemápolis, SP, 24 abr. 2000. Disponível em: <<http://consulta.siscam.com.br/camarairacemapolis/arquivo?Id=5455>>. Acesso em: 14 fev. 18

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. Assédio Moral. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, vol. 73, nº 2 abr/jun 2007. Fls. 25 - 45 Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/2303/73-2.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 fev. 18

SILVA, Jorge Luiz de Oliveira da. **Ética e assédio moral: uma visão filosófica**. Moodle FGV online. Disponível em:

<nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/.../etica_assedio_moral_uma_visao_filosofica.doc>. Acesso em: 26 jul. 18

A CRISE ÉTICA NA PÓS-MODERNIDADE E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO ILUMINISTA

Allan Richards de Melo Nunes Morais

Francisco Ricardo Duarte

Introdução e Fase de Euforia

A partir do iluminismo, século XVIII, a ideia da racionalidade intelectual humana, como mediadora apropriada para desenvolvimento social, passa a ser defendida e legitimada por grande parte do mundo. Segundo Araújo (1988, p. 248) o ideário iluminista, mormente referenciado no pensamento *kantiano* (Emmanuel Kant¹⁹), instaura a premissa de que autêntica moralidade somente o será se originada na plena autonomia da vontade e do entendimento. Sobre esse alicerce conceitual, foi edificado um período civilizacional e cultural de grande otimismo e autoconfiança humana.

O referido autor, corroborando Lyotard (1979, 1983) e Vattimo (1985), explica que, por meio do projeto iluminista, concretizado na concepção da sociedade moderna, a humanidade vivenciou um íterim de grande euforia. Esse entusiasmo fundava-se na crença de que o período pós-renascentista proporcionara grandes avanços técnicos,

¹⁹ Immanuel Kant, (1724-1804) foi um filósofo alemão cujo trabalho abrangente e sistemático, na epistemologia (teoria do conhecimento), ética e estética influenciou toda posterior filosofia [moderna]. Um dos principais pensadores do Iluminismo, seu trabalho pode ser compreendido também como a integração e desenvolvimento de tendências iniciadas com o racionalismo (salientando razão) de René Descartes e o empirismo (salientando experiência) de Francis Bacon. Kant iniciou uma nova era no desenvolvimento do pensamento filosófico. (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, 2018).

científicos e filosóficos os quais repercutiriam necessariamente num progresso humanitário nunca antes experimentado. Na visão do pesquisador, valendo-se de uma narrativa histórica universal, o discurso da modernidade apregoara o Iluminismo enquanto grande catalisador de desenvolvimento, sendo encarado como período em que a humanidade progrediu cognitivamente, com rapidez, assim como em termos de liberdade, igualdade e fraternidade. Não é somente a ciência que é considerada universal, mas também os esquemas de valores e a ética da modernidade (SHINN, 2008 p. 51).

Apoiando essa tese, Shinn (2008) explica que, nesse período, o avanço tecnológico esteve altamente associado ao progresso humano. Segundo o autor, a tecnologia estava ligada à *ideologia comteana* (Auguste Comte²⁰) do progresso científico e humano. Esse conceito de progresso inevitável tinha sido enunciado, no final do século XVIII, por Condorcet. Assim, a filosofia de Condorcet e de Comte fundiram-se para tornar-se uma peça central da modernidade (SHINN, 2008, p.47). Em investigação aprofundada sobre eixos que constituíram o projeto iluminista de modernidade e, ainda, baseado nos estudos de Habermas (1987), Shinn (2008) assinala seis conceitos fundamentais constituintes do pensamento daquele período: a epistemologia racional crítica; a “universalidade”; o ideal iluminista de progresso; a diferenciação estrutural; a integração funcional e o

²⁰ O desenvolvimento da ciência e da tecnologia fortaleceu a ideia de progresso, que Auguste Comte definiu como a regra fundamental da sociedade. Em meados do século, XIX, Auguste Comte transformou o progresso em dogma social, por assim dizer. Nas palavras do autor, o progresso se define como “a contínua progressão em direção a um determinado objetivo [...] a melhoria contínua não apenas de nossa condição, mas também e principalmente de nossa natureza” (BREISSER, 2014, 37).

determinismo (SHINN, 2008, p. 46). Sobre esse sustentáculo axiológico, foram elaboradas novas disciplinas, instituições, formas de organização e interação, constituindo um tipo de conhecimento e um sistema epistemológico dominante para estudar o mundo material e social, experienciando-o e nele vivendo (SHINN, 2008, p. 46).

Analisando o construto ideário da era da moderna, Abib (2008) explica que a visão de desenvolvimento humano vigente, à época, baseava-se em filosofias de caráter otimista em que se vislumbrava um futuro pautado em valores como a excelência da racionalidade, cidadania, fraternidade, liberdade e igualdade, mediando as relações entre os indivíduos e Estados. Essa narrativa sustentava-se na ideia de que a ciência descobriria a realidade e a verdade e, portanto, a certeza. A certeza fundamentada no conhecimento da realidade e da verdade favoreceria iniciativas políticas e sociais que promoveriam o progresso e a emancipação da humanidade (ABIB, 2008, p. 423).

Essas mesmas certezas e verdades, respaldadas na racionalidade puramente cientificista, foram utilizadas também para conceber e evocar os valores morais e o discurso ético da modernidade. Aquino (2011, p. 40), apoiando-se nos escritos de Zygmunt Bauman, argumenta que, durante a modernidade, na proporção em que a arquitetura ética prescreve novos modos de agir, o reino do “dever-ser” se torna mais autoevidente, tendo como base fundamentos que podem ser demonstráveis, calculados e previstos. O próprio Bauman (2011) evidencia ainda o caráter prescritivo e positivista da ética na modernidade. O autor explica que ideia vigente era a de que a *legislação deveria ser a principal ferramenta* de reconstrução (vista como um “novo começo”, no sentido mais amplo do termo, um começo desacoplado de tudo que tenha se

passado antes, um virtual “começar do zero”). No caso da condição moral, a legislação dizia respeito a projetar um código de ética: *um código que [...] pudesse realmente prevenir o mal, dando ao ator uma certeza a priori em relação ao que deve ser feito, ao que deve ser deixado de lado e ao que não deve ser praticado* (BAUMAN, 2011, p. 12).

Nesse contexto axiológico, pautado na supremacia da racionalidade técnico-científica, revoluções industriais, sexuais, científicas e mudanças na geopolítica, entre outros fatos históricos, foram construídos. Conforme recapitula Amaral *et al.* (2014, p. 141 e 142) a modernidade foi marcada pela criação e intensificação do modo de produção capitalista, pela separação do poder do Estado e da Igreja e pelos eventos emblemáticos, como a Revolução Francesa e a Reforma Protestante. Além desses eventos, é possível citar o domínio e popularização da energia elétrica, a consolidação dos estados modernos, o surgimento e a expansão de modelos como liberalismo e socialismo, o surgimento do movimento feminista e de contracultura, além da corrida espacial, culminando com a chegada do homem à lua (rompendo os limites da terra).

Por sua representatividade, e consequente impacto social, os referidos acontecimentos modificaram as formas de pensar e produzir no mundo (AMARAL *et al.* 2014). Dessa forma, os eventos e ideias concebidos a partir do iluminismo assumiam um caráter reflexivo. Tendo em vista que fatos históricos e descobertas científicas aguçavam a sensação de progresso social e ampliavam as possibilidades de articulação cognitiva e de pensamento, novos princípios e teorias influenciavam as ações dos indivíduos.

Da Euforia À Desconfiança

Esse cenário aparentemente promissor, aos poucos, foi revelando outras facetas não tão prestigiosas da “autocracia humana”. A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-se por organizações maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecido em ambientes mais tradicionais (GIDDENS, 2002, p. 38).

O contexto global apresenta-se ainda menos promissor com ocorrência de guerras, surgimento de novas doenças - decorrentes da intervenção no meio micro e macrobiótico -, ascensão de novos regimes tirânicos (nazismo/fascismo), adversidades naturais (extinção de espécies e danos à camada de ozônio, etc.). Por consequência, o axioma iluminista, concretizado na sociedade moderna, começa a apresentar seus primeiros sinais de instabilidade.

Araújo (1988, p.248) assinala como meados do século XIX o período em que - pelo influxo de Marx, do darwinismo, de Nietzsche e depois Freud - assiste-se ao começo de um declínio da discursividade da emancipação, a qual constituía ponto fulcral da Modernidade. Ainda segundo o autor, os eventos históricos de natureza semelhante aos descritos no início desse tópico *agudizaram* a impressão de precariedade das hierarquias de valores que sustentavam o período moderno. Merece especial atenção o século XX, com as duas confrontações mundiais, mormente a segunda, cujas manifestações de um selvático e irracionalista barbarismo contribuíram decisivamente para a “desilusão moderna” (ARAÚJO, 2001, p. 248).

Retomando o século XIX, a bibliografia aponta que, no

decurso daquele século, outrora vislumbrado como propício à efetiva realização das promessas modernas de pleno desenvolvimento, experimentou-se um fenômeno de descompasso vital, ocasionado pela fragilização do ideário positivista que imperava. Nesse cenário, paulatinamente, os princípios constituintes da Modernidade, dentre os quais avultavam o progresso, a liberdade, a verdade - fundados numa razão otimista - são sujeitados a um desgaste progressivo (ARAÚJO, 1988, p. 248). Desde então, as consequências do solapamento iluminista passam a repercutir no comportamento moral dos indivíduos, afetando também a solidez de instituições sociais. Sobre esse processo, Abib (2008, p. 426) explica que, com a falência das metanarrativas modernas e a herança de um Estado refém do individualismo possessivo, as diferenças não encontram seus espaços de convivência, explodem ao lado do Estado neoliberal e de sociedades cada vez menos inclusivas.

Já ao final do século XX, o revés do projeto iluminista da Modernidade oportuniza a escalada de um novo paradigma social marcado pela volatilidade do pensamento, das relações e pelo esvaziamento de sentido das ações: a Pós-Modernidade. Para Bauman, (1999, p. 110), a Pós-Modernidade é a Modernidade que admitiu a impraticabilidade de seu projeto original, tanto no que diz respeito à ascensão de um estado de perfeição das coisas (e pleno progresso) quanto na eleição de valores como igualdade, universalidade e antropocentrismo científico, desempenhando o papel de mediadores infalíveis das relações humanas.

Rosa (2016), fazendo um apanhado sobre as perspectivas de pensadores pós-modernos, defende que o homem contemporâneo padece com as heranças negativas deixadas pela Modernidade. Recorrendo a autores para

justificar essa ideia, exemplifica que

para Taylor, a sociedade contemporânea sofre de um agudo mal-estar que tem suas raízes no individualismo, no primado da razão instrumental e num certo despotismo no qual as instituições e as estruturas da sociedade pós-industrial restringem as escolhas. Esse mal-estar manifesta-se numa perda de sentido da vida, na fragmentação da moral, obscurecendo os horizontes morais do ser humano na contemporaneidade. Para MacIntyre, a moral, desde a modernidade, está em desacordo. A linguagem da moralidade contemporânea está em profunda desordem, pois não se possui mais que meros fragmentos de um esquema conceitual que, juntos, não formam mais um todo coerente (ROSA, 2016, p. 1)

Ratificando esse raciocínio, Abib (2008, p. 424) salienta que, com o advento da Pós-modernidade, desabaram os juízos absolutos centrados na descoberta da realidade, verdade e certeza, que nos tornavam semelhantes a ponto de termos projetos comuns de progresso e emancipação. Feitosa (2017, p. 544), versando sobre estudos de Bauman e Bordoni (2016), quanto ao tema em questão, afirma que o entendimento defendido por ambos é de que a Pós-Modernidade se caracteriza pela crise das bases que sustentavam a Modernidade. Os autores sugerem ainda que o legado da Modernidade, como o individualismo, o consumismo e a liberdade desmedida, entre outros, assumidos como propósitos parciais a serem perseguidos pela sociedade, acabam por se configurar como malogros que trazem, em seu revés, ainda mais incertezas e inseguranças aos indivíduos (FEITOSA, 2017, p. 544 e 555).

Como é possível observar, a análise de literatura leva à inferência de que a era Pós-moderna vivencia uma crise de valores e falta de referências ética e moral capazes de abarcar a complexa experiência humana da atualidade. Abib (2008, p.

4242), já em contraponto à universalidade e verdade baseada na racionalidade cientificista, chama a atenção para o fato de que somos diferentes e precisamos perceber e compreender a existência de dissensos e de conflitos. E esse parece ser um dos grandes desafios da atualidade. Conforme Gonçalves e Wyse (1996, p. 15), na obra *Ética e Trabalho*, em consequência da crise dos valores humanistas, vivenciamos uma sociedade marcada pelo egoísmo das relações sociais, pela valorização do "tirar vantagem", pela ausência de solidariedade humana, pela indiferença para com a miséria alheia e pela tolerância com a corrupção e a impunidade.

Investigando o Problema da Ética na Pós-Modernidade

Entre os possíveis fatores associados ao desajuste experimentado pela sociedade pós-moderna, parece razoável discutir a seguinte hipótese: essa sociedade pode estar, ainda, sob a influência da premissa moderna de negação da ética pré-iluminista (baseada em valores romanos/cristãos) e, ao mesmo tempo, estar frustrada com os desdobramentos da promulgação da racionalidade humana enquanto cerne social. Consonante a essa hipótese, observa-se que, em um movimento pendular, alguns autores pós-modernos sugerem o resgate da filosofia grega, sobretudo nas figuras de Platão e Aristóteles, como alternativa para uma refundação moral. Nesse sentido, Rosa, (2016-II, p. 10), explorando o pensamento de Alasdair MacIntyre, explica que este último

apresenta, então, a ética aristotélica das virtudes como uma possível saída para a profunda crise da moral, em nossa época. Em seu retorno à ética de Aristóteles percebe-a como um elemento central para a recuperação da racionalidade do discurso moral, demasiadamente fragmentado do mundo contemporâneo. Esse retorno à ética aristotélica não acontece mediante um mero saudosismo do passado ou uma supervalorização do

mesmo, mas atualizando, segundo referenciais históricos, o importante fato de que a humanidade se constitui historicamente, projetando-se para o futuro com atitude sempre nova.

Abordando a influência do pensamento ético pré-iluminista e seus desdobramentos para a sociedade, Senra (2007) argumenta que a ascensão de um referencial ético que sobrepunha a natureza humana, teve por consequência a criação de um arcabouço valorativo verdadeiro, em si, mas que não se refletia na realidade cotidiana. “Religiosidade ‘platônica’? Filosofia ‘cristã’?”, questiona Senra (2007, p. 8). Respondendo, em seguida, com a afirmativa de que a invenção dos *transmundos* [enquanto padrões comportamentais inalcançáveis] é a armadilha em que estamos metidos desde então. No entanto, esclarece o autor, essa problemática não foi montada por gregos ou cristãos, ou certo discurso teológico-filosófico, mas por muitos que talvez não os tenham compreendido e ensinaram o engano da fuga do mundo (SENRA, 2007, p.9).

Em sua obra, o pesquisador supracitado explora ainda a inviabilidade do caráter prescritivo da ética iluminista baseada (exclusivamente) na verdade científica, considerando que esses valores também seriam inadequados para uma axiologia ética pertinente, uma vez que, como pode ser observado, ao longo da história, foram incapazes de prever os desdobramentos do antropocentrismo com suas contradições e limitações. Assim, arremata o autor, o problema da crise ética não é tanto o de uma crise de valores, mas, sobretudo, o pensar a partir de valores ultramundanos e sobre-humanos (SENRA, 2007, p.8).

Enredado por tais valores, que parecem não se ajustar à experiência social, o sujeito pós-moderno sente-se atraído

pelo *niilismo*²¹ ; possivelmente, como consequência da frustração decorrente de sua experiência de autocracia. Nesse sentido, Senra (2007, p. 7) afirma que o problema da crise ética deve ser nomeado filosoficamente como o problema do niilismo. Trata-se de uma crise de metas, de valores e de sentido. Diante dessa conjuntura, Araújo (1988, p. 251) questiona: o que pode a ética fazer num mundo como este, no qual o avanço implacável do niilismo se opõe à legitimação dos ideais morais? A interrogação pode soar como um convite à reflexão sobre o indivíduo na qualidade de agente que vivencia e produz a realidade.

A produção bibliográfica da pós-modernidade denota que essa análise está em decurso. Ao que sugere a literatura acadêmica, o homem tem se desvencilhado do projeto de Modernidade ao passo em que lança um olhar crítico sobre os valores, instituições e acontecimentos que sustentaram esse projeto. Refutando a supremacia da racionalidade científica, Shinn (2008, p.49) recorre aos enunciados de Paul Forman quando este afirma que o tempo da ciência está definhando devido à falta de confiança em seu domínio. A ciência produziu incontáveis desastres. A fé pública na ciência está abalada.

Indicando um marco da catástrofe humanitária resultante de vicissitudes do cientificismo moderno, Shinn (2008, p. 50) afirma que, para alguns observadores, a

²¹ O niilismo consiste numa reação à filosofia moderna e seus pressupostos, sobretudo, seu essencialismo e seus argumentos transcendentais. São considerados pais da Pós-modernidade niilista, especialmente, Nietzsche e Heidegger. Para Nietzsche, o niilismo é a falta de finalidade; o desaparecimento dos valores tradicionais provoca perda de sentido, pois, se a vida carece de um fundamento último, o homem se sente à deriva. A história não tem um fim último, falta-lhe um princípio organizador que lhe dê unidade. (CARRARA, 2012, p. 56).

destruição dos princípios do progresso irreversível e do bem na ciência terminou com a explosão, em 1945, da bomba atômica. Como já foi dito, o ensejo e as consequências da Segunda Guerra Mundial possivelmente contribuíram para corroborar a contestação do caráter autorreferencial do pensamento iluminista.

Assim, na sociedade pós-moderna, fica comprometida a crença na ciência que é tecida a partir do raciocínio epistemológico acadêmico mantenedor e também mantido por valores como universalidade e determinismo.

O declínio do pensamento moderno decorre, também, da constatação de que tais valores não estão no mesmo passo que a descrença, o ceticismo, a complexidade [...] o caos e a não-linearidade da pós-modernidade (SHINN, 2008, p. 49). Aos poucos, os indivíduos parecem se dar conta de que a inventividade, o raciocínio lógico e a capacidade de sistematização de pensamento e ações compõem somente uma faceta do ser humano e de sua produção. Nessa mesma perspectiva, a tentativa do exercício de controle total sobre o meio ambiente e a capitalização sociocultural, por assim dizer, há muito têm manifestado sinais de possível desgaste e limitação.

Como observa Abib (2008, p. 423), mais uma vez elucidando as análises de François *Lyotard*, ao observar o cenário geopolítico legado da modernidade, constata-se que o resultado foi, por exemplo, a riqueza do Norte e a pobreza do Sul, o despotismo da opinião praticado pela mídia, o desemprego, a desculturação produzida pela escola, guerras e totalitarismos. Para Shinn (2008, p.47) o desencantamento do indivíduo deriva da falta de perspectiva, do fracasso ou da desesperança na felicidade devido a certos progressos

agressivos da máquina tecnológica. Ainda segundo o autor, a racionalidade tornou-se desacreditada e a confiança no progresso colapsou na medida em que a ciência contribuiu para a produção de bens de consumo e para uma deterioração ambiental (SHINN, 2008, p. 50).

Nesse contexto, uma mistura de frustração, apatia, medo e descrença, em um projeto coletivo, podem contribuir para que pessoas se voltem cada vez mais para si. Egoísmo, vaidade, hedonismo e violência encontram solo fértil na consciência dos indivíduos expressando-se em comportamentos antissociais como isolamento, competitividade extrema, uso de psicoativos, “humanização de coisas e animais” seguida da “objetificação” das pessoas. Para Araújo (1988, p. 252) o tecnicismo figura como um dos responsáveis por um processo de desumanização generalizado na Pós-modernidade. Explorando o fenômeno do esfriamento das relações humanas, Bauman (2003, p. 21) exorta sobre o império de uma cultura consumista. Nesse contexto,

a promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas estas características e prometem o desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultado sem esforço (BAUMAN, 2004, p.22).

Para Amaral et al. (2014, p.144) o indivíduo nascido desse processo é o pior *inimigo do cidadão*, uma vez que tende a ser indiferente ou descrente em relação ao bem comum ou à noção de uma sociedade justa, como pretenderia o cidadão. Em contraponto, explorando a temática do reconhecimento de atributos valorativos/morais, capazes de abarcar fenômenos de interação para além do gênero humano, Urzúa (2013, p. 9) explica que, em 1975, com a publicação do livro "Animal

Liberation" de Peter Singer, o debate começou dentro da ética ambiental, sobre os direitos dos animais e do bem-estar animal, trazendo à tona considerações sobre os interesses morais dos seres vivos.

Essa dualidade, aparentemente inconciliável, em que cresce a visão pragmática dos vínculos humanos e floresce a preocupação com o caráter subjetivo e moral dos animais, serve, na verdade, para ilustrar a complexidade da consciência e das relações sociais na Pós-modernidade: cenário fluido e em perpétua transformação em que as regras do jogo mudam no meio da partida sem qualquer aviso ou padrão legível (BAUMAN, 2003, p. 48).

Em Busca de Alternativas Para Um Referencial Ético na Pós-Modernidade

Ante a conjuntura social, da Pós-Modernidade, questiona-se sobre a possível existência de uma solução para a reintegração do homem com os valores éticos que buscam a viabilização de uma sociedade justa, equânime e responsável para com os outros e com a natureza. O “caminho de volta” parece difícil, principalmente, quando considerado o imenso esforço da modernidade em legitimar o cientificismo humano enquanto suficiente referencial para a vivência ética.

Como foi visto, durante a concepção axiológica da era moderna, o homem voltou-se para si, utilizando exclusivamente (ou ao menos majoritariamente) seus próprios juízos, sua própria perspectiva para “medir e domar o mundo”. Nessa tentativa, o sujeito moderno pode ter “esquecido” de que é parte integrante (e pequena) desse mundo, dessa coletividade. De acordo com Gonçalves e Wyse (1996, p. 14) a sociedade ocidental contemporânea tende a pensar a ética apenas na perspectiva do indivíduo. Raciocínio inviável, uma

vez que a dimensão ética, apesar de orientada pela razão individual, está sempre voltada para a vida pública dos homens.

O homem moderno, seduzido pela proposta de um “insulamento moral”, por assim dizer, talvez tenha desconsiderado o fato de que, tentando reconfigurar a sociedade e o espaço natural — *empoderado* por uma crença irracional em sua própria racionalidade — mexia e abalava seus próprios alicerces existenciais. Postura socialmente insustentável considerando que, conforme aponta Rosa (2016, p.1), ao tratar sobre pensamento de Macintyre, o indivíduo é elemento constituinte de um contexto social. Assim sendo, realiza diversos tipos de ações que estão interligadas, entre si, e que trazem resultados positivos tanto para o sujeito que as exerce, quanto para a comunidade na qual ele vive. Ratificando essa reflexão, a referida autora argumenta que

o ser humano se constitui para além de sua individualidade, considerando sua relação com os outros, com o meio ambiente, com as tradições, narrativas e práticas do seu grupo ou comunidade. Cada indivíduo desenvolverá a sua formação moral de acordo com as virtudes valorizadas individualmente e, também, no seu entorno, na sua comunidade, grupo e tradição (ROSA, 2016, p4).

Ainda sobre essa temática, a pesquisadora alerta para necessidade urgente de desenvolvimento de um referencial ético e moral capaz de, mantendo e respeitando as necessidades individuais, processar e viabilizar a vida em comunidade, sempre, em interlocução com o outro, com a cultura, com a história. Ou seja, um novo paradigma que ultrapasse o individualismo radical, que, em última análise, conduz o indivíduo à perda de identidade, à indiferença, à banalização da vida (ROSA, 2016, p. 16).

As consequências do antropocentrismo exacerbado da modernidade repercutiram na sublimação das limitações e transitoriedade da razão humana. Objetivando a busca de certezas, dentro de si, ignorou-se uma das características mais marcantes do ser: a inconstância, a inexatidão e a eterna inquietação que faz avançar o delinear histórico da humanidade. O homem, esse ser contraditório, tem como condição básica estar insatisfeito com sua situação (GONÇALVES e WYSE, 1996, p. 13). Ao negar essa natureza, proclamando um autodomínio baseado na racionalidade científica, com seu aparente caráter objetivo e universal, o projeto iluminista produziu um cenário paradoxal fundado na relativização dos valores e ações. O relativismo que vigora - possivelmente, como consequência do avanço de uma racionalidade tecnicista e instrumental - é incapaz de promover um horizonte de solidariedade, dignidade e responsabilidade como ideais éticos (ARAÚJO, 1988, p. 249).

Ainda assim, apesar de a sociedade ocidental aparentemente ter ido muito longe, outras formas de organização social e tribal — perspectivas distintas de vivência baseadas na espiritualidade, na sabedoria (que difere do intelecto) e a própria história da humanidade — tornam possível a experimentação e crença em alternativas de arranjos sociais viáveis ao mundo pós-moderno. Abordando o surgimento de correntes de contestação ao modelo social da modernidade, Shinn (2008, p. 8) explica que

a burocracia e a racionalidade da organização total da sociedade e do indivíduo enfrentaram um ceticismo crescente à medida que grupos minoritários começaram a insistir na legitimidade ou na igualdade de sistemas alternativos de epistemologia não cientificamente sustentados. A descrença na ciência e as dúvidas acerca de muitos aspectos relacionados à modernidade proporcionaram, assim, um terreno fértil para a reflexão

anti-moderna e para a emergência da visão de mundo pós-moderna.

Se há uma lição que a sociedade moderna deixou, é a de que o ser humano é capaz de se reinventar e substituir princípios e atitudes que considere inadequados ao seu tempo (ou ao novo tempo que se queira construir). Sintonizados, Gonçalves e Wyse (1996) explicam que a ordem humana é “artificial” sendo construída a partir da experiência dos indivíduos ao longo da história. O homem não a recebe pronta, como herança genética. Ele tem que inventá-la, construí-la e reconstruí-la; dar-lhe uma forma satisfatória ao atendimento de suas necessidades e aspirações, que mudam com o passar do tempo (GONÇALVES e WYSE, 1996, p. 10).

Instaurada a crise, esta pode ser vista como uma rica oportunidade de mudanças. Corroborando com essa ideia, Shinn (2008) argumenta que, mesmo diante de grandes desafios, a exemplo da necessidade de refundação axiológica na Pós-modernidade, a espécie humana nunca pode esgueirar-se do passado, nem perscrutar seu futuro; não há lugar, seja para o desencantamento, seja para a esperança perplexa (SHINN, 2008, p. 15).

Consequentemente, para além do debate analítico sobre moralidade no tempo pós-moderno, agir parece torna-se imperativo, um vez que, conforme afirma Bauman (2011, p. 378) uma nova ética é extremamente necessária para uma nova era. Senra (2007, p. 10) enfatiza que contra a retórica vazia, [são necessários] o compromisso e as atitudes. Essa ação demandará reflexão, autocrítica e reconciliação com a perspectiva da natureza humana enquanto algo falível, que não se pretende digna de tanta confiança e euforia como outrora pensou a sociedade moderna. Esse processo demandará ainda ponderar sobre possíveis consequências do individualismo,

característico do sujeito pós-moderno e sobre o resgate da consciência de coletividade da experiência social (Bauman, 2011).

Confrontando a prevalência dos interesses egoístas em detrimento do bem comum, Bauman (2011, p. 382) argumenta que

a vida não tem de ser assim. O espaço que coabitamos pode ser (consensualmente) bem estruturado. Nesse espaço, em que muitas das coisas vitais para a vida de cada um de nós (transportes, escolas, hospitais, trabalho) são compartilhadas, podemos nos ver uns aos outros como condições, mais que como obstáculos, para nosso bem-estar, coletivo e individual.

A prática ética deve, portanto, fazer coincidir o plano do individual e do coletivo, uma vez que, para ser virtuosa, a ação deve visar o bem comum, indo ao encontro do interesse da coletividade (GONÇALVES e WYSE, 1996, p. 14). Em outras palavras, a questão ética, e seus desdobramentos, apresenta-se, assim, como um conflito, simultaneamente, uma busca pela conciliação entre o que ele (o homem) deve fazer e o que quer fazer (GONÇALVES e WYSE, 1996, p. 13).

Diante dessa necessidade de conciliação, desenvolvendo e experimentando construtos valorativos, ao longo de sua existência, a humanidade pode ter percebido que, mesmo inalcançáveis em sua plenitude, os valores éticos motivam, ordenam e dão sentido meritório às ações do sujeito em prol da coletividade. Assim, a necessidade de princípios morais - operando como artifícios referenciais para condução da vida em sociedade - parece ser inerente ao homem.

Gonçalves e Wyse (1996, p. 13) argumentam que o homem se mostra, por natureza, um ser dividido: é racional, mas, também, é animal; é consciente, mas, também, é

inconsciente; é público, mas, também, tem uma dimensão privada, particular. Na tentativa de conduzir, da maneira mais assertiva possível, o desenvolvimento do sujeito concomitantemente à sua relação com o outro e com o meio,

contemplamos o universo ético, o universo da construção de um homem idealizado, bem como de uma sociedade ideal, mais humana, na qual igualdade e liberdade prevaleçam como valores supremos. É porque queremos nos tornar mais humanos que buscamos construir uma sociedade possível, melhor do que a sociedade real (GONÇALVES e WYSE, 1996, p. 13 e 14).

Entretanto, a tessitura da ética pós-moderna apresenta-se como exercício complexo e desafiador. Sobre esse imperativo, Senra (2007, p.7) alega que a situação do ser humano, na sua construção e do mundo, tem que se ver, nessa tarefa, com um material de difícil compreensão e manuseio. O autor observa ainda que o desafio ético deve estar relacionado ao compromisso com a vida e com o mundo (SENRA, 2007, p.10).

Ao que tudo indica, refundar princípios como honradez, nobreza, lealdade e retidão implicará rememorar que, como defendeu Aristóteles em “A Política”, o homem é um ser social. E, por isso, a experiência de compartilhamento deve ser um eterno ajuste entre o que o indivíduo gostaria de ser (pelos próprios interesses) e o que precisa ser (para o bem da coletividade). Ora, sendo necessário à vida em sociedade, o bem coletivo poderá se refletir no bem individual do sujeito. É sobre esse alicerce argumentativo que se desenvolvem ideias como a “ética da alteridade”.

Segundo Abib (2008, p. 425), o que uma ética da alteridade busca é, precisamente, compreender o outro, sendo, por isso, a *ética da compreensão ou hermenêutica*. Em outras

palavras, essa concepção pode ser também nomeada a Ética da Alteridade. Aprofundando a discussão sobre os fundamentos e a nomenclatura da proposta ética em questão, o autor explica ainda que a sensibilidade hermenêutica forma-se no dialogismo, na escuta amorosa da voz do outro, na imaginação da experiência, da situação, do lugar e tempo do outro (ABIB, 2008, p. 425). Abib ressalta ainda o caráter imprescindível das relações de reciprocidade enquanto propiciadoras de uma compreensão mútua da interdependência existente entre as pessoas.

Consonante a essa proposta, Rosa (2016) explica que o conhecimento do indivíduo, sobre si, depende também de quanto este aprende com os outros a seu propósito. Ou seja, o homem só pode conhecer a profundidade de sua natureza durante o processo de interação com outros seres humanos. Para a autora, existem percepções valorativas a respeito do sujeito as quais não podem ser avaliadas através da autoanálise do indivíduo, pois carecem de um nível de imparcialidade que só pode ser alcançado na perspectiva do outro.

Diante do exposto, é possível depreender que o ser humano tem a necessidade dos outros, no sentido de discutir com os demais a compreensão de sua própria situação particular (ROSA, 2016, p 12). Portanto, a concepção ética da pós-modernidade tenderá a lograr êxito na medida em que conduzir o homem contemporâneo a compreender sua responsabilidade para consigo e para com os outros, o que demanda um aguçado censo de autocrítica e sentimento de coletividade.

Para tanto, é preciso considerar a necessidade de colaboração na realização das relações que dão à vida um sentido e, assim, lançar-se em busca das virtudes necessárias

para tal empreendimento (ROSA, 2016, p 12). Desse esforço, possivelmente, será forjada uma experiência ética na Pós-modernidade, baseada na solidariedade - em uma racionalidade sóbria, capaz de reconhecer seus limites - e no compromisso com o próximo e com mundo.

Referências

ABIB, José Antônio Damásio. **Ensaio sobre desenvolvimento humano na pós-modernidade**. Psicologia em estudo: Universidade Estadual de Maringá. Maringá, v. 13, nº 3, p. 417-427, jul./set. 2008.

AMARAL Shirlena Campos de Souza et al. **Modernidade e Individualismo sob a Ótica de Bauman e Giddens**. InterSciencePlace, v.1, nº29, p. 138-175, abr./jun. 2014. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/26671928-Modernidade-e-individualismo-sob-a-otica-de-bauman-e-giddens-the-theory-of-modernity-and-individualism-based-on-bauman-and-giddens.html>>. Acesso em 10 abr. 2018.

AQUINO, Sérgio Ricardo Fernande de. **Ética e Moral no Pensamento de Bauman**. Cadernos ZygmuntBauman. São Luis, nº. 2, p. 35-47, Jul. 2011.

ARAÚJO, Luís de. **Pós-Modernidade: Um desafio para a Ética**. Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional Moderno – Pós-Moderno. Lisboa: Universidade de Lisboa – Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

ARISTÓTELES. **A Política**. Traduzido por Mário da Gama Kury. Brasília. Editora Universidade de Brasília – UNB: 1997.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. Estado de crise. Rio de Janeiro, Zahar: 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em Fragmentos: sobre ética pós-moderna**; Traduzido por Alexandre Werneck. Rio de Janeiro, Zahar: 2011.

_____. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**; Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar: 2004.

_____. **Comunidade, A busca por segurança no mundo atual**. Traduzido por Plínio Dentzien Rio de Janeiro, Zahar: 2003.

_____. **Modernidade e ambivalência**; Traduzido por Marcus Antunes Penchel Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. São Paulo, n°93, pp.33-60. set. / dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2018.

CARRARA, Paulo Sérgio. **Itinerarium mentis in Deum per nihilum: O niilismo como desafio ao cristianismo**. Revista Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, v. 44, n° 122, p. 53-68, 2012.

ENCICLOPÉDIA Britânica. **Immanuel Kant**. Disponível em <<https://academico-britannica.ez21.periodicos.capes.gov.br/levels/collegiate/article/Immanuel-Kant/108443#>>. Acesso em 10 abr. 2018.

FEITOSA, Rodolfo Rodrigo Santos. **Crise, uma condição intrínseca à modernidade: realidades e horizontes da sociedade contemporânea**. Soc. estado., Brasília, v. 32, n°

2, p. 541-546, Aug. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922017000200541&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 abr. 2018.

GONÇALVES, Maria H. B; WYSE, Nely. **Ética e trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional. SENAC/DN/DFP, 1996.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HABERMAS, J. **The political discourse of modernity**. Cambridge: MIT Press, 1987.

LINS, Maria Judith Sucupira da C. **Educação Moral na Perspectiva de Alasdair MacIntyre**. Rio de Janeiro: Access, 2008.

LYOTARD, J. F. *La condition postmoderne, rapport sur le savoir*. Paris: Minuit, 1979.

_____. **Le différent**. Paris: Minuit, 1983.

_____. **Le postmoderne expliqué aux enfants**. Paris, Edition Galilée, 1988.

ROSA, Aléssia. **A constituição do self e a fragmentação da moral na modernidade: uma interface entre Taylor Macintyre**. Synesis. Petrópolis, v. 8, nº. 2, p. 1-18, ago/dez 2016.

_____. **A ética das virtudes de Alasdair Macintyre: implicações para a moralidade contemporânea**. Ética e Filosofia Política. Porto Alegre, v. 8, nº. 2, p. 33-45, dez. 2016-II

SENRA, Flávio. *O desafio da crise ética*. Horizontes. Belo Horizonte, v. 4, n.º. 8, p.7-10, jun. 2007.

SHINN, T. **Desencantamento da Modernidade e da Pós-Modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento**. Scientle Studia. São Paulo, v.6. n.º.1. p.43-81, 2008.

URZUA, J. A, L. **A ética do meio ambiente: princípios e valores para uma cidadania responsável na sociedade global**. Acta bioeth. Santiago, v.19, n.2, p.177-188, Nov. 2013.

VATTIMO, G. **La fin de la modernité : nihilisme et herméneutique dans la culture post-moderne**. Paris: Seuil, 1985.

REFLEXÕES ÉTICAS SUSCITADAS PELOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

ANDREY TAVARES DA SILVA

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sob o impacto das tecnologias na conduta ética dos indivíduos, a partir de conceitos do que venha a ser a ética e a moral na sociedade pós-moderna e contemporânea. Os avanços tecnológicos do último século – computadores, energia nuclear, engenharia genética, internet – aceleraram as transformações sociais, culturais e econômicas em nossa sociedade. Esse cenário, de mudanças constantes e rápidas, é inédito para o pensamento moral e ético.

A moral e a ética fazem parte da vida em sociedade. Para Romiero (2009) o conjunto de valores estabelecidos ao longo dos tempos formam a moral. Ou seja, a moral está diretamente relacionada com a temporalidade, uma vez que as normas – que definem o que é certo ou errado – mudam no decorrer da história, a moral também se altera.

Romiero afirma que:

Ética é a parte da filosofia que busca refletir sobre o comportamento humano do ponto de vista das noções de bem e de mal, de justo e de injusto. Tem duplo objetivo: a) elaborar princípios de vida capazes de orientar o homem para uma ação moralmente correta; b) refletir sobre os sistemas morais elaborados pelos homens. Portanto, ética é a consciência filosófica aplicada à moral (ROMIERO, 2009, p. 29).

Percebemos que os conceitos de moral e ética convergem para um ponto, sendo esta um produto da moral. A moral é o conjunto de regras estabelecidas para o convívio em sociedade. A ética é uma análise crítica dessas regras sob a perspectiva da filosofia. Como resultado, as reflexões éticas, podem contestar e propor mudanças nas regras estabelecidas pela moral.

A sociedade pós-moderna exige das organizações um alto grau de tecnologia e inovação. Todos os dias novos produtos e serviços chegam ao mercado e outros ficam obsoletos. Essa busca acelerada por inovação proporcionou o surgimento de novas tecnologias – data mining, manipulação genética, energia nuclear, redes sociais – que alteram a maneira de indivíduos e organizações agirem na sociedade.

Portanto, dada a relevância do que é moral e ético em se tratando do uso das tecnologias, iremos analisar as novas questões éticas e morais provocadas pelas inovações tecnológicas da sociedade contemporânea. Assim, este artigo está estruturado da seguinte forma: introdução, método, desenvolvimento da temática – ética e tecnologia na sociedade contemporânea, reflexão sobre as novas questões éticas e considerações finais.

Método

Buscou-se identificar na literatura a fundamentação teórica dos temas abordados. O método de pesquisa constituiu no levantamento bibliográfico dos conceitos, juntamente com análise de artigos e acontecimentos relevantes sobre a utilização das tecnologias.

Os conceitos e assuntos relativos ao tema utilizados para elaboração desse trabalho, de forma resumida, estão

relacionados no quadro 01:

Quadro 1: Temas éticos e seus respectivos autores abordados nesse artigo.

Conceitos	Autores
Ética	ROMIERO (2009); DUPAS (2001); BAUMAN (2017)
Medicina	FRIAS (2013)
Tecnologia	PINTO (2005)
Data mining	XU (2014); JIANG (2014); WANG (2014); YUAN (2014); REN (2014)
Energia Nuclear	XIANG (2011); ZHU (2011)

Fonte: Elaboração do autor (2018)

Através das ideias e conceitos desenvolvido por esses autores em seus trabalhos, este artigo traz reflexões sobre o impacto que algumas das tecnologias desenvolvidas no último século tiveram no comportamento moral e pensamento ético da sociedade contemporânea.

Desenvolvimento

Tecnologia e Ética na Sociedade Contemporânea

Para Pinto (2005) o conceito de tecnologia pode ser compreendido sob quatro perspectivas: no sentido etimológico, no sentido de conhecimento técnico, no sentido de desenvolvimento produtivo e no sentido ideológico. Na percepção etimológica, o termo tecnologia é de origem grega, formado por tekne (“arte, técnica ou ofício”) e por logos (“conjunto de saberes”). É utilizado para definir os conhecimentos que permitem construir e modificar o meio

ambiente, com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas.

Se observarmos a tecnologia apenas como uma ferramenta para construir alguma coisa, seremos incapazes de percebermos as implicações morais e éticas que a mesma possui. Para perceber as implicações éticas, é necessário observar as transformações no comportamento dos indivíduos, uma vez que, esse comportamento poderá refletir na conduta moral do indivíduo na sociedade.

Para Dupas (2001) o desenvolvimento tecnológico contemporâneo teve um “turning point” a partir do momento em que o sistema capitalista passou a ser o único fomentador da inovação. Dupas escreveu: “o capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a de amarras metafísicas e orientando-a única e exclusivamente para a criação de valor econômico (DUPAS, 2001, p. 14).

Como consequência da ênfase na criação de valor econômico, é perceptível uma maior valorização da técnica em detrimento dos valores éticos e das normas morais. O “sabe-fazer” afastou-se do “saber-porque-fazer”. Enquanto um é focado em resultados pragmáticos, o outro possibilita ter uma maior amplitude dos resultados de suas ações, englobando suas implicações éticas.

Ainda segundo Dupas, esse novo comportamento alterou de maneira negativa a forma de agir dos indivíduos:

A dominação do econômico sobre o social operou sucessivas degradações, primeiro do “ser” para o “ter”, em seguida do “ter” para o “parecer-ter”. Às atuais massas excluídas resta apenas o “identificar-se-com-quem-parece-ser-ou-ter” através do espetáculo a distância, um virtual feito real pelas mídias globais (DUPAS, 2001, p. 102).

Esse comportamento foi potencializado com o surgimento das redes sociais. A popularização da internet a partir dos anos 2000 permitiu as redes sociais ocuparem um grande espaço na vida social e cultural dos indivíduos. Surgiram diversas redes: o Myspace (2003), o LinkedIn (2003), o Orkut (2004), o Facebook (2004), o Twitter (2006), o Instagram (2010), o Google+ (2011). O Facebook é a maior rede com 1 bilhão de usuários ativos e tem como proposta conectar familiares, amigos, conhecidos e organizações em uma rede de interesses comuns e compartilhados.

As pessoas (jovens, em sua essência) estão formando suas opiniões espelhadas nas idéias dos chamados *digital influencer*, buscando o “identificar-se-com-quem-parece-ser-ou-ter”. Os influenciadores digitais são pessoas bem relacionadas nas redes sociais, com alcance de voz e imagem a milhões de pessoas.

Além das redes sociais, o desenvolvimento das TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação – nas últimas décadas permitiu o desenvolvimento de uma nova tecnologia para gestão de grande quantidade de dados – o data mining. Essa tecnologia permite analisar e descobrir padrões em grandes conjuntos de dados. Possibilitando criar mecanismos automatizados para identificar tendências de comportamento a partir do relacionamento de informações de diversas fontes de dados. Para Xu, Jiang, *et. al.*, (2014) a crescente popularidade e o desenvolvimento das tecnologias de data mining trazem uma séria ameaça à segurança das informações confidenciais dos indivíduos.

Sob a perspectiva da privacidade, o uso das TICs precisa ser analisado com cautela. Ao mesmo tempo, em que o acesso confidencial e irrestrito a rede permite a livre e rápida

propagação de novas idéias, como por exemplo a *Primavera Árabe* (série de revoltas populares contra diversos governos nacionais do mundo árabe), o surgimento de sites como o *Wikileaks* (organização sem fins lucrativos que publica em seu site documentos confidenciais vazados de governos e empresas), ela também pode ser usada para vigiar a própria sociedade civil, como por exemplo as denúncias feitas por *Snowden* (*de que programas de computadores foram desenvolvidos pelo governo americano para espionar seus indivíduos e organizações*), assim como para práticas de crimes virtuais.

Outra área com avanço significativo foi a biogenética. As novas perspectivas da biomédica com o avanço das pesquisas sobre a manipulação genética do DNA humano podem alterar alguns valores morais da sociedade. Dessa forma, surgiu novas questões éticas para reflexão, como a possibilidade de análise do genoma humano para realizar modificações genéticas em indivíduos.

Na verdade, segundo Frias (2013), os avanços na área biomedicina ao longo do tempo sempre trouxeram ao debate novas questões éticas:

Desde os anatomistas do século XIV e dos fisiologistas do século XVII, de *The Descent of Man* até a genômica funcional e as pesquisas com células-tronco embrionárias humanas, a biologia empreendeu/motivou questionamentos sobre os fundamentos de nossa visão do homem (FRIAS, 2013, p. 2).

Por se tratar de conhecimento teórico difícil de ser explicado para quem não é da área, a evolução das pesquisas genéticas não é de conhecimento comum. Até que uma notícia na mídia chame a atenção e novas questões morais e éticas são levantadas.

Para Frias:

Tais questionamentos, porém, se tornam presentes à sociedade em geral especialmente quando resultam em tecnologia médica, especialmente através da invenção de fármacos (inclusive vacinas, antibióticos, anestésias, psicotrópicos, anticoncepcionais etc.), que alteram significativamente a fisiologia humana, e de intervenções cirúrgicas agressivas (transplantes, hemodiálise, transfusão de sangue, próteses etc.), que artificializam o corpo humano. No entanto, esses questionamentos tornaram-se urgentes quando os avanços em tecnologia médica chegaram à reprodução humana através de técnicas de reprodução assistida (fertilização in vitro, inseminação artificial, barrigas-de-aluguel, descarte seletivo de embriões etc.) (FRIAS, 2013, p. 2).

Outra tecnologia que surgiu no último século foi a da energia nuclear. A energia nuclear é considerada uma fonte de energia eficiente do ponto de vista econômico, que reduz as emissões de gás carbono. Por outro lado, o combustível nuclear e os resíduos são altamente nocivos ao meio ambiente. E os efeitos de um acidente são catastróficos, vide Chernobyl e Fukushima. Para Xiang (2011, p. 4) as questões éticas sobre a energia nuclear estão na comparação entre os benefícios e riscos, o impacto catastrófico de acidentes nucleares e na legislação específica para o tema.

Novas questões

Iremos perceber que novas questões surgem quando o surgimento de uma nova tecnologia altera (aumenta ou diminui) o poder dos indivíduos e organizações. A busca pela inovação, em alguns casos, pode levar ao surgimento de tecnologias onde o seu propósito por si é um novo dilema.

Por exemplo, a biomedicina e a biogenética através do

desenvolvimento de métodos para manipulação de genes do DNA, clonagem biológica de indivíduos com o objetivo de obter organismo transgênicos biologicamente “melhores” para um determinado fim, é eticamente questionável do ponto de vista moral e do ponto de vista biológico.

Para Frias (2013) esse debate possui uma grande quantidade de questões que ele estruturou da seguinte forma:

a) Problema da Pesquisa: testes de técnicas de intervenção genética em adultos devem ser realizados quando não há tratamento possível? E em fetos e embriões? A pesquisa com células-tronco embrionárias deve ser permitida? E a clonagem terapêutica?

b) Problema dos Organismos Geneticamente Modificados: temos o direito de interferir na estrutura dos organismos (vegetais, animais e bactérias)? Organismos geneticamente modificados podem aumentar a dependência dos países subdesenvolvidos?

c) Problema da Propriedade Intelectual: É possível haver um proprietário de genes e outras parcelas de DNA (ou proteínas ou RNA)? Se sim, quem tem o direito? Como deve acontecer a participação das empresas privadas no patenteamento das biotecnologias genéticas, gênicas e genômicas?

d) Problema da Liberdade: genes são responsáveis pelo comportamento das pessoas? Há implicações quanto à responsabilidade moral e legal dos agentes nas descobertas genéticas?

e) Problema da Reprodução: quanto os pais devem poder decidir na reprodução assistida? Como isso pode afetar o futuro da criança? Como distinguir entre terapia e

melhoramento?

f) Problema da Desigualdade: como a informação genética pessoal afetará a percepção social e individual das pessoas? E das comunidades minoritárias? A intervenção genética é uma ferramenta ou um empecilho à justiça distributiva? Sua liberação aumentará a desigualdade social?

g) Problema da Privacidade: quem deve ter acesso à informação genética pessoal? Estado, seguradoras, empregadores, tribunais, escolas, agências de adoção, militares, polícia?

O fato é que o campo da engenharia genética está se desenvolvendo para permitir ao homem entrar em um laboratório e alterar o “algoritmo” de criação da vida. Algoritmo testando e aprimorado desde o surgimento da vida na terra com base em um método de tentativa e erro tendo como objetivo de perpetuação da vida. No nosso modelo, estamos motivados pela busca de valor econômico, o que pode “quebrar” a estabilidade do algoritmo anterior.

Outro exemplo, é a relação da privacidade com a liberdade e com a segurança no uso das TICs. Pertencemos a uma cultura que preza pela transparência e, ao mesmo tempo, a não garantia da proteção da privacidade dos indivíduos. Isso é um dilema.

O anonimato e a liberdade no uso das redes sociais permitem a propagação de novas ideias em uma velocidade e alcance sem precedentes. Essas características contribuíram para a Primavera Árabe, que em um período curto de aproximadamente um ano, modificou os regimes de três países - Tunísia, Líbia e Egito. Movimentos semelhantes no passado, levaram décadas para atingir o mesmo resultado.

Ao mesmo tempo, essas mesmas características são utilizadas para a prática de crimes virtuais como *cyberbullying*, estelionato, comércio ilegal e terrorismo. Esses fatos estão sendo utilizados pelos governos como justificativa para implementar legislações e agências estatais para supostamente monitorar as atividades ilegais praticadas.

No entanto, as denúncias feitas pelo caso Snowden, mostraram o que os governos não conseguem impor limites a si mesmo. Certamente se os governos dos estados árabes tivessem acesso as tecnologias da *NSA - National Security Agency*, a Primavera Árabe não teria atingindo os mesmos resultados.

O desenvolvimento da tecnologia de energia nuclear também trouxe novas questões éticas. Por exemplo, a preferência por fontes de energia com base em queima de carbono e nuclear – poluentes e de alto impacto ao meio ambiente – prevaleceu sobre as opções de energia renováveis e não poluentes. Certamente essa preferência nos permitiu acesso a energia mais barata, porém, são extremamente prejudiciais e perigosas ao nosso meio ambiente.

Para Xiang:

No mundo ocidental, o utilitarismo é uma teoria dominante que valoriza o máximo bem-estar para a maioria das pessoas. Se alguém aplica a visão do utilitarismo ao programa de energia nuclear, as questões-chave são: o programa de energia nuclear maximiza o bem-estar da maioria das pessoas e existem opções alternativas para alcançar o mesmo resultado? Os defensores da energia nuclear, incluindo muitos governos em todo o mundo e organizações internacionais, enfatizam que a energia nuclear é sustentável, limpa e, em geral, segura, deve ser desenvolvida para substituir a energia de combustíveis fósseis (Newton-Small, 2005). Eles afirmam que os

acidentes são casos isolados e que não devem dissuadir a humanidade de usar energia nuclear (XIANG, 2011, p. 7).

Sob essa perspectiva o desenvolvimento e o uso da energia nuclear é benéfico já que produz uma energia mais limpa em relação a queima de combustíveis fósseis. E os riscos de acidentes é aceitável perante os benefícios proporcionados pelo uso da energia nuclear. Para Xiang (2011) esses riscos também podem ser minimizados com a adoção de políticas e normas adequadas no uso dessa tecnologia.

Considerações Finais

A ação do homem pós-moderno está pautada nos princípios do sistema econômico, libertando-se de amarras metafísicas, das idéias do iluminismo e orientando suas ações na busca de valor financeiro. Este sistema estimula o homem optar pelo “ter” em detrimento do “ser”, com isto o comportamento social pode estabelecer julgamentos em que os fins justificam os meios.

O estímulo econômico certamente permitiu um avanço acelerado e resultados pragmáticos para sociedade. Entretanto esta motivação deixa de lado ou dar menos importâncias para outras perspectivas, como a ambiental, a ética e a moral.

Sobre o uso da energia nuclear, Xiang (2011) defende que a ela pode ser utilizada de uma maneira sustentável e ajudar a reduzir a emissão de gases poluentes. Para isso as autoridades e a indústria precisam adotar uma abordagem mais rigorosa sobre os programas nucleares, melhorando a segurança, a gestão de riscos e exigindo uma divulgação completa e aberta com ao público.

No pêndulo entre liberdade e segurança no uso das TICs,

podemos resgatar o as idéias de Bauman (2017) de que a nossa civilização é uma gangorra entre liberdade e segurança (via Estado), ao escolher a liberdade, é preciso abrir mão de segurança; ao escolher segurança, é preciso abrir mão de liberdade. Ele caracterizou esse pensamento como uma dicotomia, que em sua opinião, é insolúvel.

Já Dupas (2001, p. 119) defende o controle social sobre o uso da tecnologia – o setor privado tomou conta das grandes decisões. Deve haver um resgate no papel do estado: “Na sociedade pós-moderna, o Estado, se autêntico representante da sociedade civil, deveria ter a função de garantir essas condições que permitam fazer prevalecer a justiça sobre o valor econômico”. Sob esta perspectiva, certamente é necessário aprimorar o modelo estabelecido para encontrar um meio de alinhar objetivos econômicos imediatos com sustentabilidade ambiente a médio e longo e uma reflexão dos princípios morais e éticos com mais capilaridade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt; Dessal, Gustavo (2017-05-04). **O retorno do pêndulo: Sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido** (Kindle Locations 35-38). Zahar. Kindle Edition.

DUPAS, Gilberto. **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FRIAS, Lincoln. Ética e genética: a moral da medicina genética corretiva. **Veritas**, v. 58, n. 1, 2013, p. 99-117.

LEI XU, Chunxiao Jiang; WANG, Jian; YUAN, Jian; REN, Yong. Information Security in Big Data: Privacy and Data Mining. In: **IEEE Access**, vol. 2, pp. 1149-1176, 2014.

PINTO, A. V. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005. v I e II.

ROMEIRO, Artieres Estevão. **Fundamentos Filosóficos: Noções de Ética, Estética, Política e Metafísica**. Batatais-SP: Claretiano, 2009.

XIANG, Hui; ZHU, Yi. The Ethics Issues of Nuclear Energy: Hard Lessons Learned from Chernobyl and Fukushima. **The Online Journal of Health Ethics**. v. 7, n 2. 2011, artigo 6.

O LIBERALISMO ECONÔMICO E A ÉTICA: REFLEXÕES A PARTIR DE LUDWIG VON MISES

Antonio José Gomes Pedrosa

Introdução

Para muitos, tornou-se consensual que a economia de mercado baseia-se em princípios que estariam distantes da ética. No liberalismo econômico, as regras do “bom convívio social” seriam inteiramente infringidas não havendo espaços para o bem-estar coletivo, pois o bom comportamento seria a exceção. Essa crença induz à compreensão de que o liberalismo econômico e a ética caminhariam para lugares opostos. Entre eles não seriam possíveis pontos de convergências, já que os valores humanos, desejáveis a qualquer civilização avançada, não poderiam encontrar amparo moral nos princípios individualistas, baseados na propriedade privada dos meios de produção e na economia de mercado (SUNG e SILVA, 2011).

Como poderia então a ética buscar sustentações aceitáveis no aumento da pobreza, da desigualdade, na exploração ou no espólio? Esses não seriam “propriedades privadas” aos preceitos liberais? Não seriam esses os resultados de suas verdadeiras promessas à humanidade? Seria, no mínimo, incomum olhar de outra forma para possíveis “laços” do liberalismo econômico com a ética. Não faria sentido pensar que as práticas liberais poderiam caminhar em direção a uma conquista ética. Se fosse tentado descrever uma sociedade que historicamente pôde vivenciar condutas éticas, a partir dos pressupostos do liberalismo

econômico, o espanto tomaria conta da maioria dos leitores.

Nesse contexto, de reflexões, Sowell (2017, p.09) afirma que muitas coisas “são passíveis de crença apenas por serem consistentes com uma visão de mundo amplamente difundida – sendo esta visão aceita como substituta dos fatos.” No campo científico, parece prudente deixar de lado o que se tornou comumente presente na mente das pessoas e investigar até que ponto a crença na interpretação antiética dos preceitos liberais estaria consubstanciada numa ‘visão de mundo amplamente difundida’? A partir das reflexões do economista da escola austríaca Ludwig von Mises, pretende-se buscar explicações a respeito da relação entre o liberalismo econômico e a ética.

Para facilitar o discernimento ressalta-se que o liberalismo econômico a ser tratado, nesse texto, levará em consideração os pressupostos da tradição clássica interpretada por Mises. O liberalismo clássico, como continua a ser conhecido, na Europa, defende essencialmente a liberdade individual, a propriedade privada, o livre comércio e a paz. Segundo Woods (2010), autor do prefácio à edição de 2010 da obra o “Liberalismo”, esses seriam, pois, os princípios fundamentais dos quais todo o resto do programa do liberalismo econômico pode ser deduzido.

Nesses termos, visa-se, sobremaneira, a partir das reflexões de Mises, sujeitar a crença, de um liberalismo econômico, distante dos valores éticos, a fatos concretos. A hipótese levantada parte do pressuposto de que, ao descortinar, com a ajuda desse autor, a visão deturpada dos princípios da economia de mercado, será possível, então, perceber que, embora o liberalismo econômico apresente falhas, existem evidências de práticas moralmente aceitas.

Falácias econômicas podem ter impactos negativos na

vida de milhões de pessoas, haja vista que não há ninguém imune à realidade imposta pelas questões da economia, como tributos, inflação, nível de renda, taxa de juros, taxa de câmbio, entre outras (SOWELL, 2017). A compreensão de possíveis crenças econômicas desconectadas (falácias) com fatos concretos pode proporcionar oportunidades inimagináveis de uma vida melhor (sob a ótica da prosperidade material) a milhões de pessoas (SOWELL, 2017). Logo, pondera-se que é necessário e oportuno o presente estudo.

Além da introdução, o texto está estruturado em mais quatro seções. Na seção seguinte serão desenvolvidas explicações de cunho metodológico, tratando-se de descrever o material e o método que foi aplicado na realização da pesquisa. Na terceira seção, serão abordados entendimentos exploratórios a respeito, principalmente, de uma visão de mundo amplamente difundida no entendimento de que as práticas do liberalismo econômico se encontrariam distantes de comportamentos éticos. Na penúltima seção, tomando-se como base as obras de Mises, serão buscados entendimentos de uma possível aproximação entre o liberalismo econômico e a ética. Na última seção, far-se-á as considerações finais das evidências trabalhadas nesta pesquisa.

Material e Métodos

Para compreensão do objeto proposto, na pesquisa em questão, foram utilizadas duas obras de autoria do economista Ludwig von Mises, considerado o economista mais importante da Escola Austríaca do século XX (SOTO, 2010). As literaturas foram selecionadas em conformidade com a temática proposta. A “Ação Humana”, tida, por muitos, como a principal obra de Mises, contribuiu para compreender as bases em que se sedimenta o pensamento do economista. Já no

“Liberalismo”, buscou-se esclarecimentos para consubstanciar o escopo do estudo a partir da interpretação que o autor faz dos princípios econômicos do liberalismo clássico.

Assim sendo, a estratégia do trabalho é de caráter investigativo-bibliográfico, pautando-se, essencialmente, no método indutivo, cumprindo a tarefa de que as particularidades encontradas nas obras investigadas acabam por subsidiar considerações pertinentes ao objeto de análise.

A Ética e A Crença Numa Visão de Mundo Amplamente Difundida

Mesmo que apenas, por alguns instantes, seria tarefa difícil imaginar o ser humano sob a ótica de uma vida completamente individualizada, autossuficiente, pois, “na condição de indivíduos, os humanos realizam sua existência na convivência com os outros, já ao nascerem encontram-se sempre diante de uma comunidade já construída, e para seu desenvolvimento não podem dispensar o apoio dessa comunidade” (ALENCASTRO, 2010, p.29). Assim, cedo ou tarde, o homem acaba descobrindo que a convivência com seus pares é uma condição vital para sua existência.

Essa convivência, em sociedade, deve acontecer considerando uma ordem, que seja composta de valores (normas) capazes de regular o relacionamento humano, ao mesmo tempo em que sirva de orientações para suas condutas: ao que é certo ou errado, justo ou injusto, lícito ou ilícito, permitido ou proibido (ALENCASTRO, 2010). As normas da sociedade, das quais se trata, nesse texto, têm muito a ver com os valores morais presentes em todas as atividades humanas. Sung e Silva (2011) explicam que no momento em que se iniciam questionamentos a respeito da validade desses valores

vividos, em sociedade, faz-se nascer, na busca por explicações teóricas, a ética.

O conceito de ética vem do grego *ethos*, modo de ser, caráter (SUNG e SILVA, 2011). Embora os termos moral e ética estejam imbricados quase como sinônimos, não querem dizer a mesma coisa. A moral está ligada aos costumes, por isso, muitas pessoas acabam utilizando a expressão “bons costumes”. Já a ética significa a teoria que estuda a prática moral (SUNG e SILVA, 2011). Logo, a ética “é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade (VÁZQUEZ, 2014, p.23).

A ética deve ser compartilhada com aquilo que verdadeiramente cumpre com os anseios entre pessoas, pois, só existe ética quando em virtude da presença do outro. Não há ética quando não existem humanos (CORTELLA, 2010). Não seria incomum desejar, então, que os valores condutores do comportamento humano fossem outros completamente distintos dos princípios individualistas proclamados pelo liberalismo do século XVIII. Na morada dos indivíduos deveriam caber somente valores que os fazem humanos, aquilo que se faça, acima de tudo, em virtude do bem do outro.

Quando se trata de ética, a última coisa que se poderia pensar é sem dúvida, a possibilidade de associá-la às práticas liberais. Para muitos, não seria possível que em um mundo civilizado, em pleno século XXI, conceda-se parte ao liberalismo fazer qualquer defesa em nome da ética. Pois, no entendimento consensual, em causa própria, os preceitos liberais já deram provas suficientes, ao longo da história humana, de sua natureza excludente e opressora. Também teriam dado provas de sua absoluta tendência para a desigualdade econômica que hoje assola o mundo inteiro.

Ao se observar, com olhar mais investigativo, questiona-se, em ordem primeira das coisas, até que ponto o consenso que se tem na contemporaneidade, a respeito da relação entre ética e liberalismo, não seria uma falácia destituída de fatos concretos? Sowell (2017) afirma que, em certas situações, a indefinição de uma falácia tem poder na política, principalmente, quando invoca as emoções das pessoas através de palavras como “justiça social” ou mesmo “igualdade”, pois quem se oporia a qualquer uma delas? Depois de tomada a cabo, talvez, por meio de políticas econômicas equivocadas, as falácias contribuem, ainda, para que as pessoas não consigam ligar seus efeitos às respectivas causas, entrando numa espiral de contradições e crenças que acabam por resistir, mesmo diante de fatos contra elas (SOWELL,2017).

Nesse contexto, o economista Mises (2010b) esclarece que a propaganda difamatória dos partidos antiliberais estaria ligada diretamente a essa visão de mundo amplamente difundida, impelindo “[...] as pessoas hoje a associar as ideias do liberalismo e do capitalismo à imagem de um mundo mergulhado na miséria e na pobreza sempre crescentes” (2010b, p.41).

Ainda a respeito das distorções do entendimento que a sociedade teria sobre os princípios do liberalismo econômico, veja-se o que diz Mises:

A propaganda antiliberal, por conseguinte, evita mencionar a palavra “liberalismo” com muita frequência, e prefere fazer uma associação entre o sistema liberal com o termo “capitalismo”. Esta palavra traz à mente um capitalista de coração de pedra, que pensa somente no seu próprio enriquecimento, mesmo que isto seja possível apenas por intermédio da exploração de seu semelhante. [...] Ao invés de falar do

capitalismo em estreita ligação com a melhoria prodigiosa do padrão de vida das massas, a propaganda antiliberal menciona o capitalismo apenas ao referir-se aos fenômenos, cujo surgimento foi possível apenas em razão das limitações impostas ao liberalismo (MISES, 2010b, p.42).

Mises contribui para que se tenha uma leitura mais cuidadosa dos reais resultados alcançados pela sociedade a partir do advento do capitalismo. Nesse sentido, causaria estranheza afirmar que os moldes dos princípios liberais econômicos tenham sido, de alguma forma, apresentados à humanidade com uma moral deturpada, distante dos valores éticos desejáveis.

Seria prudente, então, questionar-se, mais detidamente, sobre a possibilidade da existência de uma moral no liberalismo econômico? Afinal de contas, o socialismo (economia de estado), alternativa à economia de mercado, que se declarava portador de uma superioridade moral, mostrou-se, por meio de suas experiências, muito abaixo do que se dizia ser, e, distante de suas promessas, os resultados foram a miséria e a pobreza. A exemplo disso, veja-se as condições em que se encontram países como Cuba e Coréia do Norte. Dessa forma, seria oportuno dá-se algum crédito para investigar aquela organização econômica que, de alguma maneira, pode ter sido decisiva no desenvolvimento material das civilizações?

A partir de reflexões, em Mises, consubstanciando-se por meio de argumentações consistentes tratadas em suas obras “Ação Humana” e o “Liberalismo”, essa pesquisa visa buscar explicações sobre até que ponto os pressupostos da doutrina liberal seriam destituídos de valores éticos. Entende-se que essa construção, de uma visão deturpada dos princípios liberais, que será colocada à prova, pode ter sido de alguma

maneira, responsável por impedir uma interpretação real dos ideários do liberalismo econômico, e, em certa medida, por impelir a sociedade a conceder maior atenção às práticas de cunho intervencionista.

Aproximação entre o Liberalismo Econômico e a Ética

Porque exigimos tão pouco da lei, apenas justiça, eles pressupõem que rejeitamos a fraternidade, a solidariedade, a organização e a associação e nos rotulam de individualistas. [...] Saibam, pois, que repudiamos apenas a organização forçada, não a natural. Repudiamos as formas de associação que nos são impostas, não a livre associação. Repudiamos a fraternidade imposta, não a verdadeira. Repudiamos a solidariedade artificial, que não faz nada além de privar as pessoas de sua responsabilidade individual. Não repudiamos a solidariedade natural, que existe nos homens graças à Providência (BASTIAT, 2016, p.67).

O liberalismo econômico tem sido acusado historicamente de defender práticas que não convergem para as virtudes morais dos homens. O trecho acima, do início do século XIX, é de autoria de Frédéric Bastiat (1802-1850), considerado um dos principais expoentes do liberalismo clássico. Note-se que, a todo instante, o autor defende as acusações – rejeitarem a fraternidade, a solidariedade, a organização, a associação e de serem individualistas – buscando explicar no que realmente se pauta a doutrina liberal: na liberdade. O liberalismo defende, segundo Bastiat, todas essas instituições, das quais são acusados de rejeitarem, desde que sejam livres, que sejam naturais e não obrigatórios. Parece também haver uma tentativa de deturparem os reais fins dos preceitos liberais.

Essas críticas não ficaram somente no passado. Para os opositores do liberalismo econômico, os preceitos dessa doutrina seriam responsáveis por promoverem injustiças

sociais, pelo mundo inteiro, como fome, miséria, desigualdade de renda e pobreza. Voltadas para a defesa de uma classe social – capitalista – só poderiam trazer resultados favoráveis ao topo, em detrimento da maioria desfavorecida. Além disso, um modo de organização econômica e social que se pauta no interesse próprio, em concepções hedonistas, não poderia ter outros fins que não a guerra, e os conflitos sociais. Portanto, segundo os críticos, nada virtuoso poderiam os homens esperar da doutrina do liberalismo econômico.

Para Ludwig von Mises, a maioria dessas críticas e acusações não passam de uma forma deturpada que se tem dos preceitos liberais. É possível perceber em inúmeras passagens de suas obras “Ação Humana” e “Liberalismo” a dedicação do autor em explicar, por meio de argumentações consistentes, e condizentes com os fatos, a deformação do que se interpreta do liberalismo. Muito dessa deturpação fora ocasionada, segundo ele, pela falta de conhecimento sobre o funcionamento da economia de mercado, ou mesmo, por pura demagogia em favor de um maniqueísmo astuto – liberalismo do mau, e socialismo do bem – que só tenderia a trazer conflitos e impedimentos à progressão da vida humana.

Mises (2010a) explica que o liberalismo – como empregado no século XIX – não é uma teoria, mas uma doutrina política que aplica as teorias desenvolvidas pela praxeologia²², especialmente, pela economia. “O liberalismo

²² Praxeologia: do grego *praxis* – ação, hábito, prática – e *logia* – doutrina, teoria, ciência. É a ciência outeira geral da ação humana. Mises definiu ação como “manifestação da vontade humana”: ação cosendo um “comportamento propositado”. A praxeologia a partir deste conceito apriorístico da categoriaação analisa as implicações plenas de todas as ações. A praxeologia busca conhecimento que seja válido sempre que as condições correspondam exatamente àquelas consideradas na hipótese teórica. Sua afirmação sua proposição não decorrem da experiência: antecedem qualquer compreensão dos fatos históricos (MISES, 2010a, p.23 – N.T).

se baseia numa teoria puramente racional e científica de cooperação social” (MISES, 2010a, p. 195). Apesar disso, “[...] não é neutro em relação a valores e fins últimos que se pretendem alcançar pela ação” (Mises, 2010a, p. 193). Portanto, para Mises, diferentemente da economia – não normativa – os preceitos liberais apresentavam julgamento de valores.

No que diz respeito aos fins, Mises deixa claro que a doutrina liberal volta-se completamente para o comportamento dos homens neste mundo. Segue afirmando que os preceitos liberais “sempre tiveram em vista o bem de todos, e não o de qualquer grupo especial” (MISES, 2010b, p.38). O autor defende que “Em última análise, [o liberalismo] a nada visa senão o progresso do bem-estar material exterior do homem e não se refere às necessidades interiores, espirituais e metafísicas” (MISES, 2010b, p.35 – grifo nosso). Nesse momento, o economista põe em xeque a crença de que o liberalismo não teria espaço para a realização de valores éticos.

Se Mises estiver certo, parece não haver nenhuma justificativa nas acusações de esvaziamento de valores éticos produzidos pelos princípios liberais. Nesse sentido, embora seja importante para o escopo da pesquisa esclarecimentos a respeito de uma visão de mundo amplamente difundida entre a opinião pública atual, entende-se que seja fundamental buscar fatos concretos nas argumentações defendidas pelo economista, de modo que suas defesas sejam também colocadas à prova.

Nessa linha de raciocínio percebe-se que, além de utilizar argumentações alicerçadas em sua “teoria geral da ação humana” (*praxeologia*), a todo instante, Mises, nas obras “Liberalismo” e “Ação Humana”, recorre ao cotidiano das

ações dos homens em sociedade e, olhando para os fatos históricos das civilizações, busca reforçar suas inferências e conclusões.

Sobre a acusação de que a prosperidade material produzida pelo liberalismo fluiria somente para uma determinada classe de privilegiados, novamente a crítica parece não ganhar amparo em fatos concretos. Com relação a isso Mises (2010b, p.38) argumenta que “Historicamente, o liberalismo foi o primeiro movimento político que almejou a promoção e o bem-estar de todos, e não de grupos especiais”. Inclusive, em várias passagens de suas obras, o autor apresenta evidências a favor do bem-estar de “todos” que a economia de mercado tem proporcionado os melhores resultados.

Ainda sobre essa questão observe-se, nas palavras de Mises, como ele retrata sua afirmação:

[...] o mundo encontrava-se incomparavelmente mais povoado do que nunca, e cada habitante podia viver de modo incomparavelmente melhor do que nos séculos precedentes [...] Às vésperas da Grande Guerra, o trabalhador da indústria nas nações europeias, nos Estados Unidos e em possessões inglesas d’além-mar, vivia melhor e mais prazerosamente do que um nobre de não muito tempo atrás (MISES, 2010b, p.33).

Nessa passagem, o autor evidencia a importância do surgimento, ainda no século XVIII, dos preceitos liberais, bem como do impacto que sua adoção causou no curso da vida de milhões de pessoas pelo mundo inteiro. Além disso, fica claro, pelo exposto, que Mises faz questão de ressaltar o papel da igualdade dos direitos entre cidadãos, nas palavras de Mises:

As barreiras que, em outros tempos, separavam senhores e servos haviam caído. Agora, havia apenas cidadãos com direitos iguais. Ninguém mais era prejudicado ou perseguido por sua nacionalidade, opiniões ou fé. As perseguições políticas e religiosas

internas haviam desaparecido e as guerras internacionais começaram a tornar-se menos frequentes. Os otimistas já saudavam a aurora da Idade da Paz Eterna (MISES, 2010b, p.34).

A partir do que vem sendo discutido, no texto, as arguições sobre uma economia de mercado em que lhe pesa uma depravação moral, não parece fazer nenhum sentido. A interpretação dos resultados da cooperação social na formatação de livre mercado, através das experiências históricas, tem caminhado para um entendimento de que a promoção do bem-estar geral e do progresso da humanidade tem sido os mais prováveis fins de suas intenções. Com a ajuda de Mises, percebe-se menos distanciamento, e mais aproximação entre os pressupostos da doutrina liberal a um conteúdo de valores éticos.

Após interpretar que existe certa visão deformadora dos fatos, o próximo passo dar-se-á colocando à prova que argumentos defendidos por Mises não se limitariam ao simples exercício de defesa, mais do que isso, suas explicações acabam por revelar que o liberalismo econômico, doutrina distorcida pelos críticos, tenderia, desde seu início, a caminhar em direção a instituições moralmente aceitas. Veja-se o que diz o economista a respeito dessa construção:

Toda condenação feita pelos partidários da escola do bem-estar, em última análise, resume-se a três pontos: o capitalismo é mau porque existe pobreza, desigualdade de renda e riqueza, e insegurança (MISES, 2010a, p. 943).

Envolvendo essa crença, pelos que advogam em favor de um afastamento entre a ética e o liberalismo econômico, “o bem” aceito entre todos seria, pois, uma organização econômica que promovesse o contrário disso, a saber: o mínimo de pobreza, mais igualdade de renda e de riqueza e

mais segurança.

Para melhor compreensão dos respectivos fenômenos, na perspectiva da economia de mercado, desenvolveu-se as seções seguintes – (a) pobreza; (b) a desigualdade de renda e riqueza; e (c) liberdade e paz –, que as obras de Mises direcionam seus esclarecimentos enfatizando que os princípios do liberalismo econômico, da tradição clássica, convergem para fins justificáveis a qualquer modo de organização econômica e social. Em várias passagens, o autor expõe argumentos que acabam por encontrar amparo em fatos a história humana.

a) A pobreza: carência e miséria no liberalismo econômico

Para Mises (2010b), o fato de que haja carências e misérias no mundo não constituiria um argumento contra o liberalismo econômico, pois isso não seria suficiente para provar essa tese. O autor afirma categoricamente o oposto. A partir de sua interpretação da economia (catáxia) e a experiência histórica do homem, não haveria nenhum outro sistema econômico capaz de promover melhores condições de vida à sua população do que a economia de mercado:

É exatamente a carência e a miséria que o liberalismo busca abolir e considera que os meios que propõe utilizar são os únicos apropriados para a consecução deste fim. Que prove o contrário alguém que imagina conhecer meios melhores e mesmo diferentes! (MISES, 2010b, p.40).

Sobre os efeitos do liberalismo e do capitalismo nas condições materiais da vida humana o economista sugere aos críticos que ampliem sua visão e façam uma análise de uma evolução histórica comparativa e que observem as evidências “...devem-se comparar as condições em que se encontram no presente com as condições da Idade Média ou dos primeiros

séculos da Era Moderna” (MISES, 2010b, p.40). Ainda sobre essa ótica note o que diz o autor nesta passagem:

Graças àquelas ideias liberais, que ainda permanecem vivas em nossa sociedade, e ao que nelas ainda sobrevive do sistema capitalista, a grande massa de nossos contemporâneos pode gozar de um padrão de vida bem acima do que, há poucas gerações, era possível somente aos ricos e aos detentores de privilégios especiais (MISES, 2010b, p.41).

Portanto, em vista do exposto, e pela clareza dos fatos retratados por Mises, o liberalismo foi decisivo para dirimir a pobreza e a miséria no mundo. Ao contrário do que supunha, por meio de uma visão distorcida dos fatos, é a ausência do capitalismo a causa primeira da miséria dos povos. No entendimento de Mises, a economia de mercado, foi, portanto, a principal responsável por trazer prosperidade e bem-estar para todos em sua forma plena, sem privilegiar determinada classe ou grupos sociais.

b) A necessária desigualdade de renda e riqueza

Talvez um dos temas mais criticados, pelos que se opõem aos pressupostos liberais, seja a questão da desigualdade de renda e riqueza, que supostamente seria produzida pela economia de mercado. Não contrariando os críticos, em sua principal obra “Ação Humana”, Mises (2010a, p.347) afirma que “A desigualdade de renda e de riqueza é uma característica essencial da economia de mercado”. Entretanto, afastando-se de um exame emocional, sobre o tema, assim como em todas as vezes que foi desafiado a compreender os fenômenos econômicos, o autor entende que sua tarefa seria tentar descrever qual o papel da desigualdade na economia de mercado.

Mises (2010b) explica que a existência da desigualdade

de renda e riqueza tem papel importante na economia de mercado, pois é justamente sua existência que gera o total de produto disponível para a distribuição social. Acaso, fosse posta em prática a distribuição igualitária – como propõem os defensores socialistas – provavelmente os valores a receber, por cada pessoa, seriam menores do que aquilo que hoje recebe o mais pobre. Ou seja, segundo essa interpretação, as políticas que visam a igualdade de renda teriam como consequência o aumento da pobreza generalizado. Tal constatação aproxima-se de uma “profecia”, note-se que os atuais países tidos como socialistas, a exemplo de Cuba e Coréia do Norte, compõem a lista dos mais pobres do mundo.

Por essa instituição ser possível, em nossa ordem social, bem como o estímulo para que todos produzam o máximo, e que sejam remunerados pelo valor que o consumidor lhe atribui, é que a humanidade pode gozar de toda riqueza que dispunha para consumo (MISES, 2010b). Logo, pode-se inferir que o bem-estar geral e o progresso da humanidade seja produto direto da desigualdade de renda e riqueza. A partir dessa interpretação, Mises, fazendo uso de argumentações lógicas e coerentes com a realidade, põe a questão da desigualdade num espectro diferente daqueles que acusam o capitalismo de ser insensível com os aspectos humanos.

c) Liberdade e paz: consequências das desigualdades

Mises (2010b) trata “liberdade e paz” como consequências fundamentais da propriedade privada dos meios de produção. Não se trata, entretanto, de uma questão estética ou de mera defesa a um “capitalismo do bem”. No fundo, ele mostra que a liberdade e a paz são resultados diretos da propriedade privada. Certamente, para a maioria dos que se opõem à economia de mercado, seja, inicialmente,

inconcebível essa associação, já que, para estes, a propriedade privada dos meios de produção sempre esteve associada ao espólio, à violência e à exploração. Na contramão dessa visão, comumente aceita, note o que Mises demonstra em suas argumentações.

Quando do final do século XVIII, e na primeira metade do século XIX, o liberalismo propôs a abolição da escravidão muitos filósofos, religiosos, estadistas, intervencionistas – “que sem dúvida amavam seu povo” – encaravam essa questão como uma instituição justa e benéfica à humanidade, “não foram poucos os humanistas que se declararam contrários à abolição” (MISES, 2010b, p.51). Observe-se, nas palavras de Mises, os argumentos que faz em defesa da liberdade:

O que afirmamos é que somente um sistema baseado na liberdade para todos os trabalhadores garante a maior produtividade do trabalho humano, e é, por conseguinte, de interesse de todos os habitantes da terra. Condenamos a servidão involuntária, não a despeito do fato de que seja vantajosa para “os senhores” [capitalistas], mas porque estamos convencidos de que, em última análise, ela fere os interesses de todos os membros da sociedade humana, inclusive os “senhores [capitalistas]” (MISES, 2010b, p.52 – grifo nosso).

A defesa de Mises, de que a liberdade seria uma consequência da economia de mercado, pauta-se numa percepção lógica de que o “o trabalho livre é incomparavelmente mais produtivo do que o trabalho escravo, pois este, em “servidão involuntária” não teria interesse em esforçar-se ao extremo” (MISES, 2010b, p.52). Assim sendo, o trabalho livre seria capaz de criar mais riquezas para todos os habitantes da terra.

Mises faz a seguinte afirmação (2010b, p.52): “Se a humanidade tivesse conservado a prática de manter toda a

força de trabalho, ou mesmo parte dela, em regime de escravidão, não teria sido possível o magnífico desenvolvimento econômico dos últimos 150 anos”. Com essa afirmação pode-se depreender que, para os princípios do liberalismo, o advento da liberdade – pautada na propriedade privada dos meios de produção – foi decisivo para o desenvolvimento das sociedades humanas.

Na visão dos liberais, outra consequência imediata da propriedade privada, a paz, seria a condição fundamental para a promoção do bem-estar geral e do progresso da humanidade. A doutrina liberal defende que não é pela guerra, mas pela paz, que todas as coisas podem ser geradas. A guerra é destruidora e, só o trabalho seria capaz de construir, criando riquezas, onde se deitariam as condições para o crescimento interior dos homens (MISES, 2010b).

Mises ajuda a compreender por que os liberais abominavam a guerra. Para ele, a chave do entendimento seria acionada no instante em que fossem compreendidas as vantagens que a divisão do trabalho traria para o desenvolvimento da civilização: “O que capacita a humanidade a progredir e distingue os homens dos animais é, tão somente, a cooperação social” (MISES, 2010b, p.54). Se, somente pelo trabalho, pela cooperação social, a prosperidade material seria possível, e se as guerras as destruíssem, pondera-se o estado de guerra seria prejudicial ao avanço das civilizações.

Perceba o que diz Mises a respeito de como o Liberalismo e o Capitalismo, por meio da cooperação social, bem como das relações de troca, foram responsáveis diretamente pela paz, unificando lugares distantes e, ao mesmo tempo, desconhecidos:

No início do século XIX, a maior parte do mundo habitado ainda se dividia em um grande número de regiões econômicas que eram de um modo geral autossuficientes. [...] Na maior parte do mundo, entretanto, a produção da própria aldeia supria sempre todas as necessidades de seus habitantes. [...] O desenvolvimento de uma complexa cadeia de relações econômicas internacionais é o produto do liberalismo e do capitalismo do século XIX (MISES, 2010b, p.56).

Não somente isso, mais ainda, veja-se nas palavras de Mises qual seria o fim último dessa “cadeia de relações econômicas internacionais”:

Para que os consumos e os desejos da família de um trabalhador inglês sejam satisfeitos, todas as nações dos cinco continentes cooperam. O chá da manhã é fornecido pelo Japão, ou Ceilão; café, pelo Brasil ou ilha de Java; açúcar, pelas Índias Ocidentais; carne, pela Austrália ou Argentina; algodão, pelos Estados Unidos ou Egito; peles para artigos de couro, pela Índia ou pela Rússia; e assim por diante. Em troca dessas coisas, os bens de origem inglesa vão para todas as partes do mundo, até as mais remotas vilas e fazendas (MISES, 2010b, p.56).

Sob a perspectiva de Mises torna-se possível perceber como a paz e a liberdade encontram significados quase que intrínsecos aos resultados de cooperação social entre povos e nações. Não sem razão o autor advoga que a paz e a liberdade seriam instituições alicerçadas nos fins diretos das práticas dos pressupostos liberais, pondo suas bases com vistas ao progresso e ao bem-estar material geral.

Considerações Finais

A partir das obras do economista da escola austríaca Ludwig von Mises, buscou-se entendimento até que ponto o consenso que se tem a respeito da relação entre ética e liberalismo econômico, não seria uma falácia destituída de

fatos concretos. Sowell (2017) alerta que, depois de tomada a cabo por meio de políticas econômicas equivocadas, as falácias contribuem para que as pessoas não consigam ligar seus efeitos às respectivas causas, entrando numa espiral de contradições e crenças que acabam por resistir, mesmo diante de evidências contra elas.

A construção de uma visão deturpada dos princípios liberais, pode ter sido, de alguma forma, responsável por impedir uma interpretação dos pressupostos do liberalismo econômico, e, em certa medida, impelido a sociedade a conceder maior atenção às práticas de cunho intervencionista, que, por sinal, até então, não conseguiram apresentar argumentos plausíveis que invalidassem as conclusões dos benefícios sociais gerados pela economia de mercado.

Sob a perspectiva de Mises, essa inclinação a uma percepção negativa dos ideais liberais acaba contribuindo para a permanência das mazelas sociais, como o avanço da pobreza e da miséria. O retrocesso econômico, da vida humana, encontrado nos países subdesenvolvidos, da América Latina e do Continente Africano, são exemplos das argumentações de Mises em favor da economia de mercado. A maioria daqueles países ainda resistem aos fatos concretos dos benefícios proporcionados pelos princípios liberais. Ao aceitar que o capitalismo de cunho liberal seja desprezado, põe em xeque o próprio padrão de vida material da sociedade e seu respectivo avanço.

Embora o liberalismo econômico apresente falhas, existem evidências de práticas moralmente aceitas, tais quais: redução da pobreza e prosperidade material para todos, fim dos privilégios entre classes sociais, cooperação social entre povos e nações a fim da conquista do bem-estar geral de todos,

fim das guerras por meio da promoção da liberdade individual e da harmonia entre povos (paz). Logo, distante do que sugerem às críticas comumente aceitas pela maioria das pessoas, as reflexões trazidas nesse texto, possibilitaram um olhar diferente, pondo os princípios do liberalismo econômico mais próximos de conteúdos moralmente aceitos.

Referências

ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha. **Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa**. Curitiba: Ibpex, 2010.

BASTIAT, Frédéric. **A lei: por que a esquerda não funciona? As bases do pensamento liberal**. 1. ed. Barueri, SP: Faro Editorial, 2016.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Qual é a tua obra? inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

_____. **Ação Humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

SOTO, Jesus Huerta de. **A Escola Austríaca: mercado e criatividade empresarial**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

SOWELL, Thomas. **Fatos e falácias da economia**. Tradução de Rodrigo Sardenberg. Revisão Técnica de Eduardo Sá. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SUNG, Jung Mo. SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE TOMADA DE DECISÃO

Cinthia Sayuri de Moraes Hirata Bedor

Introdução

A tomada de decisão faz parte da vida de todos, desde a mais simples, e, às vezes, inconsciente escolha entre comprar ou não um objeto, até outras que envolvem maior complexidade e consequências mais impactantes, como a escolha da profissão. Nas organizações, a tomada de decisão também está presente em todos os níveis, desde o estratégico até o operacional. O risco e diversos fatores, como política e economia, influenciam no processo decisório, por isso, essa é uma atitude crucial em qualquer empresa, seja privada ou pública.

De acordo com o dicionário de ética de Stanley e Smith (2005, p.168), a tomada de decisão é o processo por meio do qual um indivíduo ou uma comunidade escolhe um curso particular de ação que acarreta consequências específicas. Para isso, pauta-se por um conjunto variável de valores, objetivos, obrigações morais e precedência histórica. O dicionário apresenta duas abordagens da tomada de decisão ética, a deontológica, que defende que o caráter correto ou impróprio de um ato deve ser determinado por algo intrínseco ao ato; e a teleológica, que considera que as consequências de um ato determinam o seu *status* moral. Uma corrente que vai ao encontro da teleologia é o utilitarismo, por exemplo, sendo Stuart Mill um dos filósofos mais populares na área de Administração.

Segundo Carroll (1991), a responsabilidade social de uma empresa envolve esforçar-se para obter lucro, obedecer a lei, ser ética, e ser uma boa cidadã corporativa. A dimensão econômica é a base de todas as demais e a legal diz respeito às leis e regulamentações promulgadas pelos governos federal, estaduais e locais.

A dimensão ética é a obrigação de fazer o que é certo, íntegro e justo para evitar ou minimizar danos aos stakeholders. A ética abrange aquelas atividades e práticas que são esperadas ou proibidas pelos membros da sociedade, embora não sejam codificadas pela lei (CARROLL, 1991, p. 41. Grifo da autora).

Essa definição é mais voltada para o contexto privado, uma vez que na administração pública, obter lucro não é sempre uma dimensão a ser considerada, a depender do tipo de organização e suas finalidades.

Na cultura popular, estabeleceu-se essa falta de afinidade entre ética e negócios, que teve origem na Idade Média, quando a Igreja Católica condenava o lucro pecuniário proveniente de produção excedente àquela suficiente para a subsistência, considerando-o uma heresia. Tal incompatibilidade é reforçada pelos constantes casos de escândalos de corrupção, fraudes e outras situações que colocam os interesses de empresas acima de leis e da ética, deixando o respeito ao ser humano e ao meio ambiente em segundo plano. O mundo corporativo está mais comumente relacionado à competitividade, produtividade, desempenho e pressão. O advento da internet e a velocidade das comunicações intensificaram as consequências de uma tomada de decisão antiética. Qualquer pessoa pode denunciar um acontecimento que espalha-se rapidamente gerando prejuízos à reputação da organização que, muitas vezes, refletem-se financeiramente.

Na Administração, a decisão é tomada de forma racional e estruturada, por meio de métodos e processos que visam a minimizar erros e maximizar os ganhos. Alguns exemplos de ferramentas de apoio à tomada de decisão são: Análise SWOT ou FOFA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), Matriz GE ou Matriz McKinsey, Matriz BCG (*Boston Consulting Group*), Diagrama de Ishikawa, *Brainstorming*, Análise de Cenários, Modelo americano AHP (*Analytic Hierarchy Process*), Modelo francês MACBETH (*Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique*), Modelo *Garbage Can*, Árvores de Decisão, Sistemas de Informação Gerencial, dentre muitas. Atualmente, a inteligência artificial é uma alternativa que vem sendo apresentada para a tomada de decisão seja cada vez mais racional, ágil e segura uma vez que a subjetividade humana traz consigo um fator de risco, dada sua racionalidade limitada. Apesar dessas vantagens, em algumas áreas, conflitos éticos do uso dessa ferramenta são discutidos, especialmente quando envolvem um maior grau de complexidade, sendo melhor aplicadas em decisões rotineiras.

Drucker (2006), descreve as seguintes etapas envolvidas no processo decisório:

1. Classificar o problema: distinguir o problema entre genérico ou acontecimento isolado. O primeiro deve ser respondido por uma regra, uma política ou um princípio. Uma vez que o princípio correto tenha sido desenvolvido, todas as manifestações das mesmas situações genéricas poderão ser conduzidas, pragmaticamente, adaptando-se a regra às circunstâncias concretas do caso. O acontecimento isolado deve ser encarado como, verdadeiramente, excepcional tratado à medida que aparece.

2. Definir o problema: através de questões como “De que se trata?”, “O que é pertinente aqui?”, “Qual é a explicação para essa situação?”. O autor alerta para o perigo da definição incompleta, reforçando a importância de checar a definição, mais de uma vez, em relação a todos os fatos que possam ser observados, verificando os sinais de algo atípico ou incomum.

3. Especificar a resposta ao problema: Quais objetivos a decisão tem de alcançar? Quais as metas mínimas que deve obter? Quais as condições que ela tem de satisfazer? Essas são conhecidas como “condições-limite” e é necessário pensar claramente sobre elas para se saber quando uma decisão deve ser abandonada.

4. Decidir o que é certo, em vez do que é aceitável, de modo que atenda às “condições-limite”: considerando que uma decisão conciliatória é sempre necessária, no final, deve-se conhecer as tais condições para saber distinguir a decisão correta da errada.

5. Incorporar a ação à própria decisão para que ela seja cumprida: Uma decisão não se tornará eficaz a menos que os compromissos com a ação tenham sido construídos desde o início. É preciso transformá-la em ação, senão ela será apenas uma intenção.

6. Testar a validade e a eficácia da decisão em relação ao verdadeiro rumo dos acontecimentos: o monitoramento e a transmissão das informações têm de acompanhar as decisões para permitir verificações contínuas dos reais acontecimentos e das expectativas. Decisões, por serem tomadas por pessoas que são falíveis, podem estar erradas, podem tornar-se obsoletas, etc.

É interessante notar o papel secundário da ética no

processo decisório gerencial. Mesmo quando o autor refere-se ao decidir certo, está relacionado ao que corresponde às expectativas da organização e não ao certo no sentido de justo. No geral, o desempenho de uma decisão é mensurado, quase que, exclusivamente, através do retorno financeiro que trouxe à organização. A ética como instrumento surgiria nesse processo para orientar funcionários e gerentes a tomarem decisões, antes de lucrativas, corretas do ponto de vista moral. Especialmente na administração pública, em que o lucro não deve ser um fim e sim o atendimento das necessidades do cidadão. O imperativo categórico de Kant considera que um ser humano jamais deve ser visto e usado como um meio, mas, sim, exclusivamente, como um fim em si mesmo (FRETAG, 1989, p. 10). Assim, a dignidade humana deve ser o valor primordial nos processos decisórios, guiando funcionários e gerentes em suas tomadas de decisão.

Material e Métodos

Foi realizada uma busca por livros e/ou e-books sobre os temas filosofia, ética, ética organizacional, cultura organizacional, gestão de pessoas, planejamento estratégico (processo decisório). Também houve pesquisa por artigos de revistas, internacionais e nacionais, utilizando as seguintes palavras-chave para busca nas plataformas Google Scholar e Scielo: português - tomada de decisão ética, gestão da ética, ética organizacional, ética e negócios, códigos de ética, liderança ética; inglês - *business ethics, ethical decision making, codes of ethics, compliance and value, ethics leadership*. Foram realizadas leituras, de caráter exploratório, de artigos e livros para definir o material com conteúdo relevante para a temática, seguido de leitura aprofundada (analítica) com a elaboração de fichas, compilando as principais informações.

A Tomada de Decisão Ética

A tomada de decisão ética não é um tema muito comum na área de Administração Geral, e também na área da Administração Pública. No geral, aparece apenas em livros sobre ética empresarial e não nos livros sobre tomada de decisão ou estratégia. Passos (2007), destaca a tomada de decisão como uma das principais habilidades desejáveis em um gerente e sendo este o responsável pela imagem da empresa, deve, portanto, priorizar a ética nas relações. Para essa autora a ética deve ser como abrigo nas empresas, para ser utilizada como um norte, uma direção no meio organizacional. Porém, existe uma tendência a reduzir a ética a normas, códigos e prescrições.

Os exemplos de que apenas códigos de ética não são capazes de induzir à tomada de decisão ética são vastos. Diversos casos de corrupção na administração pública envolvendo agentes públicos, servidores e empresas públicas, tem reforçado a ideia de crise ética vivenciada na atualidade. No âmbito privado, grandes empresas também participam de esquemas de corrupção, fraudes, crimes ambientais, uso de mão de obra análoga à escrava, assinalando que suas ações divergem de seu posicionamento oficial. Isso leva à conclusão de que muitos desses mecanismos, como código de ética, relatórios de responsabilidade social, pronunciamentos em endereços na internet são utilizados por essas empresas mais como parte de uma estratégia de *marketing* do que um conjunto de valores realmente aplicados e refletidos nas decisões da organização. Segundo Passos (2007), o princípio da ética é o respeito à pessoa e o conceito de lucro deveria estender-se à esfera social, pois sua finalidade é a dignidade da pessoa e a justiça social.

James (2000) afirma que existem duas abordagens para a conduta ética: a individual e a organizacional. Na primeira, os gerentes assumem que o nível de desenvolvimento moral e sensibilidade ética de um indivíduo é a fonte principal de motivação que afeta o seu comportamento ético. Essas fontes são ancoradas em iniciativas e necessidades internas, do indivíduo, em vez de serem despertadas por forças situacionais. Nessa abordagem, são utilizados treinamentos e códigos de ética para especificar e comunicar os objetivos éticos da empresa aos trabalhadores.

Na segunda abordagem, assume-se que o comportamento individual é principalmente afetado por fatores externos, aos indivíduos, como prêmios e punições organizacionais, cultura corporativa e outros. Segundo esse autor, a estrutura formal afeta o comportamento dos trabalhadores e os esforços direcionados a um apelo para a sensibilidade ética, de um indivíduo, como treinamento corporativo e códigos de ética, não são nem necessários, nem suficientes para promover comportamento ético dentro da corporação.

Ainda segundo James (2000), os três (03) elementos principais da estrutura formal de uma organização são:

a) Sistemas de recompensa monetários ou não monetários: as empresas podem evitar, potencialmente, dilemas éticos desastrosos enfrentados por seus funcionários, garantindo que seus programas de incentivo não recompensem, inadvertidamente, os tipos de comportamento que eles querem evitar.

b) Processos de avaliação e desempenho: os processos de avaliação e desempenho organizacionais mal concebidos e implementados não só deixarão de detectar comportamentos

antiéticos, mas incentivarão, inadvertidamente, esse comportamento, criando a expectativa de que o comportamento antiético seja tolerado, ou necessário, para atingir os objetivos corporativos.

c) Direitos e responsabilidades da tomada de decisão: os gerentes podem promover as tomadas de decisões éticas, assegurando que os trabalhadores responsáveis por tomar decisões que tenham consequências éticas, também, tenham autoridade para escolher ações que sejam éticas.

A análise do impacto ético da estrutura formal é necessária e quando combinada a uma cultura corporativa apropriada, geralmente, será suficiente para promover o comportamento ético dos trabalhadores (JAMES, 2010, p. 44).

Já Tyler *et. al.* (2008), argumentam que os funcionários obedecerão e atuarão de forma ética se considerarem a gestão legítima e as políticas gerenciais congruentes com seus próprios valores morais. Os autores afirmam que eles são mais propensos a acreditar que a gestão é legítima e moral quando estão convencidos de que os procedimentos organizacionais são justos. O estudo defende que se os funcionários têm um compromisso pessoal com a organização e acreditam que suas regras são, moralmente, corretas, eles são motivados a obedecer às regras mesmo na ausência de monitoramento.

Programas de Ética

Os programas de ética, em uma organização, podem ter duas abordagens predominantes: a baseada em *compliance* ou conformidade e a baseada em valores. Utilizaremos, nesse texto, a palavra *compliance* sem tradução. Treviño *et. al* (1999) utilizam a clássica definição de Paine, que afirma que a primeira foca, principalmente, em prevenir, detectar e punir

violações à lei; enquanto a segunda visa definir valores organizacionais e encorajar o compromisso dos funcionários com aspirações éticas. A autora defende que a orientação para valores seria mais eficaz porque é enraizada em autogovernança pessoal e é mais provável motivar os funcionários a comportarem-se de acordo com valores compartilhados. Porém, o estudo de Treviño *et. al.* (1999) concluiu que, embora a orientação para valores seja a mais eficaz, o compliance e orientações externas também são úteis, podendo ser combinadas à primeira, uma vez que não são mutualmente exclusivas.

De acordo com Tyler *et. al.* (2008), a rápida propagação dos escritórios de ética e *compliance* nas organizações é creditada às diretrizes da Comissão de Sentença dos Estados Unidos, que entraram em vigor, em 1991, segundo às quais as organizações, com programas de ética e *compliance*, bem sucedidos, poderiam ter suas multas reduzidas em até 95%. Segundo os autores, no trabalho, a ênfase era em uma abordagem comando e controle para promover *compliance*: regras, punição, treinamento e relatórios. Seu estudo, consistente com pesquisas anteriores, também, concluiu que a orientação para valores é mais eficaz que a abordagem baseada em *compliance*.

Os seguintes elementos dos programas formais de ética são apresentados por Weaver, Treviño e Cochran (1999):

1. Códigos de ética formais, que articulam as expectativas da empresa em relação à ética.
2. Comitês de ética encarregados de desenvolver políticas éticas, avaliar ações da empresa e dos funcionários, e/ou investigar e julgar violações de políticas.

3. Sistemas de comunicação ética (por exemplo, linhas telefônicas), fornecendo um meio para os funcionários relatarem ou obterem orientação.

4. Oficiais de ética ou *ombudsperson* encarregados de coordenar políticas, prover educação ética ou investigar alegações.

5. Programas de treinamento ético, visando ajudar os funcionários a reconhecer e a responder a questões éticas.

6. Processos disciplinares para resolver o comportamento antiético.

Treviño *et. al.* (1999), destacam a importância da consistência entre as políticas e as ações, bem como dimensões da cultura ética da organização, como liderança ética, tratamento justo dos funcionários e discussão aberta sobre ética na organização. Por outro lado, uma cultura antiética que enfatiza o interesse pessoal e a obediência inquestionável à autoridade, e a percepção de que o programa de ética ou *compliance* existem apenas para proteger o gerente da culpa, são os fatores que mais prejudicam a ética organizacional.

A influência da cultura corporativa

A cultura corporativa, por seu caráter abstrato, tem uma diversidade de conceitos. Fleury (1996) apresenta o conceito de Janice Beyer e Harrison Trice que definem cultura organizacional como uma rede concepções, normas e valores, que são tomadas por certas, que permanecem submersas na vida organizacional. Já Schein (2010) conceitua como um padrão de suposições básicas, compartilhadas, aprendidas por um grupo, na medida em que este resolveu seus problemas, de adaptação externa e integração interna, que funcionou bem e o

suficiente para ser considerado válido e, portanto, ser ensinado a novos membros como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas. Freitas (1991) cita, como elementos da cultura organizacional, os valores; crenças e pressupostos; ritos, rituais e cerimônias; estórias e mitos; tabus; heróis; normas e processo de comunicação. É um elemento que exerce grande influência, no comportamento ético dos funcionários, assim, o Instituto Ethisphere que, anualmente, divulga o *ranking* das empresas mais éticas, considera oito (08) pilares da cultura corporativa:

1. Consciência do programa e dos recursos: quão familiar são os funcionários com os recursos disponíveis através das funções de *compliance* e ética para ajudá-los a tomar decisões e suscitar preocupações?

2. Percepções da função: o que os funcionários pensam desses recursos? Eles sentem que as políticas fornecem boa orientação e o treinamento é efetivo?

3. Observar e denunciar má conduta: os funcionários estão confortáveis ao suscitar preocupações? Por que sim ou por que não? E, quando eles têm questões, onde vão esclarecê-las?

4. Pressão: os funcionários estão sendo pressionados a comprometer os valores ou políticas da empresa para atingir os objetivos comerciais? Quão forte é essa pressão e de onde ela pode estar vindo?

5. Justiça organizacional: quando as coisas dão errado, os funcionários acreditam que a empresa leva a sério seus funcionários? Eles veem todos sendo tratados de maneira igualitária? Ou há alguns que recebem tratamento diferenciado?

6. Percepção do gerente: o que os funcionários pensam de seu supervisor? Eles estão à vontade para fazer perguntas? Eles o veem como um bom modelo ético?

7. Percepções de liderança: o que os funcionários pensam sobre a liderança sênior? Eles acreditam que a equipe de liderança está comprometida a fazer negócios da maneira correta?

8. Percepções dos pares e do ambiente: como os funcionários veem seus pares? Eles acreditam que seus colegas de trabalho estão comprometidos com os valores da empresa? Eles percebem um ambiente no qual as pessoas são apoiadas ao levantar questões ou expressar preocupações?

Outros autores também abordaram vários desses aspectos em seus trabalhos. Badaracco e Webber (1995) destacam a influência da pressão organizacional na ação antiética. Já Para Treviño *et. al.* (1999) a empresa demonstra sua boa ética para os funcionários por meio de tratamento justo.

Nesse sentido, Tyler *et. al.* (2008) reforçam que se as organizações querem construir uma cultura que encoraja a conduta ética e o compromisso com *compliance*, devem focar em justiça, especialmente, a dos processos organizacionais. Segundo os autores, estudos indicam que as pessoas geralmente consideram dois aspectos sobre como as decisões estão sendo tomadas. Primeiro, os processos de tomada de decisão, incluindo se as pessoas têm a oportunidade de apresentar suas opiniões, se os procedimentos são neutros, transparentes e baseados em fatos e se regras e políticas são consistentemente aplicadas entre as pessoas ao longo do tempo. Em segundo lugar, a forma como as pessoas são tratadas, enquanto as decisões estão sendo tomadas, se os

processos são dignos e as pessoas neles são tratadas educadamente, se os direitos das pessoas são respeitados e se as autoridades envolvidas estão tentando realmente fazer o que é certo para todas as pessoas na situação.

Com relação à liderança ética, Treviño *et. al.* (1999) concluíram, em sua pesquisa, que a liderança é um fator chave da cultura ética, destacando a importância da percepção dos funcionários sobre o comprometimento de seus líderes com a ética e valores. Nesse sentido, Badaracco e Webb (1995) afirmam que são as ações dos gerentes (seu exemplo), e não suas intenções, que importam para a cultura corporativa. Os autores afirmam que o clima ético de uma organização é muito frágil, os boatos comunicam rapidamente situações em que executivos escolheram ações convenientes/oportunas em vez das corretas. Assim, a credibilidade de pronunciamentos subsequentes sobre seu compromisso com a ética fica enfraquecida.

O papel dos códigos de ética

Os códigos de ética são instrumentos amplamente utilizados para a tomada de decisão ética nas organizações. Segundo Weaver (1993) são documentos distintos e formais que especificam obrigações éticas na conduta organizacional, guiados por padrões morais e éticos. Para Erwin (2010) são documentos institucionais feitos para detalhar explicitamente o compromisso com a responsabilidade social corporativa e descrever a conduta esperada dos funcionários.

O Instituto Ethos defende que para um código de ética ser bem-sucedido sua concepção deve envolver todos os interlocutores com os quais a empresa se relaciona. Badaracco e Webb (1995) afirmam que os códigos de ética podem ser úteis, embora não sejam decisivos, especialmente, se forem

específicos sobre comportamentos, aceitáveis e inaceitáveis, e ofereçam conselhos sobre o tratamento de questões pouco claras. O estudo desses autores afirma que jovens gerentes são muito mais propensos a acreditar que um código significa o que diz se for aplicado. Ou seja, se houver punição para indivíduos que o violarem, além de deixar a organização saber que as infrações foram punidas.

Assim, existem muitos estudos que buscam provar a eficácia do código de ética para promover o comportamento ético. Ele não determina, por si só, a tomada de decisão ética, mas, quando acompanhado de uma estratégia consistente, desde sua formulação, como citado acima, contemplando, também, acompanhamento e reforço de uma cultura ética, pode ser um instrumento eficaz.

No âmbito da administração pública, o Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994 que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é o principal instrumento desse tipo.

Considerações finais

Os desafios da pós-modernidade são fatores que aumentam a necessidade da aplicação da ética nas organizações. O papel central do trabalho, na vida das pessoas, aumentou a ânsia por uma carreira bem-sucedida, ainda que, para isso, valores pessoais sejam deixados em segundo plano. Aliada, a tudo isso, a crise moral vivenciada, na contemporaneidade, é um reflexo dos novos valores, de efemeridade e competitividade, que exercem pressão por resultados cada vez mais rápidos em detrimento de valores mais sólidos, como o respeito ao ser humano e ao meio ambiente.

A temática vem sendo muito discutida e deve continuar promovendo a reflexão sobre a importância da decisão ética das empresas para a construção de uma sociedade mais justa. Embora o lucro seja a razão primordial de um negócio, isso não significa que a dimensão ética deva ser prejudicada. A utilização de estratégias para reforçar a ação ética e punir as ações antiéticas, bem como o uso adequado do código de ética, elaborado em conjunto com os funcionários, acompanhado de treinamento ético, canais de comunicação e liderança ética, devem ser práticas cada vez mais comuns e conscientes nas empresas.

Na administração pública, embora o lucro não seja um fim em todas as organizações, o interesse pessoal ainda é, muitas vezes, privilegiado em detrimento do coletivo. Não apenas na forma de corrupção e cobrança de propina, mas também nas pequenas atitudes do dia-a-dia que não observem a ética.

Por fim, os instrumentos para promover o comportamento ético e, conseqüentemente, a tomada de decisão ética nas organizações são discutidos em muitos estudos, em sua maioria internacionais e com enfoque nas empresas privadas. Considerando a influência da cultura exaltada por vários autores, fica como sugestão, diante dessa fase que o Brasil enfrenta, o aprofundamento de estudos sobre esse tema, tão urgente, que contemple as particularidades brasileiras.

Referências

BADARACCO, Joseph L. Jr. ; WEBB, Allen P. Business Ethics: A viewfromtheTrenches. **California Management**

Review. CA. V, 37, n.2. p. 8-28. Winter, 1995

CAROLL, Archie B. **The pyramid of Corporate Social Responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders.** Business Horizons, Vol. 34 No.4, pp.39-48. 1991.

DRUCKER, Peter. A decisão eficaz. In: **Processo decisório: os melhores artigos da Harvard Business Review.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, pp.9-26.

ERWIN, Patrick M. Corporate Codes of Conduct: The Effect of Code Content and Quality on Ethical Performance. **Journal of Business Ethics**, volume 99. Abr. 2011, pp 535–548.

ETHISPHERE. 8 Pillars of Corporate Culture. **Ethisphere Institute.** Disponível em: <<https://ethisphere.com/what-we-do/culture-assessment/>> Acesso em: 5 fev. 2018.

FREITAG, Barbara. A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. **Tempo Social Revista Sociol.** USP, S. Paulo, 1(2): 7-44, 2 sem. 1989.

FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional grandes temas em debate. **Rev. Adm. Empres.** Vol.31, no.3. São Paulo jul/set. 1991.

INSTITUTO ETHOS, Formulação e Implantação de Código de Ética em Empresas. **Institutos Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**, São Paulo, 2000. Disponível em: <www.ethos.org.br> Acesso em: 10 fev. 2018.

JAMES, Harvey S. Reinforcing Ethical Decision Making Through Organizational Structure. **Journal of Business Ethics**,

Nov. 2000, Volume 28, pp 43–58.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHEIN, Edgar H., **Organizational Culture and Leadership**. San Francisco, CA: JosseyBass, 2010, 4a ed.

STANLEY, J. Grenz; SMITH, Jay T. **Dicionário de Ética**. São Paulo: Editora Vida, 2005. 180 p.

TREVIÑO, Linda Klebe; WEAVER, Gary R.; GIBSON, David G.; TOFFLER, Barbara Ley. Managing Ethics and Legal Compliance: What Works and What Hurts. **California Management Review**. Vol 41. Jan. 1999, pp. 131 – 151.

TYLER, Tom; DIENHART, John; THOMAS; Terry. The Ethical Commitment to Compliance: Building Value-Based Cultures. **California Management Review**, Vol. 50, No. 2. Winter 2008, pp. 31-51.

WEAVER, Gary R.; TREVIÑO, Linda Klebe; COCHRAN, Philip L. Corporate Ethics Programs as Control Systems: Influences of Executive Commitment and Environmental Factors. **The Academy of Management Journal**, Vol. 42, No. 1. Feb. 1999, pp. 41-57.

WEAVER, Gary R.; TREVIÑO, Linda Klebe. Compliance and Values Oriented Ethics Programs: Influences on Employees' Attitudes and Behavior. **Business Ethics Quarterly**, 9, pp 315-335. 1999.

WEAVER, Gary R. Corporate Codes of Ethics: Purpose, Process and Content Issues. **Business and Society**. CA, v. 32, n. 1. P. 44-58, Spring, 1993.

A RELAÇÃO ÉTICA E POLÍTICA: DO PASSADO AO FUTURO

Daniel Muniz Rocha do Nascimento

Francisco Ricardo Duarte

Introdução

O debate sobre a relação entre ética e política é algo bem presente, não somente na academia, mas também é um assunto de interesse das entidades privadas, dos agentes públicos e dos cidadãos que sofrem os efeitos dos rumos do Estado. Uma discussão controversa, duas temáticas que parecem opostas para alguns e totalmente vinculadas para outros. Além de mobilizar muita atenção em torno desse assunto, esse tema, também, tem forte tradição no pensamento acadêmico, visto que teóricos, de diversas áreas, em perspectivas diferentes, têm se posicionado historicamente (DINIZ, 1999, p.57).

Alguns dos marcos literários são amplamente difundidos e conhecidos. Dentre esses, podem ser considerados mais evidentes a indissociabilidade entre Ética e Política - proposta na chamada Antiguidade Clássica, escola Grega - bem como a ruptura e o não-diálogo que se estabelece entre elas a partir dos primeiros alvorecer da Modernidade, representadas fortemente por Maquiavel. Essas características de convergência e divergência também são encontradas em obras pós-modernas e contemporâneas (PANSARELLI, 2009, p.10).

Nesse momento, segunda década do presente século, em que o Brasil debate sobre condutas de representantes políticos,

escândalos de corrupção e fala-se sobre uma forte crise ética dentro da sociedade, é fundamental compreender as implicações desta relação para o Brasil do século XXI. Segundo Araújo (2016) é importante e oportuno rever as atitudes individuais e os reflexos delas, na sociedade, para se compreender o dilema ético-político que atinge o Brasil.

Então, nesse texto realiza-se uma breve recapitulação histórica dos principais conceitos ligados à Política, à Ética, enfatizando a relação entre ambas. É importante salientar que esses conceitos e definições não serão esgotados, não é esse o objetivo, mas sim retirados de fases consideradas relevantes na construção desses campos de conhecimento. Além desta revisão, será feita uma análise da conjuntura atual brasileira, em algumas perspectivas ligadas a ética, à política e à corrupção.

Assim, além desse Capítulo I, o texto está estruturado da seguinte forma:

- Capítulo II - Material e Método.
- Capítulo III - Revisão Bibliográfica.
- Capítulo IV - Algumas questões e desafios para a Ética-Política no Brasil do século XXI,
- Capítulo V – Considerações Finais.

Material e Método

Para o estudo realizado foi escolhido o método dedutivo de abordagem. Segundo Gil (2008, p.9), esse método parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e permite chegar a conclusões em virtude unicamente da lógica, assim foram utilizadas bases bibliográficas consolidadas, de ética e política, para considerações de um cenário atual.

Como meio técnico de investigação utilizou-se o método histórico, averiguando acontecimentos e fatos do passado para verificar suas influências na sociedade de hoje (LAKATOS E MARCONI, 2007, p. 107). Foram avaliados livros e artigos acadêmicos que remontam à história da relação ética-política a fim de verificar a influência dessas teorias no debate contemporâneo.

É uma pesquisa do tipo básica, pela natureza, e descritiva, pelos seus objetivos. O procedimento técnico utilizado foi o de pesquisa bibliográfica, pois partiu-se de um material já publicado, como revistas, artigos, teses e livros (GIL, 2008). Tal método foi realizado em duas fases: a coleta de fontes bibliográficas, na qual fez-se o levantamento da bibliografia existente e, logo após, a coleta de informações, na qual realizou-se o levantamento de dados, fatos e informações contidas na bibliografia selecionada. Realizou-se uma leitura exploratória, verificando-se se existiam informações a respeito do tema proposto e de acordo com os objetivos do estudo.

Nos artigos e livros selecionados, foi realizada uma leitura crítica, com a necessária imparcialidade e objetividade, buscando respostas aos objetivos da pesquisa e, em seguida, uma leitura interpretativa, na qual foram relacionadas às informações e ideias dos autores.

Revisão Bibliográfica

Definições e Conceitos

É fundamental, antes de se estabelecer análises sobre Política e Ética, definir conceitos teóricos que limitarão a discussão e a análise das interações históricas promovidas por essas áreas de conhecimento. Por isso, em um primeiro

recorte, serão expostas as referências para política, depois para ética e, por fim, as discussões da relação entre ambas.

Política

Existem inúmeros conceitos vinculados à palavra “política”, pulverizados em muitos autores clássicos. A intenção, neste momento, não é esgotar essas referências, mas sim estabelecer parâmetros que permitam construir relações entre Ética e Política.

Para Grentz & Smith (2005) política está definida como:

A conduta organizada e as várias tentativas de regular relacionamentos que há em qualquer forma de comunidade humana. A política, todavia, é usada geralmente no sentido estrito da ciência e arte de governar da sociedade humana ou os cidadãos de qualquer comunidade ou nação humana. A palavra política origina-se do latim, *politicus*, e do grego *politikos*, e ambas significam “aquele que reside em uma cidade” ou “cidadão”. A política não engloba apenas o governo, a palavra também é usada na referência às táticas, métodos e planos usados para governar (p. 135).

Nesse texto, será utilizada, principalmente, a primeira parte dessa definição, que encara a política como algo mais amplo, inerente aos relacionamentos humanos. Algo que também foi o ponto de partida dos primeiros estudos direcionados a essa ciência na Antiga Grécia. Para os gregos, segundo Chauí (2000, p. 479), a política se referia às tratativas públicas ou a tudo que se refere a uma sociedade organizada. Costumes, moral, guerra, distribuição de recursos, leis e obras públicas eram temas tratados frequentemente nos debates políticos.

A partir dos estudos de Almeida e Battini (2013, p. 46) fica claro que, para os Sofistas, a política era uma convenção

criada pelos deuses, em solidariedade aos problemas humanos, para organizar a cidade. Já Platão entendia que ela é algo artificial e negativa, criada pelos homens para dirimir seus problemas. Enquanto Aristóteles era convicto de que a política surgia de forma natural, pois o homem é um “animal político”. Assim, para entender a política é preciso compreender o ser humano.

Para Maquiavel, apesar de sua obra não apresentar definições explícitas, é possível se inferir que a política é arte de se manter no poder, onde os fins justificam os meios (KRITSCH, 2001). O que rompe com a ideia de conciliação de interesses coletivos, pregado principalmente pelos autores clássicos da Grécia Antiga.

Na visão de Bobbio (2007, p. 954-959), a política limita-se à esfera do Estado, instituição que é responsável pela ordem social. Enquanto a filosofia política clássica está alicerçada sobre o estudo da estrutura das cidades e das suas várias formas históricas, a filosofia política pós-clássica caracteriza-se pela contínua tentativa de uma delimitação daquilo que é político em relação àquilo que não é político, por uma contínua reflexão sobre aquilo que diferencia a esfera da política da esfera da não política, o Estado do não Estado.

Ética

O conceito de ética, apesar de ser bastante discutido dentro da área da filosofia e de outras ciências, ainda é bastante indefinido. Muitos autores já se aventuraram nesse campo de definições, muitas vezes divergente. O conceito de “moral” e “ética” frequentemente entra em conflito, mas nesse texto serão representados os recortes consensuais para muitos pensadores.

Segundo Casali (2008):

A ética será, assim, como uma teoria crítica e uma reflexão criteriosa sobre a conduta moral. A ética busca extrair das experiências morais das diferentes culturas algum conjunto de princípios que possam ser considerados referências comuns a toda humanidade e, assim, alcançar alguma universalidade (p.52).

Uma das principais evidências desta indefinição reside no conflito de significados entre “ética” e “moral”. Casali vem justamente retratar isso em sua obra, mostrando a relação, porém diferenciando uma da outra. A ética é, baseada nos seus argumentos, no estudo das experiências morais, que geram princípios para a humanidade. Então, aqui, para prosseguir a exposição, é importante se delimitar, mais claramente, o escopo e as abordagens tanto da ética como da moral.

Para Oliveira (2006, p.178), a origem etimológica das duas palavras corrobora a confusão de significados. Assim, ética vem do grego “ethos” e moral, proveniente do latim, “mores”, ambas com o significado de “costumes”, “morada humana”, “jeito” ou “modo de ser”. Vaz (2004) afirma que a “moral” está relacionada à produção cultural humana, já o espaço da “ética”, não é dado ao homem, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído.

A moral é ainda definida, como um agrupamento de normas e regras, orientadas à regulação das relações humanas, dentro de uma comunidade social específica, segundo a visão de Vasquez (2007). Essas orientações são explícitas e totalmente conhecidas pelos grupamentos sociais. Também são regras construídas pelo entendimento coletivo.

Já “a ética pode ser entendida como a ciência voltada para o estudo filosófico da ação e conduta humana, considerada em conformidade ou não com a reta razão”

(ARRUDA; WHITAKER; RAMOS, 2001, p.41). Assim, se a moral norteia a conduta, a ética estuda esses comportamentos influenciados pelos costumes, parâmetros sociais e características individuais.

Segundo Alencastro (1997, apud RAMACCIOTTI, 2007, p.35) a ética, assim, aceita a existência da história moral, tomando como ponto de partida a diversidade da moral no tempo, entendendo que cada sociedade tem sido caracterizada por um conjunto de regras, normas e valores, não se identificando com os princípios e normas de nenhuma moral, em particular, nem adotando atitudes indiferentes ou ecléticas diante deles.

Para Oliveira (2006):

A ética apresenta um caráter reflexivo. O ser humano reflete sobre o seu comportamento moral no seu cotidiano social, assim como teoriza sobre esse comportamento, buscando os fundamentos da ação moral humana e a definição do que é o bem e o mal, numa perspectiva universal. A ética faz parte do existir humano em sociedade, envolvendo criticidade, opção e decisão dos indivíduos (p.179).

Assim, as regras e normas estabelecidas pela sociedade são refletidas eticamente pelos indivíduos, no seu comportamento, dentro da prática social. As questões éticas estão presentes no dia a dia, da humanidade, nas relações pessoais, dentro dos aspectos individuais e coletivos. Por isso, a ética permeia as questões políticas, profissionais, econômicas, familiares e sociais como um todo.

Segundo De George (1990), citado por Ramacciotti (2007, p.23), a ética pode ser definida como uma tentativa de se buscar sentido nas experiências morais individuais e sociais, de modo a determinar as regras que devem governar a

conduta humana, os valores que valem a pena serem perseguidos e os traços de caráter que merecem ser desenvolvidos ao longo da vida. Por isso, existe também uma relação tão forte da ética com os aspectos educacionais, que norteiam justamente a formação dos indivíduos no decorrer de sua vida.

Fica claro que é fundamental compreender a relação “ética-moral” para definir-se o que realmente a ética representa e até onde vai a sua abordagem, dentro das relações e interações sociais. Dentro da evolução dos conceitos e da literatura vinculada à ética, encontram-se muitos momentos nos quais a política e suas vertentes interferem diretamente na análise desses materiais acadêmicos, mas esse assunto será abordado na próxima seção, na qual tratar-se-á, especificadamente, dessas relações.

Relação Ética-Política

Neste tópico, será exposta a visão de vários pensadores - em épocas distintas, da humanidade - sobre as semelhanças, diferenças, interações, encontros e desencontros da ética e da política. Como já foi colocado em outro período, não existe unanimidade sobre esses temas e muitos menos a respeito da convivência entre eles.

A questão da relação entre ética e política suscita muitas controvérsias. Historicamente, ela foi debatida em momentos diversos e em circunstâncias, muitas vezes, bem distintas. Estudiosos de filosofia, ciências políticas, ciências sociais, enfim, de diversas áreas tentaram se posicionar frente a essa problemática. É também algo que extrapola os muros da academia, despertando interesses de agentes públicos, servidores ou de eleitores no exercício da sua cidadania.

Aristóteles está entre os primeiros pensadores clássicos que expressaram claramente seus posicionamentos sobre ética e política. Na sua obra “Ética a Nicômaco” ele transmite suas ideias sobre esse tema:

Retomemos a nossa investigação e procuremos determinar, à luz deste fatode que todo conhecimento e todo trabalho visa a algum bem, quais afirmamos seros objetivos da ciência política e qual é o mais alto de todos os bens que se podemalcançar pela ação. Verbalmente, quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgocomo os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam obem viver e o bem agir como o ser feliz (ARISTÓTELES, 1990, p.3-4).

Aristóteles demonstra, no seu trabalho, que a finalidade das ações humanas é a busca pela felicidade; o que move o comportamento do homem é a tentativa de ser feliz. Neste ponto, há uma concatenação entre a vida ética e a vida feliz. Para ele, a política é o caminho para regular a *polis*, direcionando os jovens para que se tornem bons cidadãos e sejam capazes, por meio da racionalidade, de encontrar uma vida feliz, uma vida ética. Portanto, o exercício ético se faz no exercício político, porque o bem do indivíduo depende do bem supremo da *polis*.

Com a chegada da Modernidade, muitas rupturas aconteceram, principalmente do modelo clássico de pensamento, bem representado pelo posicionamento de Aristóteles. A aliança de ética com a política passou a ser duramente contestada. Maquiavel, neste momento, destaca-se como a principal voz contestadora deste modelo (PANSARELLI, 2009).

Eu sua obra “O Príncipe”, Maquiavel (1999) assim se expressa:

Em verdade, há tanta diferença entre como se vive e

como se deveria viver, que aquele que abandone o que faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho de sua ruína do que o de sua preservação, eis que um homem que queira, em todas as suas palavras, fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. Donde é necessário a um príncipe que queira se manter [no poder] aprender a não ser bom e usar ou não a bondade, segundo a necessidade (p.90-91).

Maquiavel reivindica a total autonomia política, com enfoque específico, distinto da ética e da moral. Para ele a política é o caminho para manutenção do poder, não importando os meios utilizados para isso. Ele não condena a moral, só não aceita que a política seja pautada com tais vínculos, pregados pelos autores gregos, já citados nesse texto.

É claro que todos os autores são influenciados pelas circunstâncias envoltas no momento histórico que vivem. Maquiavel, por exemplo, viveu em uma fase de extrema centralização política, crises econômicas e sociais frequentes, nas quais os governantes tinham muita dificuldade para se manterem no poder e as cidades viviam em conflitos constantes. Outro fato importante era a forte crítica à influência da Igreja Católica nas questões políticas.

Segundo Pansarelli (2009, p.17), como consequência dessa ruptura houve um forte distanciamento dos estudos filosóficos em relação às práticas políticas. O que pode ser evidenciado nos movimentos do Esclarecimento germânico e do Iluminismo francês. A obra do filósofo Kant, “ética kantiana”, é um forte exemplo disso, pois, apesar de ser racionalmente organizada, e logicamente bem elaborada, é inaplicável aos domínios da política. Pansarelli (2009, p.180) afirma: “Mas há que se considerar que o projeto moral kantiano é tão logicamente perfeito quanto efetivamente

inexequível no mundo político”.

Para Arendt (2007), as manifestações de Karl Marx, nas suas obras, evidenciam o seu descontentamento com o possível afastamento da filosofia das ações políticas. Segundo a autora, Marx aspirava:

transformar o mundo em conformidade com a Filosofia – e a proposição de Marx implica que a transformação seja precedida de interpretação, de modo que a interpretação do mundo pelos filósofos indique o modo como deveria ser transformado. A Filosofia pode ter prescrito determinadas regras de ação, porém, nenhum filósofo jamais tomou isso como sua mais importante preocupação (ARENDDT, 2007, p. 50).

Nos trabalhos desenvolvidos por Hegel, ele tenta restaurar a união ético-política, reestruturando as proposições da Grécia Antiga sobre ética, moral, política e Estado. Para Silva (2011, p.123) “Hegel pretendia resgatar a ideia de substancialidade ético-política presente no mundo Antigo de forma a conciliá-la ao livre desenvolvimento da liberdade subjetiva – fenômeno peculiar da era moderna”.

Hegel entendia que o público deve ser separado do privado, mas devem estar sintonizados, pois as particularidades entram em conflito e precisam ser conciliadas pela substância ética do Estado, por meio do direito formalmente representado pela legislação. O indivíduo está subdividido entre o público e o privado, o estado e a sociedade civil e, dentro do universo público, é um cidadão que deve se preocupar com a comunidade ética (SILVA, 2011).

Max Weber partilhava de boa parte das discussões iniciadas por Maquiavel. Ele explicou seu posicionamento através dos conceitos de ética da responsabilidade e ética da convicção. Na primeira, o que direciona o comportamento são

os resultados, as consequências; já na segunda, o que encaminha as decisões são os valores. Uma não exclui a outra, mas como um valor considerado bom não necessariamente vai, por si só, atingir uma finalidade desejada, elas possuem uma forte oposição (WEBER, 1998).

Para Bobbio, esta avaliação entre afastamento e distanciamento, da ética e política, é algo insolúvel, para a qual ainda não existem saídas. O autor afirma:

Posto nesses termos, como contraste entre dois sistemas de juízo não coincidentes sobre o bem e o mal, o problema é realmente insolúvel. Haveria uma solução se pudesse demonstrar que sempre, digo sempre, o melhor resultado é aquele que se obtém respeitando princípios (BOBBIO, 1992, p.139).

A distância da filosofia ética para a prática política, evidenciada por teóricos no século XIX, demonstrada por fatos do século XX - sejam por guerras, crises humanitárias e avanço da desigualdade social - tem impulsionado pensadores contemporâneos a refletirem sobre a experiência moral do homem e sua relação com as práticas políticas (PANSARELLI, 2009, p. 22). É justamente o caminho inverso ao proposto por Maquiavel, uma tentativa de aproximar os estudos filosóficos, através da ética, das práticas políticas da sociedade, a fim de interferir nos resultados colhidos pelo mundo atual.

Carvalho (2004) confirma essa constatação:

O pensamento contemporâneo se volta para a experiência moral do homem e a investigação se desenvolve em terreno próprio, diverso do que fora a preocupação dos moralistas de outras gerações. As transformações profundas do último século levaram a mudanças na ética. Muita coisa se alterou no período: as ciências progrediram enorme e rapidamente, desenvolveram-se novas tecnologias, o individualismo

acirrou-se na esteira das grandes guerras e da perda dos antigos fundamentos da ética e o surgimento dos sistemas totalitários se fizeram presentes no cenário da história (CARVALHO, 2004, p. 9-10).

Assim, o pensamento ético-político vem sendo reestruturado, seja como reação direta a fatos graves como a Ética do Discurso de Jürgen Habermas, seja como resposta à opressão histórica, no caso da Ética da Libertação de Enrique Dussel, ou, ainda, em reação concreta às demandas sociais, por exemplo, os estudos da Ética Prática de Peter Singer (PANSARELLI, 2009, p. 22). A política não pode prescindir da ética, nem a ética da política. Não devem ser excludentes, nem iguais, mas sim complementares. A autonomia de cada lado deve ser confrontada para se encontrar o melhor ajuste para o modelo social atual.

Algumas questões e desafios para Ética-Política no Brasil do século XXI

Depois de todos esses posicionamentos e pensamentos, de tantos autores, dentro desse universo, é preciso refletir sobre as novas questões e os desafios atuais para a relação entre ética e política, principalmente, no Brasil, país que vem enfrentando, nas últimas décadas, graves problemas éticos e morais. Expostos por meio de tantos escândalos de corrupção que inundam os jornais e os noticiários diariamente, bem como, pelo famoso “jeitinho brasileiro”, no qual, as pessoas tentam obter vantagens sobre as outras, não se importando assim com qualquer padrão ético.

Existe uma falta de consenso, entre autores, sobre o que seria uma ação corrupta, pois não existe um universalismo sobre a corrupção e o entendimento, por parte da população, pode variar entre atos ilegais, julgados como corruptos, ou até atos ilegais, mas não considerados como corruptos pelo povo.

Tudo isso demonstra que a corrupção é um fenômeno social complexo (ABRAMO, 2005). Brel (1996), citando Rogow & Lasswell(1970) e Hoetjes (1986), explica uma das linhas de definição da corrupção, aquela centrada no interesse público:

Violações do interesse comum, por vantagens especiais, são corruptas (ROGOW & LASSWELL, 1970). Um ato corrupto viola responsabilidades em relação a pelo menos um sistema de ordem pública ou cívica que se baseia na precedência do interesse comum sobre o interesse específico. A corrupção implica compra e venda de decisões públicas, por benefícios ou interesses privados. Para Hoetjes (1986), de modo geral a corrupção administrativa pode ser definida como uma classe geral de abusos ou violações do interesse público. De modo estrito, ocorre quando um funcionário público, agindo conscientemente em sua capacidade oficial, é envolvido em uma transação que beneficia interesses impróprios, especialmente privados (p.67).

Apesar das divergências, nesse texto, foi adotada essa percepção da corrupção pela ótica do interesse público.

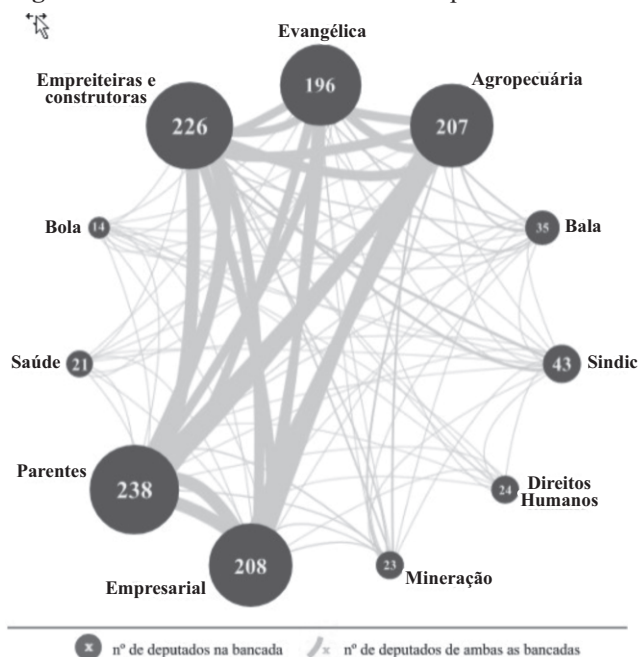
O Brasil, segundo Transparência Internacional (2018), na sua última pesquisa, piorou, muito, sua posição no índice de percepção de corrupção. “O índice, que classifica 180 países e territórios por seus níveis percebidos de corrupção do setor público de acordo com especialistas e empresários, usa uma escala de 0 a 100, onde 0 é altamente corrupto e 100 está muito limpo” (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2018). São muitos escândalos e um volume significativo de desvio de recursos públicos. Todo esse movimento leva as pessoas a questionarem se é possível a política ter alguma relação com a ética. Não importa qual seja o ente federado: municípios, estados e governo federal estão mergulhados nas “páginas policiais”.

É comum o discurso, nos diversos espaços (público e

privado) que os agentes políticos são bandidos, vilões e que devem ser todos presos. Mas de onde eles vêm? Apenas os agentes políticos praticam a corrupção? E por que eles não se comportam de maneira ética?

Os agentes políticos são os representantes do povo para atuarem no Estado, na sua maioria, eleitos pela população, vêm de todos os segmentos: sociais, econômicos, étnicos e religiosos. Eles são verdadeiramente um extrato da sociedade, representam muitos segmentos. Um exemplo disso são os deputados federais, como mostra a figura 1. Muitas vezes, o comportamento desses representantes reflete a postura de diversos indivíduos, tanto no ambiente público quanto no privado

Figura 1 – As Bancadas da Câmara dos Deputados - 2016



Fonte: Medeiros e Fonseca (2016)

Algo interessante para salientar é que nessas denúncias de atos não éticos, especificamente sobre corrupção, os “políticos” ou agentes políticos, quase nunca aparecem sozinhos. Estão comumente acompanhados de servidores, empresários, homens e mulheres que se utilizam de atos ilegais para benefício próprio. Segundo Borini e Grisi (2009), diferentes tipos de corrupção, em diversas modalidades, estão presentes dentro dos ambientes de negócios das micro e pequenas empresas, com envolvimento de diversos atores, sejam agentes políticos, empresários ou servidores. Assim, não existe um segmento apodrecido. A crise é da sociedade e esta precisa encará-la assumindo a responsabilidade sobre seu comportamento.

Existem atos, que não configuram crime de corrupção, pela legislação vigente, mas são escola para formação dos futuros criminosos; desvios nas associações, nos sindicatos, nos condomínios; a “fila furada”; o assédio cometido, a discriminação executada. Todos são caminhos para a corrupção do estado e da sociedade e, conseqüente, para o afastamento da ética (ARAÚJO, 2016). Para Barroso (2017), todos esses exemplos representam parte do que é considerado o “jeitinho brasileiro”. “Nesses exemplos, o jeitinho nada tem de positivo e consiste, na verdade, em desrespeito ao outro, em desconsideração à sociedade como um todo e em condutas simplesmente criminosas” (BARROSO, 2017, p. 7). O autor vai além, afirmando que tudo isso culmina na “corrupção graúda”, em referência ao que está definido em Lei.

É inútil exigir uma ética do outro, quando para si é algo desnecessário. O individualismo deve ser superado em detrimento das conquistas coletivas. É necessária a construção de uma conscientização política por parte de amplos setores sociais, e de expressar-se enquanto consciência de direitos

sociais,. Precisa-se também efetivar a universalização da educação pública, gratuita e de qualidade e conquistar os espaços de educação (escola, universidades, etc). De um lado, porque a educação permite a aquisição, desde instrumentações primeiras para a conscientização política, como ler, escrever, informar, interpretar, analisar, até o acesso ao conhecimento científico e tecnológico desenvolvido pela humanidade.

Considerações Finais

Diante da recapitulação histórica realizada em torno da ética, da política e da relação entre ambas, ficou evidente que não existe um consenso quanto as suas definições e nem em como essas áreas do conhecimento devem interagir. Alguns autores defendem que elas são incompatíveis, mas, outros, são categóricos em afirmar que são vertentes dependentes e necessárias para aprimoramento do convívio social. O isolamento proposto, dá-se mais pelas frustrações, em algumas experiências práticas, do que pela possibilidade de concordância da ética com a política. Entende-se que são campos do conhecimento independentes, porém, complementares em uma relação muito delicada de “meios” e “fins”.

A realidade brasileira é uma forte demonstração do colapso entre a relação ético-política, na qual os casos de corrupção se amontoam diariamente, nas mídias, e o famoso “jeitinho brasileiro” é marca bem presente no dia a dia dos cidadãos. Neste país, separar a política da ética não deu certo, seja esse movimento de maneira intencional ou não. As pessoas começam a cobrar respeito aos princípios morais, por parte dos governantes e dos agentes políticos, porém, esquecem-se de refletir sobre as pequenas ações de corrupção cometidas todos os dias, pelos indivíduos, nos diversos

segmentos da sociedade.

Os desafios para o Brasil, deste século, são tentar entender a ética e a política como grandezas complementares, necessárias para o bom convívio social e a boa gestão do Estado. E, também, que o compromisso da ética não é só do outro, do “político”, mas, sim, de todos que fazem parte dos agrupamentos sociais. Para isso, os investimentos em educação e na formação, política e social, são fundamentais para conscientização e desenvolvimento humano.

Referências

ABRAMO. **Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção.** *Novos Estudos, Cebrap, São Paulo*, v.73, p.33-37, nov. 2005.

ALMEIDA, Marcio Bastos; BATTINI, OKçana; *Ética, Política e Sociedade.* São Paulo: Pearson Educacion do Brasil. 2013.

ARAÚJO, Daniela. Onde começa a corrupção? **Revista Pano de Fundo**, n. 6, p. 16-19, abr/jun. 2016.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco** (Coleção Os Pensadores – Vol. 2). São Paulo: Nova Cultural. 1991

ARRUDA, Maria Cecilia Coutinho de; WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, José Maria Rodriguez. **Fundamentos de ética empresarial e econômica.** São Paulo: Atlas, 2001.

BARROSO, L. Roberto. **Ética e Jeitinho Brasileiro: Por que a gente é assim?**. The Brazil Conference at Harvard & MIT. 08 de abr. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/palestra-barroso-jeitinho-brasileiro.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

BOBBIO, N. et al. (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 2007. 2v

BOBNIO, Norberto. Ética e Política. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 25, p. 131-140, abr. 1992.

BORINI, F.M.; GRISI, F.C. A corrupção no ambiente de negócios: survey com as micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Revista de Administração (RAUSP)**, São Paulo, v.44, n.2, p.102-117, abr./maio/jun. 2009.

BREI, Zani Andrade. Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 64 a 77, abr. 1996. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8128/6943>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

CASALI, Alípio. Ética e sustentabilidade nas relações públicas. **Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas**, São Paulo, n.8, jan./jul. 2008.

CARVALHO, José M. (org.). **Problemas e teorias da ética contemporânea**. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2004

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000

DINIZ, Eli. Ética e Política. **Revista de Economia Contemporânea**, n. 5, p. 57-70, jan/jun. 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRENZ, Stanley L.; SMITH, Jay T. **Dicionário de Ética**:

mais de 300 termos e ideias definidos de forma clara e concisa. São Paulo: Vida, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. 5. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007

MAQUIAVEL. **O Príncipe.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MEDEIROS, E.; FONSECA, B. As bancadas da Câmara. Pública Agência de Jornalismo Investigativo. 18 de fev. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>. Acesso em: 24 de fev. de 2018.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Filosofia da Educação: reflexões e debates.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PANSARELLI, Daniel. PARA UMA HISTÓRIA DA RELAÇÃO ÉTICA-POLÍTICA. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n.2, p. 9-24, jul. /dez 2009.

KRITSCH, Raquel. Maquiavel e a construção da política. **Lua Nova**, n. 53, 2001.

RAMACCIOTTI, C. **A Ética e a confiança nas organizações: um estudo descritivo junto a profissionais da Grande São Paulo.** 2007. 177fls. Tese (Administração de empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2007.

SILVA, Marcelo Lira. **Ética e Política em Hegel: as formas determinativas do Estado Democrático de Direito.** Aurora. Marília, v. 4, n. 2, 2011.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de Percepção de Corrupção 2017.** Transparência Internacional. Disponível em:

https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017. Acesso em: 24 de fev. de 2018.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VAZ, H. C. de Lima. **Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura**, São Paulo: Loyola, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Fernanda Coelho de Figueiredo Soares

Introdução

O tema *ética e responsabilidade socioambiental* surge a partir do momento em que a humanidade se dá conta de que a busca desenfreada e predatória pelo “desenvolvimento” coloca o homem e a natureza como meras ferramentas no processo produtivo. A busca do “ter” negligencia as necessidades do meio ambiente e o bem-estar social, o que tem causado uma série de transtornos.

Uma reorganização de valores passa pelo comportamento ético das organizações, que têm a obrigação de se preocupar com a qualidade de vida dos indivíduos e com a preservação ambiental. Não só no interior dos seus limites, porque a verdadeira responsabilidade socioambiental está diretamente ligada a uma visão estruturalista, que quer dizer, entender a própria organização como parte de um sistema. Sistema esse que influencia e é influenciado por suas ações.

Este texto apresenta a seguinte estrutura: Introdução, Material e Método, Desenvolvimento – que por sua vez se subdivide em Contextualização Histórica, Problematização, Conceitos, Responsabilidade Social e Responsabilidade Ambiental -, Novas Questões Relacionadas ao Tema, Considerações Finais, finalizando com as Referências das obras pesquisadas.

Material e Método

O método utilizado para a construção do trabalho foi a

Pesquisa Bibliográfica. Foram empregados como referência, livros e artigos. Majoritariamente, aqueles que relacionassem com os temas: ética, organizações, reponsabilidade social e ambiental. E, de forma complementar, materiais que pudessem contextualizar e facilitar a compreensão de determinados conceitos que apareceram ao longo da leitura. A pesquisa se iniciou com a escolha do material, com conseqüente leitura, fichamentos, definição dos pontos mais importantes e do roteiro que seria seguido para sistematização das ideias.

Desenvolvimento

Contextualização Histórica

Segundo Karkotli e Aragão (2004), a partir da revolução industrial, e com o advento do capitalismo, a vida do homem passou a girar em torno do capital. Este tem dedicado sua vida, sua energia e suas habilidades intelectuais na e para a produção de bens e serviços. O dinheiro, em forma de lucro ou remuneração, seria o objeto de troca responsável por mover essa dedicação.

Ainda segundo os autores, nesse contexto, o elemento humano é considerado apenas “como mais uma peça da engrenagem fabril” (KARKOTLI E ARAGÃO, 2004, p. 17). A preocupação das organizações se restringia ao seu ambiente interno, negligenciando a importância do ambiente externo. A esfera produtiva teria sido a principal preocupação das teorias clássicas da Administração.

Entre as décadas de 50 e 60, a teoria estruturalista passa a ganhar força. Para entender como esse pensamento interfere da mudança de comportamento das organizações, uma breve definição de estrutura:

Uma estrutura pode ser definida como um sistema integrado de elementos. Essa integração se dá de uma maneira específica, qual seja, se um dos elementos sofre uma mudança, todos os outros elementos serão modificados. As partes componentes dessa totalidade sistemática estão relacionadas entre si [...]. Esse sistema não se confunde com a ideia de organização interna de um conjunto (SALES, 2003).

Foi a partir das abordagens estruturalistas que se passou a observar que o desempenho das organizações depende de outros elementos que não somente aqueles internos, e passa-se a dar ênfase também ao exterior. O estruturalismo considera a organização como uma só estrutura, em todos os seus aspectos. Esse enfoque sistêmico enxerga a organização inserida num meio ambiente, de onde são retirados os recursos para desenvolver sua atividade e para onde também é destinado o resultado do seu trabalho. (KARKOTLI E ARAGÃO, 2004). Ou seja, a organização tem o ambiente em que está inserido como meio e como fim de suas atividades.

“A década de 70 marca o início de uma nova discussão no mundo do trabalho, diferente da tradicional que somente versava sobre o lucro e estratégias competitivas” (PASSOS, 2004, p. 163). Para a autora, é nesse período que as organizações passam a se preocupar com suas obrigações sociais. Segundo Nedel (2004), é a partir da década de 1980 que a ecologia humana passa a ser um tema político. O autor cita que profissionais de diversas áreas (filósofos, sociólogos, cientistas, religiosos, urbanistas, organizações não governamentais) passaram a se preocupar com o assunto.

Todos, ainda que por vias diferentes, chegaram à mesma conclusão: o espaço urbano, biótipo humano por excelência, é ao mesmo tempo o meio mais artificial e perigoso. De toda parte surgiram propostas de ações coletivas para controlar os agentes danosos à vida e ao meio ambiente, tais como a poluição atmosférica, a diminuição dos espaços verdes, as deficiências das

infraestruturas, a falta de habitações, as epidemias, a criminalidade urbana etc (NEDEL, 2004, p. 135).

A partir da década de 1990, o assunto ganha visibilidade quando sai do campo teórico e são criados mecanismos para a prática da responsabilidade socioambiental (PASSOS, 2004). Algumas dessas iniciativas são a RIO 92, a certificação SA 8000 (*Social Accountablity* 8000), as normas internacionais de direitos humanos, uma norma abrangente para a gestão de Responsabilidade Social das empresas chamada AA1000 (*Accountability* 1000), o pacto global - lançado pela ONU - e o livro verde que, depois, deu lugar ao livro branco, que incentiva as empresas de capital aberto a publicarem seus balanços sociais.

Problemática

Responsabilidade socioambiental não pode ser considerada apenas como um conceito, mas, sim, como um comportamento, uma prática a ser adotada tanto pelos indivíduos como pelas organizações. Tanto a sociedade quanto as instituições têm estado mais atentas ao tema. Grandes organizações, tais como a ONU (Organização das Nações Unidas e suas ramificações: Unicef, Unesco, FAO, etc), GreenPeace, WWF (World WideFund for Nature), GRI (Global Reporting Initiative), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e WFP (World Food Programme) têm se formado com o intuito de lidar com problemas e buscar soluções para as questões sociais e ambientais da contemporaneidade.

O modo de produção capitalista e a busca desenfreada pelo “desenvolvimento” têm contribuído para atrair atenção para essa problemática. A acentuação das desigualdades sociais, o esgotamento dos recursos naturais, a poluição, os desastres ambientais, as doenças da modernidade (sejam as

físicas causadas pelo trabalho ou pelo ambiente degradado ou as psíquicas como depressão, pânico e ansiedade) têm sido motivos de preocupação para alguns setores da sociedade. Emerge a responsabilização das organizações com o ambiente e o bem-estar social, que precisam atualizar seus modelos de gestão para se adaptarem as novas necessidades e exigências coletivas:

Modelos e sistemas de gestão inovadores estão sendo propostos, práticas avançadas de administração são continuamente perseguidas para adaptar as empresas às exigências de uma economia globalizada. [...] O gestor [...] necessita manter no centro de suas atenções a qualidade de vida das pessoas do ambiente próximo e remoto da organização sob sua responsabilidade (KARKOTLIEARAGÃO, 2004, p. 9).

As questões sociais e ambientais estão inseridas nos interesses de discussão da ética. Nedel (2004) rejeita a ideia de criação de uma ética nova para a resolução dos problemas ambientais. Para o autor, o respeito à natureza e o trato racional do que nela existe (incluindo os animais) deve ser atingido por intermédio do cumprimento dos deveres do homem para com a natureza, considerada por ele como um patrimônio da humanidade.

Russ (1999) estabelece questionamentos pertinentes à reflexão sobre a ética ambiental: “E se a natureza tivesse direitos, se ela nos abrisse a uma concepção inédita da ética? Como compreender a ideia de um direito ético da natureza, da “physis” concebida como realidade digna de respeito?” (RUSS, 1999, p. 155).

Conceitos

Para que se compreenda a relação entre a Responsabilidade Social e Responsabilidade Ambiental com a

Ética, é necessário entender alguns conceitos relevantes. Alguns deles relacionados, outros complementares e alguns até com intersecções. Mas todos importantes para a percepção do tema. São elencados a seguir.

Ecologia

Nedel (2004) conceitua ecologia como “ciência do hábitat da vida vegetal, animal e humana” (NEDEL, 2004, p. 128). Seu objetivo é estudar a condição da existência dos seres vivos com relação ao meio ambiente/contexto em que estão inseridos. Trata também das características dos indivíduos, e das espécies, e do efeito que os fatores externos, ambientais e tecnológicos exercem sobre eles.

Ética Ambiental

Ainda segundo Nedel (2004), a ética ambiental “estuda o significado ético das relações do homem com o meio. Aponta a responsabilidade moral do ser humano com respeito à natureza em geral e a outras formas de vida” (NEDEL, 2004, p. 134). Essa disciplina indica para a ameaça que a forma predatória e desenfreada de satisfazer as necessidades artificiais representa para o meio ambiente.

Responsabilidade Social

Responsabilidade social é uma questão ética que “pressupõe uma atuação eficaz da empresa com todos aqueles que são afetados por sua atividade, sejam diretas sejam indiretas, possuindo um alto grau de comprometimento com seus colaboradores internos e externos” (MOYSÉS, 2001, apud PASSOS, 2004, p.164).

Ambiente Interno

Podendo ser chamado também de ambiente direto ou

operacional, é definido por Karkotli e Aragão (2004) como “aquele que influencia ou é influenciado por ações ou elementos que têm relação direta com as atividades empresariais” (KARKOTLIE ARAGÃO, 2004, p. 20). Fazem parte do ambiente interno os funcionários, dirigentes, acionistas e investidores.

Ambiente externo

“O ambiente externo ou indireto pode ser compreendido como aquele que não interage diretamente no funcionamento da organização, mas que pode influenciar nas decisões tomadas por seus administradores” (KARKOTLI E ARAGÃO, 2004, p. 20). Fazem parte: os consumidores (mercado atual e potencial), fornecedores, concorrentes, grupos de interesse, mídia, sindicatos e instituições financeiras.

Responsabilidade Social

Carroll (1979, apud FERREIRA E GUERRA, 2012) propõe um modelo que indica quatro tipos de expectativas que devem ser consideradas quando se fala em responsabilidade social nas organizações. São eles:

- i. Economia: a empresa tem que ser lucrativa;
- ii. Legalidade: deve obedecer às legislações vigentes;
- iii. Ética: fazer o que é certo e evitar danos;
- iv. Discrecionarietàade: contribuir para a comunidade e qualidade de vida.

Afinal, o que é responsabilidade social? Passos (2004) questiona se se trata de uma obrigação legal, de um comportamento ético, de filantropia ou caridade. Ou de novos termos como filantropia empresarial, filantropia estratégica,

cidadania empresarial e ética nos negócios. “No Brasil, a ideia de responsabilidade social é mais utilizada diretamente relacionada à ação empresarial, lucrativa, podendo incluir ou não ações filantrópicas ou com a comunidade” (PASSOS, 2004, p. 165).

A autora indica que, nos dias atuais, a sociedade possui uma maior percepção do entrosamento que existe entre as esferas pública e privada. Antes, predominava uma concepção de que toda forma de assistência e de serviços que visam o bem-estar social seriam de responsabilidade do poder público; enquanto que, para as empresas, sobrava, apenas, a missão de criar empregos, gerar lucro e pagar seus tributos.

Apesar de algumas empresas acreditarem que ao pagar seus impostos já estão cumprindo sua responsabilidade perante a sociedade, a forma de pensar sobre as obrigações tem se modificado ao longo do tempo. Responsabilidade social não pressupõe apenas agir dentro da legalidade ou qualquer pequena ação que ultrapasse o estabelecido legalmente. “A doutrina da responsabilidade social significa uma transformação radical na concepção da empresa e de seu papel na sociedade” (PASSOS, 2004, p. 165).

Para Ferreira e Guerra (2012) a expressão “Responsabilidade Social” ainda possui uma quantidade variada de interpretações. Enquanto uns acreditam que seja apenas cumprir a obrigação legal, outros a interpretam como um real comportamento eticamente responsável. Para os autores, ela representa um modelo de gestão que supera o legal e o filantrópico.

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Também se caracteriza por estabelecer metas

empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2012, apud FERREIRA E GUERRA, 2012).

Passos (2004) acredita que agir eticamente, de forma esporádica, não faz uma organização socialmente responsável. É necessário que esse seja um comportamento permanente. Para a autora, a responsabilidade social presume compromisso e consciência das organizações para com as mudanças sociais. É indispensável que elas identifiquem que sua obrigação é acima de tudo com os seres humanos e com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e honesta, não apenas com seus acionistas e clientes. Passos (2004) define, ainda, a Responsabilidade Social como uma prática moral, orientada pela ética e “que vai além das obrigações legais e econômicas, rumo às sociais, respeitando-se a cultura e as necessidades e desejos das pessoas” (PASSOS, 2004, p. 166).

A Responsabilidade Social é considerada, pela autora, como uma prática revolucionária. Afinal, coloca em xeque e altera a essência da relação capital e trabalho, na qual o primeiro era prioridade e dominante sobre o segundo. Ela propõe que o ser humano seja o destaque da relação e não mais o lucro e o capital.

A relação entre responsabilidade e ética é exposta de forma clara pela autora:

Pensar em responsabilidade é pensar em ética. Ela implica em compromisso com a humanidade, respeitando os direitos humanos, justiça e dignidade; e com o planeta, comportando-se de forma responsável e comprometida com a sustentabilidade de toda a rede da vida. É uma atitude humana que exige escolha, opção

livre e consciente. As pessoas precisam tomar consciência da dimensão de seus atos, a quem eles poderão ser úteis ou prejudiciais e se posicionarem de forma transparente e consequente (PASSOS, 2004, p.167).

A prática da responsabilidade social requer respeito e humildade por parte dos seus idealizadores. Faz-se necessário ouvir as demandas das partes interessadas e o envolvimento de todos do ambiente interno da organização: desde os funcionários até os mais altos cargos. São preferíveis as ações mais abrangentes, as que atendam ao maior número de pessoas e atinjam àquelas que tenham menos oportunidades. Esta prática traz consequências positivas para o ambiente organizacional, tais como: benefício à produção, maior motivação e interesse da equipe, um clima organizacional mais saudável, aumento da credibilidade da organização e a preferência dos clientes (PASSOS, 2004).

Contudo, segundo a autora, tais consequências positivas não devem ser a motivação da mudança de postura de uma organização. Há que se considerar a diferença entre a motivação moral, que é aquela pautada na eticidade do agir de forma socialmente responsável; e a motivação instrumental, que é quando a organização se vale das práticas sociais como um diferencial competitivo. Uma falsa organização responsável é aquela que investe em ações que beneficiem o seu ambiente externo enquanto, por outro lado, explora os seus colaboradores.

Responsabilidade Ambiental

Duas vertentes de ética ambiental são apontadas por Nedel (2004): a conservacionista e a preservacionista. A teoria conservacionista considera a natureza como um instrumento, que pode ser explorado e modificado pelo homem, desde que o

intuito seja obter o bem-estar para o maior número de pessoas. Já a teoria preservacionista assume um valor próprio à natureza, existindo um limite para sua exploração por parte do homem. Assim, este tem que proteger, respeitar, desenvolver e usar seus recursos, sem depredá-la.

Leisinger e Schmitt (2001) não acreditam em superação da pobreza sem desenvolvimento industrial:

Só as pessoas românticas, ou as que não tenham nenhum conhecimento da pobreza nos países em desenvolvimento, podem achar que a melhoria da qualidade de vida nesses países seria possível sem um crescimento econômico e sem um desenvolvimento industrial (LEISINGER E SCHMITT, 2001, p. 88).

Os autores admitem que investimentos em tecnologias de preservação ambiental sejam geradores de custos elevados e sugerem como solução a parceria entre as organizações e a busca de coalizões para que haja transferência ecológica de tecnologia. Os recursos são escassos e as necessidades infinitas, portanto, para a ecologia, a relação custo-eficiência também é muito importante. “O que numa perspectiva ética global logo se torna evidente é perfeitamente possível que crie problemas quando for posto em prática por empresas individuais” (LEISINGER E SCHMITT, 2001, p. 89).

Dentro de uma perspectiva ética, iniciativas empresariais isoladas devem ser exigidas até o limite do que técnica e economicamente é viável. Elas possuem um valor intrínseco – mas para uma melhoria sustentável do status quo ecológico as iniciativas isoladas não possuem senão uma utilidade limitada (LEISINGER E SCHMITT, 2001, p. 89).

Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável é aquele: “capaz de suprir as

necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro” (O QUE... 2018). Ou seja, diferente do que muitos pensam, desenvolvimento sustentável não é frear ou parar o desenvolvimento, e, sim, conciliar o progresso com o cuidado com o meio ambiente. A definição surgiu como proposta de harmonização entre os dois objetivos que aparentemente são opostos: o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

É natural que as organizações não sejam inicialmente ecológicas. Normalmente, elas fazem aquilo que delas é exigido, por intermédio de legislações, ou aquilo que é do seu interesse. Os altos custos, em curto prazo, desestimulam e desmotivam práticas voltadas para a preservação ambiental. Mas, no longo prazo, os investimentos voltados à ecologia podem apresentar vantagens econômicas. Ações relativamente simples podem ser relacionadas para melhorar a atuação da empresa frente às necessidades naturais tidas como: redução do consumo de energia, redução do consumo de matérias primas não renováveis, diminuição da produção de lixo, substituição de materiais tóxicos e/ou não renováveis por matérias limpas e renováveis e preferência por materiais recicláveis (LEISINGER E SCHMITT, 2001).

Russ (1999) valida a preocupação com as questões ambientais ao afirmar que: “este levar em conta ecológico das mutações do agir humano e da realidade natural é legítimo, como vontade de inscrever os problemas do meio ambiente no coração das preocupações éticas” (RUSS, 1999, p. 156). A autora ressalta que tratar de “direitos do ambiente” pode parecer estranho ou extravagante uma vez que, culturalmente, direitos são associados a seres humanos. Mas a ética ecológica

profunda não concorda que esse seja um privilégio apenas do homem; ela reconhece a natureza como um “fim em si”, que não deve ser tratada apenas como meio e que possui valor absoluto.

Leisinger e Schmitt (2001) chamam a atenção para a responsabilidade do Estado para os assuntos ambientais. Eles afirmam que apenas o idealismo e crenças pessoais das lideranças empresariais são capazes de gerar iniciativas voltadas para esse fim, o que tornaria a produção de políticas ambientais, por parte das organizações, apenas pontual. Portanto, compete ao poder público legislar e regulamentar tais políticas. Algumas sugestões - como criar estímulos de mercado para a proteção ambiental, conferir durabilidade e conversibilidade às políticas e atribuir aos bens ambientais um preço que reflita sua escassez ou a valorização social de seu uso - são dadas pelos autores.

Esta última sugestão é apresentada, porque Leisinger e Schmitt (2001) consideram que os preços de mercado não refletem plenamente os custos do uso ambiental, não expressam a “verdade ecológica”.

Custos de fundamental importância para o emprego e os danos do meio ambiente não transparecem plenamente nos orçamentos das empresas (como não aparecem também nos orçamentos familiares ou do Estado), mas são em sua maior parte transferidos (externalizados) para a sociedade ou para as gerações vindouras (LEISINGER E SCHMITT, 2001, p. 91).

Ou seja, se os preços refletissem de fato o dano que a sua produção causa ao meio ambiente, as empresas se preocupariam mais em minimizar o impacto de suas fabricações. Por exemplo, se um refrigerante envasado numa embalagem PET custasse o equivalente ao tempo que esse

material demora a se decompor depois de descartado e ao custo ambiental de se explorar e refinar petróleo, ele seria muito mais caro do que um mesmo refrigerante envasado numa embalagem retornável, por exemplo. Isso tornaria o produto menos competitivo e obrigaria as empresas a procurarem soluções alternativas e mais sustentáveis.

Outro cuidado para o qual os autores alertam é para a ampla organização e cooperação internacional das políticas ambientais. Os esforços de um país tornam-se inúteis quando outro possui uma legislação menos rigorosa e permite que as empresas transfiram suas produções ou a parte suja delas de um para outro.

Contudo, Russ (1999) traz um alerta para a inversão de valores (“sob o amor à natureza, o ódio aos homens”) e uma busca pelo equilíbrio entre a proteção à natureza e à humanidade. “Não é mais o homem que é tomado como centro de referência, mas da natureza ou da vida. Um anti-humanismo se esboça frequentemente, anti-humanismo presente em numerosos movimentos verdes atuais” (RUSS, 1999, p. 157).

Novas questões relacionadas ao tema

Em 2015, a ONU (Organização das Nações Unidas) lançou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Segundo o preâmbulo do documento:

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A Agenda possui uma lista com 17 objetivos e 169 metas de desenvolvimento sustentável que visam estimular ações por parte dos países a partir de parcerias colaborativas para os próximos 15 anos. Os objetivos são: erradicação da pobreza, erradicação da fome, saúde de qualidade, educação de qualidade, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energias renováveis, empregos dignos e crescimento econômico, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo responsável, combate às mudanças climáticas, vida debaixo da água, vida sobre a terra, paz e justiça e parcerias pelas metas.

De forma bem-humorada, e destacando a complexidade das ações para que se atinjam os objetivos globais da Agenda 2030, a ONU lançou, em dezembro de 2017, o “Guia da Pessoa Preguiçosa para Salvar o Mundo”. O guia é para que pessoas comuns possam contribuir para a construção de um mundo melhor por meio de pequenas atitudes no dia a dia. As dicas são divididas em três níveis de complexidade: sofá superstar, herói e heroína da família e pessoal legal do bairro (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

No nível sofá superstar algumas das dicas são: economizar energia, pagar contas *on-line*, cobrar das autoridades, não imprimir, apagar as luzes, comprar de empresas sustentáveis, manter-se informado e comprar créditos de carbono.

No nível herói e heroína da família: usar o ar natural para secar a roupa, usar palitos de fósforo, reaproveitar água da chuva, instalar painéis solares, usar aparelhos de energia eficientes, comprar produtos pouco embalados, reciclar, fazer compostagem, comer menos carne, peixe e aves, e tomar

banhos curtos.

Para o último nível, o “pessoa legal” do bairro, algumas das recomendações são: comprar de comerciantes locais, votar de forma consciente, vacinar-se e vacinar os filhos, doar o que não usa, fazer manutenção do carro, utilizar sacolas retornáveis nas compras, andar de bicicleta, de transporte público ou caminhar e comprar de forma inteligente.

Considerações Finais

Não é mais possível que as organizações ignorem a necessidade de agir de forma responsável com a sociedade e com o meio ambiente. E isso não significa fazer apenas o que lhes é exigido pela legislação e muito menos se ater a políticas internas. É preciso compreender a organização de forma sistêmica, entender que ela é afetada e afeta todo o ambiente ao seu redor. Não existem sistemas isolados.

De forma equilibrada, é preciso cuidar das pessoas e da natureza. Os problemas existem: a poluição, o desmatamento, a extinção das espécies, a violência nas cidades, a fome, a extrema pobreza. Tudo isso é real. E todos são corresponsáveis, pois compõem uma mesma estrutura.

De fato, a mudança de comportamento é sempre custosa. Adequar-se à sustentabilidade e à responsabilidade pode ser dispendioso. Mas a não mudança, a negligência aos problemas sociais e ambientais pode custar mais caro no futuro.

As Organizações não governamentais emergem com a preocupação de controlar os avanços destrutivos e propor soluções aos problemas. Além de estarem dispostas a agir de forma colaborativa com as instituições para atingir seus objetivos. É preciso consciência e união para que a existência humana seja sustentável no mundo.

Referências

FERREIRA, Bruna Souza; GUERRA, José Alfredo de Pádua Guerra. Responsabilidade socioambiental: um olhar sistêmico em uma organização estatal. 8º Congresso brasileiro de sistemas. **Revista Gestão & Conhecimento**. Poços de Caldas, MG, PUC, p. 159-180, 2012.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LEISINGER, Klaus Michael; SCHMITT, Karin. **Ética empresarial**: Responsabilidade global e gerenciamento moderno. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. **Guia da pessoa preguiçosa para salvar o mundo**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/guiadopreguicoso/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

NEDEL, José. **Ética aplicada**: pontos e contrapontos. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2004.

O QUE é desenvolvimento sustentável? Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em: 29 jan. 2018.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. São Paulo: Paulus, 1999. (Coleção filosofia em questão).

SALES, Léa Silveira. Estruturalismo – história, definições, problemas. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, EDUFSC, n. 33, p. 159-188, 2003.

OS DESAFIOS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PNAP COMO INDUTOR DE UMA GESTÃO PÚBLICA ÉTICA E RESPONSÁVEL.

Júlio Cezar Costa Ramos

Introdução

A familiaridade com a palavra ética vem crescendo no Brasil a cada dia, bem como a utilização de seus significados. Antes entendida como parte do estudo da Filosofia responsável pela explicação das atitudes humanas atreladas ao seu contexto social, a ética é tida como a solução para quase todas as crises da humanidade.

O estudo sobre a ética veio a ganhar espaço na Grécia antiga, a partir do século IV a.C. com a racionalização das questões éticas proposta pelos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles. Entretanto, tem-se notícias de utilização de preceitos éticos desde que o homem passou a viver em sociedade.

O objetivo desse artigo é demonstrar o quanto a qualificação dos servidores públicos brasileiros e da sociedade civil pode resultar na mudança de postura desses servidores e incorrer em atitudes éticas e responsáveis na execução dos seus trabalhos diários, introduzindo assim, constantes melhorias na Administração Pública. Para dar fundamento ao

objetivo proposto, utilizaremos o curso de Especialização em Gestão Pública do PNAP como objeto de estudo. Entre os tantos outros, neste artigo utilizaremos o seguinte conceito para ética: “É o estudo do comportamento humano, investigação sobre o que é bom e o que é mau, e sobre o modo de se estabelecerem, histórica e teoricamente, normas válidas para todos” (ASSMANN, 2012, p. 85).

Para Administração Pública, utilizaremos o conceito de Meirelles (2004 apud JUNQUILHO, 2012): “a totalidade de serviços e entidades ligados ao Estado”, sendo caracterizada como todas as programações, ações, gastos, e outras atividades praticadas por agentes públicos, com o objetivo de atender às demandas da sociedade.

A “máquina pública” brasileira conta com mais de 10 milhões de servidores públicos, se considerados todos os entes da federação, e envolve as mais variadas atividades fundamentais para o funcionamento do Estado brasileiro. Para a gestão de toda essa gente e todo o dinheiro público envolvido, não basta a “boa vontade” de agentes políticos e administrativos, nem a definição dos interesses do órgão ou do grupo político no qual está inserido. Todo agente público, independentemente de ser político ou administrativo, deve ser qualificado. Essa qualificação vai desde uma formação técnica até a comportamental.

Nesse contexto, o curso de Especialização em Gestão Pública do PNAP vem a contribuir tanto na formação técnica quanto comportamental dos agentes público. Outra contribuição, acontece no combate à corrupção, crime praticado com frequência no Estado brasileiro, e responsável pela não eficiência do Estado. Vale destacar ainda, a importância do curso na formação da sociedade civil, para que

esta atue como fiscal das atividades estatais.

Metodologia

O método utilizado para a elaboração desse artigo foi Pesquisa Bibliográfica, tendo como base as bibliografias adotadas nas matérias do curso de Especialização em Gestão Pública do PNAP, ofertado pela Univasf. Foi feita também uma contextualização dos temas abordados com a ética, relacionando cada matéria aos conceitos e aplicações dela, aos novos desafios da Administração Pública brasileira.

O artigo está dividido em duas partes, além da introdução e considerações finais. Na próxima seção, será feita uma apresentação geral do curso de Especialização em Gestão Pública do PNAP no contexto do tema deste artigo. Na quarta seção, faremos uma revisão bibliográfica nos textos base utilizados nas disciplinas do curso e apontaremos a relação de cada matéria com a ética na Administração Pública.

O curso de Gestão Pública

O Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP nasceu da preocupação governamental com a gestão pública, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os municípios e o Distrito Federal passaram a ter autonomia política, administrativa e financeira, sendo inseridos no rol dos entes federativos. Sua idealização se deu com a percepção de que os municípios menores e mais afastados dos grandes centros não estavam evoluindo na gestão dos seus recursos, nem se enquadrando em qualquer padrão de qualidade no atendimento às demandas da sociedade, necessitando de capacitação específica e direcionada para os problemas locais.

Os cursos de pós-graduação do programa têm como

objetivos, de acordo com o seu projeto básico:

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos.
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica.
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal.
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas (BRASIL, 2012).

O curso de Especialização em Gestão Pública do PNAP, ofertado pela Univasf conta 510 (quinhentas e dez) horas, divididas em uma grade curricular com 16 disciplinas: Introdução a Modalidade Educação a Distância; Estado, Governo e Mercado; O Público e o Privado na Gestão Pública; Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro; Políticas Públicas; O Estado e os Problemas Contemporâneos; Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública; Comportamento Organizacional; Metodologia Científica; Cultura e Mudança Organizacional; Planejamento Estratégico Governamental; Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos; Gestão Operacional; Gestão Logística; Plano Plurianual e Orçamento Público; e Monografia.

Contribuições da literatura

Analisemos então as contribuições das disciplinas do curso de Especialização em Gestão Pública do PNAP, na formação profissional dos discentes, com o foco na ética na Administração Pública.

Introdução a Modalidade Educação a Distância

A disciplina tem como objetivo preparar os discentes para a modalidade de educação a distância - EAD. O seu foco é trazer os novos modelos de aprendizagem que proporcionados por esta modalidade de ensino, principalmente, no compartilhamento da responsabilidade do aprendizado do professor com o aluno, ficando aquele, com a responsabilidade de atuar mais como um facilitador de aprendizagem do que como o dono do conhecimento a ser transferido para o estudante. Outros atores também são de fundamental importância na EAD, tais como: os tutores, o coordenador do curso, os técnicos responsáveis pela plataforma virtual, e os agentes administrativos lotados nos polos presenciais de ensino.

Em um país com dimensões continentais como Brasil, são grandes as dificuldades para levar educação de qualidade, de forma presencial, para as áreas mais afastadas. A educação a distância tem crescido bastante, graças ao desenvolvimento das tecnologias de informação, comunicação e ao alcance da mesma, vai além da questão territorial. Pelo fato de o discente poder escolher o melhor momento para estudar, através de plataformas virtuais e material didático disponibilizado pelo professor (livros, e-books, vídeos, apostilas), a EAD consegue atender às demandas de aprendizado das pessoas que não tinham a menor condição de se deslocar para uma sala de aula 5 dias por semana. Caminheiros, jogadores de futebol, vendedores externos (que trabalham viajando), mães que não

têm com quem deixar os filhos para ir a uma faculdade, pessoas com incapacidade ou dificuldade de locomoção, entre outras, passaram a ter a oportunidade de frequentar cursos de qualidade, sem saírem de suas casas.

Entre os principais benefícios da modalidade de Educação a Distância, considerando a gestão dos recursos públicos em prol da coletividade, podemos citar: a universalização do conhecimento; o baixo custo, se comparado ao custo da educação presencial; o aumento da autoestima dos discentes, que têm a responsabilidade de serem os principais atores no processo de aprendizagem; a otimização do tempo e possibilidade de acesso ao material de estudo em horários não convencionais.

Para Daumal (2007, p.66): “o sucesso da aprendizagem é derivado do interesse e da manutenção deste ao longo do curso”. O autor reforça ainda a responsabilidade do estudante da modalidade à distância, que deve ser estendida a sua atuação enquanto agente público ou fiscal a atuação deste.

Estado, Governo e Mercado

A disciplina tem como objetivo principal trazer os principais conceitos referentes a Estado, Governo e Mercado; suas relações, variações no decorrer da história; e as principais utilidades desses conceitos no dia a dia dos agentes públicos.

Um dos principais preceitos éticos é “agir sempre em busca de um bem comum”. Mas, qual seria esse bem? Representantes do Estado têm que tomar diariamente decisões que podem trazer o bem, o mal, ou os dois ao mesmo tempo para sociedade. Para que essas decisões sejam tomadas da forma mais coerente possível, esses servidores públicos têm que ter a total conhecimento da sua função como representante

do povo e das consequências dessas decisões.

Outras discussões que também envolvem a disciplina, são referentes ao “tamanho do Estado” e “qual o grau de liberdade que o Mercado deve possuir”. Esses questionamentos sempre serão atuais em todos os Governos. De acordo com Coelho (2012, p. 7): “Por mais que se tenha buscado, e ainda se continue buscando, encontrar o ponto de equilíbrio entre a intervenção estatal e a liberdade de mercado, esse equilíbrio não poderá ser mais que temporário”.

Nesse contexto, deve-se buscar incessantemente esse equilíbrio, seja através de intervenção estatal em atividades privadas, incentivos governamentais em áreas estratégicas do Mercado, ou até mesmo saindo de cena e deixando o Mercado se reorganizar em determinados momentos.

O Público e o Privado na Gestão Pública

O Brasil vem de uma cultura Patrimonialista desde o seu descobrimento. Escândalos de corrupção envolvendo agentes públicos e empresas privadas, a exemplo do Departamento de Propina operado pela empresa Odebrecht, no qual se contabilizava todos pagamentos irregulares em troca de benefícios em processos públicos; só reforçam a ideia de que toda a cultura política do país é propensa a essa “confusão de distinção” entre o que é público ou privado.

Empresas e particulares patrocinam os políticos, que indicam os seus aliados para os cargos públicos, estes tomam as principais decisões do país em favor dos grupos aliados, prejudicando a maioria da sociedade. Nesse jogo, todos saímos perdendo. A disciplina tem como principais tópicos: a dicotomia entre o público e ou privado; prerrogativas do público sobre o privado e a relação entre o Estado e os

servidores públicos; e os princípios da Administração Públicas e suas relações com o setor privado.

Nesta disciplina, as fronteiras que demarcam os espaços da esfera pública e da esfera privada, dos interesses privados e dos interesses coletivos, dos direitos do cidadão e dos poderes e deveres do Estado, foram tratadas a partir das contribuições da Filosofia e do Direito – o que é inescapável –, mas sempre de forma contextualizada e por meio de exemplos representativos de situações do dia a dia do gestor público (COELHO, 2009, p. 8).

No decorrer dos estudos, os alunos tiveram acesso, além dos conceitos básicos da disciplina, a conteúdos norteadores da boa atuação quando investidos em cargos públicos ou no exercício cidadania.

Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

A disciplina tem como objetivo “analisar o processo de construção da estrutura de Estado no Brasil, da Proclamação da República até os dias atuais” (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 7).

A partir dessa análise, o aluno do curso de Especialização em Gestão Pública pode entender um pouco do contexto atual da Administração Pública brasileira e comparar com fases anteriores. Esse conhecimento enriquecerá a base ética do aluno e o ajudará a não incorrer em erros praticados reiteradamente no âmbito das organizações públicas.

Para a melhor compreensão do assunto, a disciplina foi organizada em três etapas, de acordo com a ordem cronológica e o momento histórico da sociedade brasileira: 1) da República Velha ao Regime Militar; 2) o Regime Militar; e 3) da Nova República aos dias atuais.

Após o estudo da disciplina, podemos chegar à conclusão de que avançamos muito em pouco mais de 200

anos de independência. Entretanto, fica evidente que algumas práticas nocivas à Administração Pública ainda insistem em existir, cabendo aos Gestores Públicos a elaboração de normas capazes de eliminar as práticas irregulares e punir os agentes envolvidos.

Políticas Públicas

Ficaria impossível tratar de Administração Pública e ética sem tratarmos da elaboração de políticas públicas. É através das políticas públicas que os agentes guiam as ações dos seus Governos. O objetivo geral da disciplina Políticas Públicas é:

Levar o estudante a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (policy) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (politics) (RUA, 2012, p. 7).

A partir do objetivo geral, a disciplina tratou dos conceitos básicos de política pública, seus ciclos e da sua implementação. Outro ensinamento importante foi de que “bem comum” muitas vezes vai ser diferente do “bem de todos”. Isso porque as prerrogativas dos agentes públicos trazem a possibilidade de eles agirem em prol do bem comum, mesmo que tire algum tipo de direito de qualquer membro da sociedade. Como exemplo disso, temos a política de segurança pública, onde pessoas que cometem crimes são privadas de sua liberdade.

No contexto da base ética inerente aos servidores públicos, podemos tirar o aprendizado da disciplina de que a elaboração, implementação e acompanhamento de uma política pública envolve diversos fatores e agentes. Devendo, cada ator investido no serviço público, seja político ou administrativo, ter a consciência de que ele é o maior

responsável pela busca do bem comum, através da implementação das políticas públicas.

O Estado e os problemas contemporâneos

Pobreza, desigualdade, exclusão e cidadania, são alguns dos temas que a sociedade brasileira sempre foi acostumada a debater e cobrar políticas públicas no intuito de corrigir distorções e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A disciplina de “O Estado e seus Problemas Contemporâneos” busca trazer ao aluno as dimensões históricas dos estudos e políticas sociais do Brasil. Santos (2009, p. 7) destaca que são vários os problemas do Estado brasileiro, entre eles, a indecisão sobre qual o papel que o Estado pode e deve desempenhar na promoção de soluções para atender às demandas da sociedade contemporânea.

Para que os agentes públicos possam tomar decisões com o alcance necessário, a fim de acabar com determinados problemas da sociedade, faz-se necessário o conhecimento aprofundado sobre a nação. E para que eles possam traçar as diretrizes das políticas públicas com eficiência, têm que estar cientes do contexto econômico, cultural e social dos atores envolvidos.

Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Uma das principais características dos governos patrimonialistas é a personificação de agentes políticos, administrativos, representantes da sociedade que possam trazer mais votos para o agente político e parcelas da população que possam trazer mais benefícios para os grupos dominadores. A partir dessa personificação, as políticas públicas são direcionadas, ferindo todos os princípios da Administração Pública e fazendo da máquina pública uma

grande propriedade particular.

A partir do momento em que são traçados indicadores socioeconômicos na gestão pública, o Estado passa a priorizar as áreas com maior necessidade intervenção através de políticas públicas e dá um salto da Administração Patrimonialista para a Gerencial. Como principais tópicos estudados tivemos os conceitos básicos sobre indicadores sociais; as principais pesquisas, fontes de dados e indicadores; e a introdução às fontes de dados e indicadores econômicos. Jannuzi (2012) afirma que:

Qualquer profissional, técnico ou gestor que atue no setor público ou em áreas próximas, que queira compreender melhor o debate atual sobre desemprego, pobreza, desenvolvimento econômico local, impactos ambientais ou que precise formular e implementar programas, projetos e ações nessas áreas necessita entender mais profundamente o que são os Indicadores Socioeconômicos, para que servem, como são construídos e como podem ser usados na elaboração de diagnósticos e em outras atividades do Planejamento Governamental e da Gestão Pública (JANNUZI, 2012, p. 7).

Portanto, podemos chegar à conclusão de que uma administração ética e responsável começa com a elaboração de indicadores socioeconômicos capazes de dar subsídios para os agentes públicos traçarem as prioridades da sociedade e acompanhar o desenvolvimento desses indicadores.

Comportamento Organizacional

Um país com mais de 200 milhões de habitantes e com dimensões continentais como o Brasil, exige uma grande quantidade servidores públicos para gerir e organizar a Administração Pública. E para gerenciar esses servidores, se farão necessários gestores capacitados para levar as

organizações obter o melhor desempenho e manter os colaboradores sempre motivados. Assim, o Comportamento Organizacional está ligado à maneira na qual servidores e organizações se portam no desempenho de suas atividades.

A disciplina tem como propósito discutir o Comportamento Organizacional com ênfase na Administração Pública (BERGUE, 2012, p.7). Os principais tópicos abordados são: a motivação no setor público; processos organizacionais; e estrutura e comportamento em organizações públicas.

O conhecimento sobre a gestão do comportamento organizacional se faz necessário para que o gestor possa inserir no contexto organizacional as mudanças necessárias, a fim de suprir as necessidades das organizações públicas e da sociedade civil.

Metodologia Científica

A disciplina discute a importância da implantação de uma metodologia em pesquisa em Administração Pública. Espera-se que muitos tenham ciência dos avanços que devemos buscar na Administração Pública, principalmente na geração de conhecimento, enquadrando os resultados das pesquisas no campo do Conhecimento Científico, de acordo com parâmetros nacionais e internacionais.

Para quem pretende realizar pesquisas, desenvolver atividades específicas de gestão em organizações públicas, participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas, o conhecimento sobre métodos de pesquisa contribui de maneira significativa na análise, na avaliação e na aplicação dos resultados, visando a

conclusão de que os gestores públicos precisam estar sempre preparados para implantar essas mudanças, os demais servidores para acompanhar e a sociedade civil para cobrar desses servidores o melhor desempenho no uso de suas atribuições. Assim, fica evidenciada a importância do estudo da cultura e mudança organizacional.

Planejamento Estratégico Governamental

A disciplina traz a discussão sobre a necessidade de desvinculação do “Estado herdado” e uma constante busca por um “Estado necessário”. Por “Estado herdado” podemos entender a forma de governar baseada em experiências anteriores, adaptada às novas gestões. Já por “Estado necessário” podemos entender um Estado programado para atender às necessidades de sua população, um Estado voltado para o desenvolvimento, sem deixar de lado os mais necessitados.

O Planejamento Estratégico Governamental – PEG é uma ferramenta necessária para que tenhamos uma certa constância nas organizações pública e para evitar que agentes públicos “mal-intencionados” coloquem os seus objetivos à frente dos objetivos organizacionais.

No Brasil, o PEG passou a ser implantado a partir da reforma da Administração Pública Gerencial dos anos 90. Como citado na introdução deste artigo, nem todos os entes governamentais acompanharam a reforma da Administração Gerencial, sendo a disciplina de Planejamento Estratégico Governamental uma disseminadora de conhecimento e propulsora da implantação do PEG em todos os entes da federação.

Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos

melhoria da sociedade. Zannela (2012) destaca que:

A função do agente público é cercada de afazeres que vão além de uma rotina diária. Este agente tem que estar sempre prestando contas para a sociedade e propondo melhorias para a gestão pública, sempre de forma escrita, tal qual a Monografia. À sociedade civil cabe a fiscalização sobre a prestação do serviço público, através dos documentos gerados pelos agentes públicos, e a colaboração com o poder público para desenvolvimento social (ZANNELLA, 2012, p. 10).

A ausência de uma metodologia de pesquisa e a falta de parâmetros na elaboração do conhecimento, faz do agente público um refém de sua própria consciência, ou das pessoas que o influenciam, indo contra a busca do bem comum.

Portanto, a utilização de uma metodologia de pesquisa não se dá apenas no contexto da pesquisa científica, é de fundamental importância para que o administrador público possa produzir materiais que propiciem o melhoramento da atividade Estatal.

Cultura e mudança organizacional

Historicamente, a Administração Pública brasileira passou por diversas fases, tendo vivido diversos momentos de turbulências e mudanças. Isso se dá devido as alterações de comportamento da sociedade e a necessidade de acompanhar “o mundo” no processo de globalização e modernização proporcionado, principalmente, pelo avanço tecnológico. Nesse sentido, Bergue (2012, p.9) destaca que falar de cultura e mudança organizacional, será sempre uma constante em qualquer organização, pois as organizações estão em constante mutação.

Com base no conteúdo disposto no material didático (livro, apostila e vídeo aulas) da disciplina, podemos chegar à

A Constituição Federal de 1988 concedeu diversos poderes e competências a estados e municípios que antes eram centralizados. Se por lado, facilitou o trato dos problemas de uma forma regionalizada, onde eles realmente acontecem, por outro, gerou diversos problemas como a falta de capacitação desses entes estatais e algum tipo de conflito de competências entre eles.

Para Rede, utilizaremos o conceito que Migueleto (2001 apud MALMEGRIN, 2010) traz:

A rede é um arranjo organizacional (sistema organizacional) formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de realizar objetivos complexos, e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito é inexorável, por isso se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação (MIGUELETO, 2001 apud MALMEGRIN, 2010, p. 16).

Vale lembrar que os entes federativos vivem em constantes conflitos éticos proporcionados pelos ambientes de Competição e Cooperação entre eles. Assim, itens como, verbas do executivo, emendas parlamentares, a instalação de grandes empresas e órgãos públicos, são disputas constantes entre eles. Em alguns casos, observa-se a busca pela cooperação em áreas como saúde e educação.

A disciplina de Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos traz essa Rede como sinônimo de desenvolvimento federativo, no qual, a Cooperação pode

ultrapassar os métodos convencionais, proporcionando economia e efetividade do poder público como um todo.

Gestão Operacional

O objetivo geral da disciplina Gestão Operacional é discutir o conjunto de ações que devem ser planejadas e executadas para a melhoria contínua da prestação de serviços públicos. De acordo com Malmegrin (2012):

Gestão Operacional está configurada como um espaço integrador das competências que um gestor público deve possuir para exercer uma efetiva gestão da prestação de serviços públicos, por um órgão do Estado ou mesmo por uma entidade não estatal (MALMEGRIN, 2012, p. 12).

Nesta concepção, todo gestor público deve buscar incansavelmente melhorar o processo de gestão e otimizar o serviço. No desenrolar da disciplina foram tratados os seguintes tópicos: os conceitos básicos de gestão operacional; os ciclos de gestão; as gestões operacionais críticas; e o controle operacional e os sistemas de gestão. Tais conhecimentos possibilitaram o aprimoramento da capacidade do gestor na transformação da organização.

Gestão Logística

Muitas vezes entendida como a atividade de entrega de algum produto, a Gestão Logística representa muito mais do que isso. Ela é a harmonia no que se refere a gestão. Costa (2010) define a logística como:

A colocação do produto certo, na quantidade certa, no lugar certo, com o prazo certo, na qualidade certa, com a documentação certa, ao custo certo, produzindo ao menor custo, da melhor forma, deslocando mais rapidamente, agregando valor ao produto e dando resultados positivos aos acionistas e clientes. Tudo isso respeitando a integridade humana de empregados,

fornecedores e clientes, e a preservação do meio ambiente. (DA COSTA, 2010, p 17).

A disciplina tem como objetivo geral oferecer ao estudante uma estratégica para a redução de custos, a otimização de processos e a administração de materiais, de forma a atender diretamente essas áreas no que diz respeito ao gerenciamento da cadeia de atendimento.

Para exemplificarmos a importância da Gestão Logística, suponhamos a falta de materiais de higiene e limpeza em um hospital ou posto de saúde. Mesmo sem ser de uso direto na área fim, esta falta de materiais inviabilizaria o atendimento médico e ambulatorial aos pacientes.

Em um ambiente macro, enquanto gestores públicos, temos consciência de que uma má gestão logística causa danos para a sociedade ao longo do tempo. Cabe aos gestores públicos a missão de proporcionar uma melhoria nessa área tão importante para o desenvolvimento nacional.

Plano Plurianual e Orçamento Público

Os déficits orçamentários sucessivos são a prova do mau uso do dinheiro público e do descontrole governamental brasileiro. Isso não ocorre apenas no governo federal, estados e municípios também apresentam diversas dificuldades na gestão do seu orçamento.

Santos (2010, p. 9) destaca que “é importante reconhecermos que o orçamento público pode ser instrumento de boa ou de má gestão pública, dependendo da qualidade do planejamento que ele reflita”.

A disciplina de Plano Plurianual e Orçamento Público traz para o aluno uma base de como o Orçamento é planejado, executado e controlado. Sem essa base, acreditamos que

nenhum agente público deveria ter o poder de tomar qualquer decisão que envolvesse a gestão dos recursos públicos.

Monografia

Essa componente curricular tem o intuito de orientar o discente para a elaboração do trabalho final do curso e verificar o andamento do mesmo.

O curso tem como obrigatoriedade para a obtenção do Certificado de Especialista em Gestão Pública, a apresentação de um artigo científico (aceito em revista com corpo editorial ou trabalho completo publicado em anais de evento científico) ou monografia, que revele o domínio a respeito de um tema relacionado aos assuntos tratados no seu decorrer.

Nessa fase, o discente apresenta o produto final de sua pesquisa, com base no conhecimento adquirido no decorrer do curso.

Considerações Finais

Podemos visualizar no decorrer desse artigo, que a formação em Administração/Gestão Pública, é de grande relevância para a melhoria da qualidade do serviço público prestado a sociedade. Considerando que as disciplinas que compõem o curso de Especialização em Gestão Pública do PNAP não são exaustivas, devem ser amparadas e complementadas por diversos outros ramos de conhecimento. Esses ensinamentos, muitas vezes, são interligadas e acabam por depender uns dos outros.

Nós brasileiros, estamos sedentos por uma Administração Pública de qualidade, onde os gastos estatais sejam equilibrados e voltados para o bem da sociedade. Devemos ter a consciência de que a busca pelo

desenvolvimento não deve parar, não podemos esquecer também das dívidas sociais históricas com os menos favorecidos.

A capacitação dos servidores públicos ajuda a minimizar a complexidade da gestão de um país de grande extensão territorial como o Brasil, cuja desigualdade social, diversidade de clima, cultura e economia entre as suas diversas regiões acaba gerando mais demandas para o Estado. É necessário também, inovar em maneiras de combater a corrupção em todas as esferas estatais e proteger a máquina pública de agentes públicos desqualificados.

Não podemos deixar de destacar, a importância do engajamento de toda a sociedade na gestão da coisa pública. Os reais detentores do poder têm papel fundamental na hora de cobrar dos governantes eleitos as melhorias na gestão dos recursos e aprimoramento das leis, a fim de suprir todas as deficiências de gestão herdadas de governos passados.

Considera-se que para se ter uma administração ética, lúcida e independente, deve haver uma profissionalização dos agentes políticos e uma formação mínima dos cidadãos, a fim de melhorarem as suas escolhas nas urnas e cobrarem as promessas feitas em campanha pelos agentes políticos eleitos.

Novos desafios éticos da Administração Pública

A transformação acelerada do mundo e as “novas” necessidades humanas trouxeram sérias modificações nas relações sociais e na relação dos usuários de serviços públicos com a Administração Pública que, em alguns casos, não tem conseguido acompanhar todo esse desenvolvimento.

Aos gestores públicos cabe o alinhamento das funções da Administração Pública com os avanços tecnológicos e de

mentalidade da sociedade, sem ferir à legislação vigente e a ética necessária para perpetuação da espécie humana.

Alguns temas como a Bioética, a proteção ao meio ambiente, a proteção do emprego, o enfoque sistêmico das organizações, os novos arranjos institucionais, a cooperação internacional, as novas configurações das famílias, entre outros, exigem dos tomadores de decisões e dos planejadores do futuro da Administração Pública uma formação sólida, consciente e inovadora para desenvolver políticas públicas capazes de abraçar a todas as causas da melhor forma possível.

Referências

ASSMANN, Selvino José. **Filosofia e Ética**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Comportamento Organizacional**. Florianópolis: Ciências da Administração/UFSC, 2012.

_____. **Cultura e mudança organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública Modalidade a Distância**. Brasília, 2012.

COELHO, Ricardo Corrêa. **A dicotomia Público/Privado**. O público e o privado na gestão pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

_____. **Estado, governo e mercado**. Florianópolis :

Departamento de Ciências da Administração /UFSC, 2012.

COSTA, Celso da. 2010. Prefácio. In ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão Logística**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento Estratégico Governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

DAUMAL, Marcos Baptista Lopez. **Introdução à Educação a Distância**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

JUNQUILHO, Paulo de Martinho. **Teorias da Administração Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/URFC, 2012.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos**. Florianópolis: Ciências da Administração/UFSC, 2010.

_____. **Gestão Operacional**. Florianópolis: Ciências da Administração/UFSC, 2012.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão logística**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis:

Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

SANTOS, Rita de Cássia. **Plano plurianual e orçamento público**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS ÉTICOS E CAMINHOS POSSÍVEIS

Larissa de Souza Lins Maranhão

Introdução

Relacionar comunicação humana e ética é um esforço possível, atual e necessário. Ao longo dos séculos, o desenvolvimento tecnológico possibilitou a ascensão de formas diversas de se comunicar. Esse processo é tão dinâmico que talvez não abra espaços suficientes para analisar aspectos éticos sobre a forma e o conteúdo das mensagens transmitidas. O que importa, em grande parte dos casos, é a velocidade da informação. Devido ao imenso potencial de alcance do conteúdo veiculado, por exemplo, pela Internet e por meio de redes sociais, cresce ainda mais a responsabilidade do emissor.

Em um contexto onde não só pessoas, mas também empresas e governos necessitam comunicar-se de forma ágil com seus parceiros, públicos-alvo e clientes, fazê-lo de forma ética é um desafio. O objetivo deste trabalho é focar a utilização das mídias sociais como instrumentos de comunicação pública, ou seja, aquela realizada entre órgãos governamentais e cidadãos. Ao longo do texto, abordaremos conceitos e problemáticas referentes à comunicação, assessoria de imprensa, comunicação organizacional e pública, ética e sites de redes sociais, na tentativa de relacionar estas áreas em busca de formas adequadas de comunicar-se com o público de modo a promover a cidadania.

Materiais e métodos

Esse trabalho foi desenvolvido essencialmente com base em pesquisa bibliográfica. Uma vez delimitado o tema, realizou-se um prévio levantamento de autores e fontes de referência na área. Em seguida, procedeu-se à busca pela bibliografia adequada, composta em sua maioria por livros acessíveis em biblioteca pública e artigos acadêmicos disponíveis na internet.

Considerando que “toda pesquisa implica no levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 43), após a leitura e o fichamento destes materiais, deu-se também a pesquisa em outras fontes on-line, tais quais sites, portais institucionais e manuais, seguida pela análise do material e posterior redação do texto.

Desenvolvimento

Contextualização histórica

O desenvolvimento da Comunicação confunde-se com a própria evolução do homem. Desde os primórdios da humanidade, comunicar-se com seus pares, ainda que de forma bastante rudimentar (por meio de grunhidos, gestos ou desenhos), possibilitou a perpetuação da espécie. Bordenave (1997, p. 36) afirma que a comunicação “serve para que as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente e a realidade que as rodeia. Sem a comunicação cada pessoa seria um mundo fechado em si mesmo”. Foi graças à transmissão de conhecimentos e de experiências que os primeiros homens garantiram, ao longo do tempo, a sobrevivência da espécie em meio a ambientes hostis.

Muitos séculos se passaram desde as embrionárias

trocas de mensagens entre os primeiros seres humanos. A evolução da Comunicação possibilitou o surgimento de formas diversas de linguagem (escrita, verbal, por sinais, etc.), e conseqüentemente, dos meios para dar-lhes suporte. Fato é que, da prensa de Gutenberg²³ às atuais e infinitas possibilidades oferecidas pela Internet, a importância da Comunicação só aumentou.

Assim como cresce e se desenvolve uma grande árvore, a comunicação evoluiu de uma pequena semente [...] para formar linguagens e inventar meios que vencessem o tempo e a distância, ramificando-se em sistemas e instituições até cobrir o mundo com seus ramos (BORDENAVE, 1997, p. 23).

O desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) proporcionou o que Marshall McLuhan denominou de “aldeia global”²⁴. Barreiras como tempo e espaço, historicamente limitantes no tocante à Comunicação humana, há muito foram superadas. Transmissões via satélite e pela rede mundial de computadores possibilitam que informações sejam compartilhadas instantaneamente e com alta qualidade ao redor de todo o planeta.

Tal desenvolvimento pode ser analisado sob dois aspectos, um positivo e outro negativo. Por um lado, as tecnologias tornaram a Comunicação um processo mais simples, barato e aberto às pessoas que tenham acesso aos

²³ “O sistema de prensa tipográfica criado por Gutenberg, associado às possibilidades oferecidas pelo alfabeto romano [...] não somente possibilitou a produção de livros em grande escala, como propiciou o surgimento do jornal. Dava-se então o primeiro passo para a democratização da escrita e, conseqüentemente, do saber” (PERLES, 2007, p. 7)

²⁴ “McLuhan, em seu livro *A galáxia de Gutemberg* (1997), fala de uma Aldeia Global, onde existiria a possibilidade das pessoas se relacionarem como ‘aldeões’, viabilizando uma comunicação direta, com a supressão dos limites de tempo e espaço, viabilizando, assim, uma rede global, que, decerto, resultaria em plena união e solidariedade entre os povos” (OLIVEIRA; PINHO NETO, 2011, p. 7).

meios adequados. Por outro lado, o surgimento dessas novas formas de comunicação trouxe consigo uma variedade de problemas de cunho ético. Alguns dizem respeito à veracidade dos fatos relatados; outros, ao desrespeito a direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal Brasileira. É necessário atentar para o fato de que, se a tecnologia facilitou o trânsito de bons conteúdos, fê-lo também para os falsos, ofensivos e mesmo perigosos. O ato de comunicar-se nunca foi tão fácil e rápido, e ao mesmo tempo tão complexo e carente de reflexões.

Comunicação em empresas e organizações

Está claro que a Comunicação é uma necessidade indispensável entre os seres humanos. No entanto, não é somente no âmbito das relações interpessoais que reside sua importância. Ao longo do tempo, com o desenvolvimento de produtos e mercados variados, a concorrência entre empresas acarretou a necessidade de estas se comunicarem com seus públicos, fornecendo informações e obtendo *feedback* sobre os produtos e serviços comercializados ou oferecidos. Surgiu, então, o que inicialmente denominou-se “comunicação empresarial”. Torquato (2002) explica como e por que esse termo evoluiu, atualmente, para “comunicação organizacional”.

Tratava-se, afinal de contas, de reconhecer a irrefutável realidade: a comunicação resvalava para outros terrenos e espaços, ampliando o escopo e adicionando novos campos ao território da comunicação empresarial. Sindicatos, associações, federações, confederações, agremiações, escolas, clubes e partidos políticos passaram, de maneira intensa, a usar as ferramentas de comunicação (TORQUATO, 2002, p. 1).

Não foi sempre assim, entretanto. Há uma frase

emblemática na história da Comunicação organizacional: “O público que se dane”. Essa sentença é atribuída a um empresário estadunidense ao ser questionado por repórteres durante uma entrevista, em meados da década de 1890, sobre a qualidade dos serviços oferecidos ao público. Desde então, esta postura foi modificada. “Os padrões aplicados ao comportamento empresarial se elevaram com o tempo, o que também tornou mais rigorosa, em média, a retidão das pessoas de negócios e dos políticos em geral”. (ANDREWS, 2005, p. 61) Organizações públicas e privadas se deram conta da importância não só de adotar uma postura ética e socialmente responsável, mas também de dar transparência às suas ações, uma vez que seu público, graças à disponibilidade da informação, tornou-se mais exigente e atento aos seus direitos.

Neste novo cenário, a comunicação organizacional passou a ser ferramenta essencial, não apenas para estabelecer o diálogo entre as empresas e instituições e seus diversos públicos, mas, sobretudo, para dar musculatura a um novo modelo de cidadania (JORGE apud TORQUATO, 2002, prefácio).

Houve um tempo em que a comunicação com o público girava em torno de ações publicitárias. Mas, a partir do momento em que a opinião pública passou a exigir esclarecimentos que a mera divulgação de anúncios não era capaz de satisfazer, elas deixaram de ser suficientes. Neste contexto, surge, nos Estados Unidos, a Assessoria de Imprensa, um dos ramos da Comunicação Organizacional. A atividade foi criada pelo jornalista e relações públicas Ivy Lee, em 1906, com o objetivo de melhorar a imagem de um impopular homem de negócios.

Ele viabilizou a aceitação pública de seus assessorados por intermédio do trabalho de relacionamento com a mídia. As informações repassadas por Lee chegavam ao jornalista com o mesmo interesse pela apuração, rigor

do texto e credibilidade da notícia. Por isso, em muitas ocasiões, tornaram-se alvo de interesse dos jornais, que passaram a utilizá-las para elaborar matérias (MAFEI, 2007, p. 19).

Mais de um século após este episódio, a Assessoria de Imprensa continua sendo uma das principais pontes que interligam as informações disponíveis nas organizações e os meios de comunicação social. Para o Manual de Assessoria de Imprensa da Federação Nacional dos Jornalistas (2007, p. 6) “é difícil imaginar os veículos de comunicação sem o apoio das assessorias na oferta de informação qualificada”, da mesma forma que, dificilmente, uma organização prescindirá da Comunicação como um setor estratégico. Para Kopplin e Ferraretto (2009, p.21) “as mais diversas organizações veem na contratação de um jornalista a possibilidade de estabelecer contato com diversos públicos”, o que corrobora a importância da Comunicação, sobretudo de uma comunicação profissionalizada, nas instituições.

Comunicação Pública

A atuação das Assessorias de Imprensa na área governamental é mais recente no Brasil, ganhando força com a redemocratização do país pós-Ditadura Militar, de acordo com Costa (2011). Fatores como desenvolvimento de novas tecnologias, a instituição do Código de Defesa do Consumidor em 1990 e a atuação de movimentos sociais reforçaram a necessidade de uma democratização também da informação. A sociedade passou a demandar sua difusão de forma ampla, confiável e transparente, já que “através do conhecimento de tais informações, o cidadão poderia interferir direta e positivamente nas políticas públicas e exigir o cumprimento da responsabilidade dos entes competentes na realização de ações públicas” (COSTA, 2011, p. 15).

Essa nova preocupação da sociedade com a divulgação de informações traz à tona o conceito de Comunicação Pública: “processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2009, p. 9). Duarte (2009) destaca a comunicação pública como instrumento para fortalecimento da cidadania. Para o autor, esta modalidade põe a centralidade do processo de comunicação no cidadão, garantindo o direito à informação, à expressão e também ao diálogo, respeitando as suas características e necessidades e estimulando sua participação ativa. O termo incorpora, ainda, características de outras modalidades de Comunicação:

Para os autores pesquisados, a Comunicação Pública tem as seguintes finalidades principais: responder à obrigação que as instituições públicas têm de informar o público; estabelecer uma relação de diálogo de forma a permitir a prestação de serviço ao público; apresentar e promover os serviços da administração; tornar conhecidas as instituições (comunicação externa e interna); divulgar ações de comunicação cívica e de interesse geral; e integrar o processo decisório que acompanha a prática política (MONTEIRO, 2009, p. 39).

Para Zémor (1995), a Comunicação Pública no Brasil ocupa um lugar privilegiado na sociedade, referente aos papéis de regulação, proteção ou antecipação do serviço público. De acordo com o autor (1995), as funções da Comunicação pública são, basicamente, informar, ouvir as demandas, expectativas, interrogações e debate público, contribuir para assegurar a relação social e acompanhar as mudanças de comportamento da sociedade e da própria organização. Em termos práticos, é a necessidade de não só informar, mas possibilitar ao público, de fato, intervir na sociedade graças ao

conhecimento adquirido.

Novas questões relacionadas ao tema: redes sociais como instrumentos de comunicação pessoal, organizacional e pública

Atualmente, a Internet é uma ferramenta central nos processos de Comunicação realizados, tanto entre pessoas quanto entre organizações e seus públicos. “Como um volume considerável de provas demonstrou, a internet, e sua variada gama de aplicações, é a base da comunicação em nossas vidas, para trabalho, conexões pessoais, informações, entretenimento, serviços públicos, política e religião” (CASTELLS, 1999 apud SANTOS, 2015, p. 38). A facilidade de utilização da rede mundial de computadores para acessar, produzir e divulgar conteúdo, além de, efetivamente, fazer-se ouvir, subverteu o fluxo tradicional de Comunicação midiática²⁵, em que somente os veículos de Comunicação e as grandes organizações detinham a tecnologia e o poder de informar, bem como de decidir o que deveria ser noticiado ou não²⁶.

Esse monopólio despertava o debate ético sobre a possível manipulação de informações de acordo com os interesses comerciais das organizações, direcionando o público para este ou aquele posicionamento. Talvez fosse ingênuo acreditar que os detentores dos grandes veículos de

²⁵ “Novas ferramentas de comunicação da sociedade da informação saem de um modelo de difusão de um centro distribuidor conteúdo para todos (modelo um-todos) para o padrão possibilitado pelas mídias sociais, em que todos têm oportunidade de divulgar e produzir conteúdo para todos (modelo todos-todos)” (LOPES, 2010, p. 4).

²⁶ “O poder de dar o tom e pautar a sociedade não mais pertence à grande imprensa. Com os dispositivos em mãos e conectividade, o fato, a notícia ganha corpo com muito mais agilidade do que a própria imprensa tradicional consegue dar conta” (BRASIL, 2014, p.18).

comunicação não seguem manipulando as informações. No entanto, pela facilidade de acesso a outras fontes, o público consome notícias e conteúdos midiáticos de forma diferente de alguns anos atrás, podendo tornar-se ele mesmo uma fonte emissora de informações. Especialmente após o surgimento de sites de redes sociais, também chamados mídias sociais, que possuem “a capacidade de difundir informações através das conexões existentes entre atores” (RECUERO, 2009, p.116), cada usuário desses sites tornou-se um produtor de conteúdo em potencial.

O que muitos chamam de "mídia social" hoje, compreende um fenômeno complexo, que abarca o conjunto de novas tecnologias de comunicação mais participativas, mais rápidas e mais populares e as apropriações sociais que foram e que são geradas em torno dessas ferramentas. É um momento de hiperconexão em rede, onde estamos não apenas conectados, mas onde transcrevemos nossos grupos sociais e, através do suporte, *geramos novas formas de circulação, filtragem e difusão dessas informações* (RECUERO, 2011, p. 14, *grifo nosso*).

Posicionamento parecido é o de Rabelo (2010, p. 03) ao afirmar que as mídias sociais “se constituem de processos de produção de conteúdos, cuja característica mais importante é sua configuração em formato não hierárquico e descentralizado”. Qualquer pessoa que tenha acesso aos meios adequados pode produzir conteúdo de áudio, som, texto ou imagem e divulgar na Internet, sem a necessidade de pedir autorização²⁷. O autor destaca, ainda, o custo, que pode ser muito baixo e inclusive inexistente, da publicação e circulação

²⁷ O que não significa que não há regras a seguir; com efeito, conteúdos impróprios, ofensivos ou ilegais postados em redes sociais frequentemente são excluídos ou bloqueados pelas próprias redes.

de conteúdos pelas mídias sociais, o que permite “uma atividade comunicacional em larguíssima escala sem a interferência editorial ou administrativa de uma direção centralizada”. De acordo com pesquisa divulgada pelo site Rock Content (2017, p. 05), 78% dos usuários de internet, no Brasil, estão presentes em alguma rede social, como Facebook, Instagram, Youtube ou Twitter, o que demonstra a forte inserção desses sites no dia a dia do cidadão brasileiro.

Como novos suportes para divulgação da informação, as redes sociais possibilitaram um cenário renovado também nas práticas de Comunicação Organizacional e Pública. Empresas privadas, organizações públicas e governos passaram a criar perfis nestes sites em busca de divulgação e visibilidade para seus produtos ou serviços, bem como uma forma de interagir com seus públicos. De acordo com dados da pesquisa “TIC Governo Eletrônico”, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, no ano de 2015, 92% dos órgãos públicos federais e 74% dos estaduais possuem perfil ou conta própria em redes sociais.

No Judiciário, 99% dos órgãos possuem website e 94% perfil em alguma rede social *on-line*. Quanto à atualização de seus perfis ou contas, 86% dos órgãos públicos federais e estaduais postam em suas redes todos os dias ou pelo menos uma vez por semana. Sobre as principais atividades que desempenham nas redes sociais estão postar notícias sobre os órgãos públicos federais e estaduais (93%), divulgar serviços ou campanhas (90%), e responder a dúvidas e comentários dos cidadãos (82%) (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2016).

A interatividade proporcionada por estas mídias é um dos seus grandes diferenciais como meios de Comunicação Organizacional e Pública. Hoje, usuários buscam com frequência os perfis de redes sociais de empresas e órgãos

governamentais para reclamar, tirar dúvidas ou buscar informações. Zémor (2005) avalia que a mensagem transmitida por estes canais tem maior impacto, uma vez que estes humanizam e personalizam a mediação, fazendo com que o conteúdo seja mais bem considerado e assimilado. “O acesso às informações e sua memorização tornam-se melhores a partir do momento que o receptor é ativo” (ZÉMOR, 2005, p. 225), característica fortemente presente nas redes sociais, que são a nova era da comunicação. Conforme a Secretaria de Comunicação do Governo Federal (BRASIL, 2014, p. 10), lidar com elas é “uma questão não apenas de relacionamento com o público, mas principalmente de sobrevivência social e política”. Instituições que não possuem perfis em redes sociais hoje em dia não são bem vistas pelo público, que exige praticidade tanto na busca de informações quanto no relacionamento com as empresas.

A linguagem pode ser flexível; a ética, não

Para Srour (2003, p. 15), a ética estuda “as morais históricas, os códigos de normas que regulam as relações e as condutas dos agentes sociais, os discursos normativos que identificam, em cada coletividade, o que é certo ou errado fazer”. O debate sobre este tema remonta às antigas civilizações²⁸. No entanto, continua atual e é constantemente renovado diante dos cenários que o desenvolvimento tecnológico e a contínua transformação de valores morais impõem à humanidade. A ética é, assim, um tema sempre relevante, sobre o qual vale a pena discutir. A importância da ética é imensa no âmbito da Comunicação como um todo, mas

²⁸ Desde a Grécia Antiga à Contemporaneidade, a Ética foi discutida, elaborada e referenciada por muitos filósofos. (SILVA, p. 2)

em especial quando se trata de Comunicação Pública. Ao lidar com informações detentoras da capacidade de impactar a vida de milhões de cidadãos, agir eticamente torna-se mais que um pressuposto: é uma obrigação dos profissionais envolvidos na missão de conferir transparência às ações governamentais e, com isso, promover a cidadania.

Nesse contexto, a inserção de órgãos públicos em redes sociais vai ao encontro da necessidade de levar a informação a seus destinatários. Considerando que “[...] estão emergindo on-line novas formas de sociabilidade e novas formas de vida urbana, adaptadas ao nosso novo meio ambiente tecnológico” (CASTELLS, 1999, p. 443), os cidadãos estão nas redes sociais, também, e é nestes cenários que as informações deverão estar presentes. É preciso atentar, no entanto, para o fato de que as redes sociais possuem uma dinâmica própria de funcionamento, e que, muitas vezes, os conteúdos gerados tanto por pessoas quanto por instituições são passíveis de questionamentos.

Análises de comportamento de usuários em mídias sociais deixam claro que há alguns padrões de conduta que, embora questionáveis, sob o aspecto racional, ou mesmo legal, são realmente comuns em situações que envolvem instituições e marcas de grande porte, públicas ou privadas (BRASIL, 2004, p. 38)

É bastante comum que fatos do dia a dia que, em épocas anteriores, passariam despercebidos, acabem ganhando notoriedade nas redes sociais graças ao compartilhamento por centenas, às vezes milhares de pessoas. Isso acontece também com problemas entre uma empresa e um consumidor, por exemplo. Marcas, pessoas públicas e governos estão constantemente sob o risco de protagonizarem um escândalo, bastando para isso, muitas vezes, um simples equívoco entre a organização e o cliente.

A SECOM (BRASIL, 2004, p. 18) ressalta, ainda, que “na ansiedade de serem os primeiros a divulgar um determinado fato, é comum que os usuários acabem deixando a confirmação desse fato em segundo plano”, ou seja, não é comum que usuários de redes sociais verifiquem se uma informação é verdadeira antes de passá-la adiante. “Considerando-se o total de entrevistados [...] 63% das pessoas ouvidas afirmaram não se preocupar em checar a veracidade das notícias antes de compartilhá-las” (BERGAMASCO et al, 2018, p. 2). É assim que se originam boatos e confusões que podem ser extremamente prejudiciais aos envolvidos.

Em maio de 2014, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, foi espancada e morta após boatos nas mídias sociais. Ela foi agredida a partir de um boato em páginas no Facebook que apontava a dona de casa como sequestradora de crianças para rituais de magia negra (BRASIL, 2004, p. 39)

Casos como este demonstram que a comunicação em redes sociais, graças aos inúmeros usuários que são potenciais replicadores daquela informação, não deve ser realizada levemente. Em especial órgãos governamentais, responsáveis pela Comunicação Pública, deverão divulgar informações e comunicar-se com seus públicos de forma ética e clara, tendo em mente que o que se declara em uma rede social poderá ser lido não somente pelo usuário ao qual a mensagem se destina, mas possivelmente por milhares de outras pessoas.

Independentemente de se estar em uma mídia social, deve-se compreender que o emissor oficial da informação é o Governo Federal – e que a forma com que o conteúdo é postado interfere em sua credibilidade (BRASIL, 2004, p. 51).

A linguagem utilizada em redes sociais tem algumas particularidades – geralmente, adota-se um tom mais leve e até mesmo informal no trato com os usuários. É comum a utilização do humor para transmitir mensagens e informações ao público. É o caso dos “memes”²⁹, figuras e vídeos que caem no gosto do público graças ao seu teor engraçado ou interessante. Por esta razão, seu conteúdo torna-se famoso pelo compartilhamento e replicação nas redes. Empresas e organizações também se utilizem destas imagens, adaptando-as aos seus contextos e informações que queiram transmitir. Tais ações podem, no entanto, gerar alguns problemas, e é por essa razão que se faz necessária uma análise criteriosa sobre a conveniência, a ética e até mesmo a legalidade da divulgação daquele conteúdo.

Algumas imagens que se tornam memes são fotos de pessoas reais, capturadas, por exemplo, em poses ou momentos embaraçosos, ou mesmo de pessoas com alguma deficiência ou característica marcante. Utilizá-las em um contexto de humor, sem a devida autorização do personagem, pode ferir direitos garantidos constitucionalmente, como a intimidade, a honra e a imagem³⁰. Outra possibilidade real é a de violação aos direitos autorais, pois, eventualmente, as imagens referem-se a cenas de filmes, programas de TV ou personagens televisivos. Portanto, antes de utilizar um meme, é prudente fazer uma avaliação sobre estes aspectos. Há o risco, ainda, de se agredir alguns usuários com postagens que

²⁹ O conceito de "meme" foi criado por Richard Dawkins em 1976. "[...] podemos afirmar que a explicação de Dawkins elucidada o fenômeno que se configurou na web por conceber o meme como algo (uma ideia ou uma informação) que se replica no tempo e no espaço" (HORTA, 2015, p. 29, grifo nosso).

³⁰ Art. 5º da Constituição Federal Brasileira, inciso X.

podem se revelar preconceituosas, ofensivas ou politicamente incorretas, por melhores que sejam as intenções com as quais, originalmente, a ideia tenha sido concebida.

Outro tema que passou a ocupar lugar de destaque nesta discussão sobre ética, comunicação e redes sociais são as chamadas “*fake news*”³¹. Em especial governos e grandes instituições estão sujeitos a tornarem-se vítimas deste tipo de conteúdo, uma vez que, conforme discutido anteriormente, usuários tendem a ser pouco cautelosos quanto à verificação de uma informação que compartilham. Assim, é importante que os órgãos públicos monitorem frequentemente sua presença nas redes sociais em busca de boatos e informações falsas divulgadas pelo público (por má fé ou mesmo por ingenuidade, já que algumas dessas notícias revestem-se de um ar de credibilidade facilmente confundível), e zelem pela sua imagem, utilizando-se sempre de critérios éticos e profissionais em seus contatos com o público.

Atuação adequada em redes sociais de órgãos públicos: guias de conduta aplicáveis

“A sociedade ao longo dos séculos buscou formas de disciplinar e padronizar o exercício das profissões” (GOMES et al, 2017, p. 394). Nesse contexto surgem os Códigos Deontológicos ou Códigos de Ética, que ditam as normas esperadas de conduta e comportamento no exercício da profissão ou no cotidiano da organização. Profissionais ligados à Comunicação, como jornalistas, por exemplo, dispõem, no Brasil, de documentos como o “Código de Ética do Jornalista Brasileiro”, idealizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

³¹“Notícias falsas, publicadas e divulgadas de modo a enganar o público, atendendo a algum interesse escuso” (ALVES, 2017, apud SOUZA; TESSAROLO, 2017, p. 1).

Christofoletti (2011, p.26) destaca que “como em qualquer grupo social, no meio jornalístico, a fixação de valores que orientem os comportamentos humanos é resultado de tensões e negociações entre os membros da comunidade interessada”. Este processo leva tempo e pode ser validado com o passar dos anos e com a sobrevivência dos valores manifestos face às mudanças inerentes ao surgimento de novos contextos. No âmbito da Comunicação Pública, servidores responsáveis pela divulgação de informações devem atentar-se ainda ao Código de Ética Profissional do Servidor Público³², que determina valores aplicáveis à conduta geral no exercício da função pública.

A ascensão de sites de redes sociais como uma das principais ferramentas de Comunicação é um fenômeno relativamente novo; conseqüentemente, as regras e as orientações para bem utilizá-las também são. Castells (2008, p. 442) avalia, nesse sentido, que “a comunicação mediada pela Internet é um fenômeno social recente demais para que a pesquisa acadêmica tenha tido a oportunidade de chegar a conclusões sólidas sobre seu significado social”. Tampouco existe algo como um Código de Ética consolidado, destinado a orientar a atuação de profissionais de Comunicação nestes sites. O que há são esforços de governos e grandes empresas, que investem na elaboração de manuais de conduta on-line, a fim de servir de guia aos comunicadores daquela Instituição.

Está claro que ainda são bastantes iniciantes os esforços dos grupos brasileiros de mídia para enfrentar os desafios éticos diante dos novos cenários tecnológicos. Os primeiros passos se dão com a expressão de cuidados mais gerais, mas [...] a tendência é que esses

³² Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

regramentos sejam aperfeiçoados a curto e médio prazo, fazendo emergir valores para uma deontologia jornalística adequada às novas mídias (CHRISTOFOLETTI, 2011, p.33)

Enquanto não há dispositivos deontológicos consolidados neste sentido, é recomendável que os profissionais responsáveis pela Comunicação adaptem as regras de suas profissões e Códigos de Ética aos novos contextos. Outra atitude importante é buscar manter uma postura ética diante de quaisquer situações. Donaldson (2005, p.29) resume três valores que, segundo ele, sintetizam as ideias de diversos teólogos e filósofos mundo afora a respeito de um comportamento ético ao longo do tempo. Seriam eles “respeito pela dignidade humana, respeito pelos direitos básicos e boa cidadania” (DONALDSON, 2005, p. 29). Atendo-se a esses valores, é mais difícil que um conteúdo divulgado em redes sociais ou em mídias tradicionais, por instituições públicas ou privadas, seja considerado ofensivo ou inadequado.

Algumas recomendações parecem banais diante da complexidade do fazer jornalístico, mas são muito úteis nas ocasiões de interação em redes sociais: “pense antes de postar”; “evite levantar suspeitas sobre sua imparcialidade”; “seja transparente”; “se for usar redes sociais de forma privada e profissional, mantenha perfis distintos”; “não use *fakes* ou outros disfarces para conseguir informações online” (CHRISTOFOLETTI, 2011, p.31)

Andrews (2005) destaca ainda que a tomada de decisões de forma ética é simples quando os fatos e as escolhas se apresentam “em preto e branco”. É possível aplicar essa análise ao contexto das mídias tradicionais de Comunicação (televisão, rádio, jornal, entre outros). Nelas, devido ao longo

período de tempo que vêm sendo utilizadas e à quantidade de estudos, códigos e literatura a seu respeito, é mais fácil enxergar problemas éticos. O autor pondera que “é diferente quando a situação está encoberta pela ambiguidade, pela falta de informações, pela diversidade de pontos de vista e pelos conflitos de atribuições” (ANDREWS, 2005, p.64). Essa avaliação é relacionável à dinâmica das redes sociais, em que os emissores e os receptores das informações frequentemente se confundem, e onde as regras de conduta são muito mais flexíveis. O autor afirma ainda que (2005, p. 64) “as decisões éticas dependem tanto do processo decisório em si quanto da experiência, da inteligência e da integridade do decisor (*sic*)”, qualidades recomendáveis aos responsáveis pela divulgação de informações nas redes sociais.

Considerações finais

Esse texto objetivou apresentar uma breve análise sobre a utilização ética de sites de redes sociais como instrumentos de Comunicação Pública. Para isso, foi realizada uma pequena imersão em conceitos pertinentes ao debate, relacionando ideias e considerações de diversos autores. Chegou-se à conclusão de que é necessário atentar aos possíveis problemas éticos originados pela flexibilidade de valores e de determinadas práticas de comunicação comuns às novas mídias, como os memes. Os responsáveis pela divulgação de informações, especialmente no contexto de órgãos públicos e governamentais, devem analisar cuidadosamente a conveniência de suas publicações. Para isso, podem utilizar-se de códigos de ética consolidados, manuais de conduta e experiência profissional, buscando maneiras mais adequadas de in(formar) seus públicos com conteúdo relevante, ético e atual. Para futuras pesquisas, sugerimos o aprofundamento da temática, com possíveis análises comparativas entre os

manuais de atuação em redes sociais já disponíveis em alguns órgãos públicos nacionais e a sugestão de novos códigos de conduta.

Referências

ANDREWS, Kenneth R. *Ética na Prática*. IN: Harvard Business School. **Ética e Responsabilidade Social nas Empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BERGAMASCO, Daniel; BRONZATTO, Thiago; GONÇALVES, Eduardo. A ameaça das Fake News. *Revista Veja*, São Paulo, p.44, 17 janeiro, 2018.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é comunicação*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Manual de orientação para atuação em mídias sociais**. Versão 2.0. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/pdfs-da-area-de-orientacoes-gerais/internet-e-redes-sociais/secommanualredessociaisout2012_pdf.pdf> Acesso em: 14 fev. 2018

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. **Código de Ética do Servidor Público Federal**. Brasília: 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm> Acesso em: 25 fev. 2018

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **O caso do Brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais**. Cuadernos de Información, núm. 29, julio-diciembre, 2011, pp. 25-34. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=97122694003>> Acesso em: 20 fev. 2018.

COSTA, Juliana dos Santos Ferreira. O Caso IFPE. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/costa-juliana-comunicacao-publica-assessoria-de-imprensa.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2018.

DONALDSON, Thomas. Valores sob tensão: Ética longe de casa. IN: Harvard Business School. **Ética e Responsabilidade Social nas Empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HORTA, Natalia Botelho. **O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica**. 2015. 191 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18420/1/2015_NataliaBotelhoHorta.pdf> Acesso em: 24 fev. 2018

FENAJ. **Manual de assessoria de comunicação**. São Paulo, 2007. Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/manual_de_assessoria_de_imprensa3.pdf> Acesso em: 20 fev. 2018.

GOMES, Erbs Cintra de Souza et al. **Ética e Corrupção: percepção dos acadêmicos do curso de Direito e suas implicações para a sociedade brasileira**. IN: RAMOS, Zélia Maria Xavier (org.); SANTOS, Rosiane Rocha Oliveira. **Chá Filosófico: Inquietações sobre o Direito e a Justiça Social**. Petrolina: Facepe, 2017.

KOPPLIN, Elisa, FERRARETTO, Luiz Artur. **Assessoria de imprensa: Teoria e Prática**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2009.

LOPES, Flávia Valério. **A reconfiguração dos veículos tradicionais de informação frente à popularização das mídias sociais**. INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Vitória: 2010. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0905-1.pdf>> Acesso em: 18 fev. 2018

MAFEI, Maristela. **Assessoria de Imprensa: como se relacionar com a mídia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTEIRO, Graça França. **A singularidade da comunicação**

pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública:** Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Maria Livia Pachêco de; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. **Tecnologias: informação, conhecimento e cidadania.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2013. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-neto-tecnologias-informacao-conhecimento.pdf>. > Acesso em: 13 fev. 18

Perles, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>> Acesso em: 13 fev. 18

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC governo eletrônico. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf> Acesso em: 16 fev. 2018

RABELO, Leon. **As Mídias Sociais e a Esfera Pública:** Mudanças de Paradigma na Comunicação Contemporânea. INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Goiânia: 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0338-1.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2018

RECUERO, Raquel. A nova revolução: as redes são as

mensagens. In: BAMBRILLA, A. (Org.) **Para entender as mídias sociais**. [S.l.] : [s.n], 2011. Disponível em: <<http://designices.com/wp-content/uploads/2011/04/paraentenderasmidiassociais.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2018.

_____, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCK CONTENT. Relatório Social Media Trends. Disponível em: <<http://materiais.rockcontent.com/social-media-trends>> Acesso em: 19 fev. 2018.

SANTOS, Penélope da Silva Almeida. **Redes sociais digitais e a comunicação interna**: manual de conduta como ferramenta estratégica para as organizações. 2015. 149 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/136755>> Acesso em: 27 fev. 2018

SILVA, Antonio Wardison Canabrava da. **O pensamento ético filosófico**: da Grécia Antiga à Idade Contemporânea. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/939123/o-pensamento-%C3%A9tico-filos%C3%B3fico--da-gr%C3%A9cia-antiga-%C3%A0>> Acesso em: 13 fev. 2018.

SOUZA, Kennedy Anderson Cupertino de; TESSAROLO, Felipe Maciel. **Fake News**: Ética e credibilidade jornalística em risco. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba: 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R>

12-2419-1.pdf> Acesso em: 26 fev. 2018.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial:** a gestão da informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política.** São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1995. Disponível em: <<https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2018.

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Francisco Ricardo Duarte

Mírian Lucia Pereira

Introdução

O senso comum classifica a *res publica* (coisa pública) como coisa alheia; aquilo de quem não se identifica a propriedade por estar sob o domínio e fruição de todos; coisa de ninguém. Essa classificação, entretanto, revela equívocos nos processos formativos, na construção dos sujeitos-cidadãos, tornando-se fundamental a ruptura com esses antigos formatos e, de modo oposto, a necessidade de investimento na disseminação de conhecimento político para que essa coisa pública possa ser compreendida como algo universal, portanto, devendo estar sob o desvelo da coletividade. Trata-se, assim, de cuidar daquilo que é público, como sinônimo do que é comum a todos e, que, pertencendo à coletividade, dá existência à política. Conforme assinala Matias-Pereira:

Para Santo Tomás de Aquino (1984), por exemplo, a política é mediação do bem comum. Tendo com referência que o Estado deve objetivar o bem comum, o termo política deve ser entendido [...] como a atividade em que se busca a conciliação de interesses conflitantes dentro de uma unidade de governo determinada, concedendo-lhe uma parcela de poder proporcional a sua importância para o bem-estar e a sobrevivência do conjunto da comunidade (MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 17).

Pertencendo ao coletivo – mas não podendo ser dirigida

por todos – necessita que seja designado um ente político a quem seja conferida a atribuição de geri-la, contudo, preservando-se a propriedade comunitária. A Administração Pública (AP), em seu sentido amplo, recebe esta incumbência. Alexandrino e Paulo (2016) sinalizam que à AP, em função disso, são concedidas algumas prerrogativas em razão da sua atuação como gestora deste patrimônio coletivo. Porém, em proporcional medida, são impostas limitações. Dentre elas, a indisponibilidade do interesse público, ou seja, da propriedade do bem comum. Estes autores afirmam que:

estas limitações decorrem do fato que a administração pública não é proprietária da coisa pública, não é proprietária do patrimônio público, não é titular do interesse público, mas sim o povo. [...] A disponibilidade é característica do direito de propriedade (ALEXANDRINO; PAULO, 2016, p. 12).

É em função da indisponibilidade que os agentes públicos estão vinculados aos princípios administrativos, como o da legalidade, da finalidade, da impessoalidade, da ética, da continuidade dos serviços públicos, da transparência. E são estes que determinarão suas atuações, buscando atingir o interesse coletivo, contribuindo para atender as necessidades das comunidades às quais servem, sendo conduzidos por um agir político pautado na ética.

A par disso, olhando para a Administração Pública e para os regramentos éticos que devem ser observados, no desempenho dos seus serviços e na implementação das políticas públicas - ainda que não seja uma especificidade do poder executivo, mas, ao contrário, deva alcançar a todos os agentes públicos - o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal prescreve que “o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta” (BRASIL, 2008, p. 10). Prossegue

estabelecendo que “a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal [...]” e que a conduta do agente público deve ser caracterizada pelo equilíbrio entre a legalidade e a finalidade para, a partir dessa paridade, consolidar a moralidade dos atos administrativos (BRASIL 2008, p. 10).

Faz-se oportuno trazer uma distinção entre ética e moral, pois, apesar de serem termos empregados, costumeiramente, como sinônimos, guardam diferenças nas suas acepções. A moral, por exemplo, para Foucault, constitui-se em um [...] conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. (ASSMANN 2012, p. 85 APUD FOUCAULT, 1984, p. 26). A ética, por sua vez, é compreendida como a “teoria da moral, como filosofia da moral [...] o estudo racional sobre a experiência moral dos seres humanos” (ASSMANN, 2012, p. 85).

Poder-se-ia, assim, afirmar que a ética tem um sentido universal, contemplando todos os seres, sendo caracterizada pela liberdade de escolha com vistas a promover uma convivência social equilibrada. Já a moral tem sentido restrito, sendo caracterizada pela consciência individual acerca dos princípios que compõem esses seres. Para haver o equilíbrio entre os comportamentos individuais, a convivência carece ser protegida por meio da ética, que será o fundamento para identificar os desvios singulares em prol da coletividade.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de que a Administração Pública, e todos seus agentes, sob a perspectiva da ética, exerçam suas funções para atingir a finalidade máxima que é equalizar conflitos, atender interesses coletivos

de modo impessoal e probo, essencialmente, empreendendo a necessária separação entre os interesses públicos e os privados. A esse respeito, Brasil (2008, p. 8) assevera:

A promoção da ética incorporou novos conceitos a partir da década de 90, alicerçando-se nas disposições da Constituição. Foram lançadas as bases para a formulação de uma postura ética integral por parte da Administração Pública. [...] como saudável consequência da postura aventada, o Estado brasileiro se legitimará perante os seus representados, a partir da atuação dos agentes que o compõem, na busca de credibilidade nas instituições públicas, lastro indispensável da construção do Estado Democrático de Direito.

A Ética da Convicção e a Ética da Responsabilidade

Desse modo, interessa-nos refletir sobre a Ética da Convicção e a Ética da Responsabilidade, notabilizadas por Marx Weber, no século XX, objetivando compreender em que medida a AP está sintonizada com uma e com a outra ou com ambas as perspectivas. De acordo com Assmann (2012, p. 97 APUD WEBER, 1979, p. 85):

Temos que ver com clareza que qualquer ação eticamente orientada pode ajustar-se a duas máximas, fundamentalmente diferentes entre si e irremediavelmente opostas [...] não quer isto dizer que a ética da convicção seja idêntica à falta da ética da responsabilidade, ou a ética da responsabilidade à falta de convicção. [...] mas há realmente uma diferença abissal entre agir segundo as máximas de uma ética da convicção [...] ou segundo uma máxima ética da responsabilidade.

Ao se projetar a Administração Pública, e os agentes públicos, ante esses prismas weberianos, poder-se-á inferir que a Ética da Convicção representa os valores e normas que compõem e balizam as ações desses agentes, no âmbito privado, não havendo, assim, preocupação efetiva com o

resultado das suas escolhas. De modo contrário, a Ética da Responsabilidade se configura como o composto de normas e valores que deve conduzir as suas ações e decisões, tendo como perspectiva o lugar que ocupam na AP, em qualquer posição da cadeia hierárquica, objetivando o alcance do resultado que contemple e beneficie a coletividade.

Percebe-se, desse modo, que a integração entre esses dois panoramas deve funcionar como bússola na execução dos atos político-administrativos - com preponderância da ética da responsabilidade, e seu fundamento coletivo, em detrimento da ética da convicção e a preocupação com os anseios pessoais - em razão de o agente público ter o dever de representar a AP dentro e fora das instituições públicas. Ratifica-se o argumento por meio de Brasil (2008, p. 10):

A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

Entretanto, o que se constata na Administração Pública, ainda que haja movimentos para promover alteração nesse componente histórico, é uma quase naturalizada atuação na qual prevalece a ética da convicção, o atendimento aos interesses particulares, de grupos de sustentação política, e o descompromisso com a coletividade. São diversos os exemplos cotidianos de descabros no âmbito da AP, sendo o desvio de finalidade, alimentando pela corrupção, um imenso “guarda-chuva” quem tem abrigado mazelas sociais obtendo como consequência a ratificação da desigualdade social e o recrudescimento da violência.

As transições governamentais e a ética

Especificamente, no âmbito do poder executivo, um exemplo dessas más atuações pode ser constatado nas passagens de gestões político-administrativas, as denominadas transições governamentais, especificamente, nas alternâncias da ocupação dos cargos de chefes desse poder: prefeitos, governadores, presidentes. Para se delinear as pretensões desse texto, dada a amplitude do tema, far-se-á dois recortes.

No primeiro, tem-se como limite os governos municipais. O segundo recorte se fundamenta na dimensão geográfica do Brasil, contemplando 5.570 municípios, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que provavelmente inviabilizaria a sua elaboração. Desse modo, destacar-se-á o processo de transição governamental no estado de Pernambuco, especialmente, alguns aspectos das eleições municipais ocorridas em 2016.

Inicialmente, sob o ponto de vista semântico, o dicionário Aurélio online define transição como sendo um substantivo feminino que designa “[...] passagem de um lugar, assunto, tom ou estado para outro” (AURÉLIO, 2016). Por sua vez, o processo de transição governamental – que compreende o período em que o resultado oficial da eleição é divulgado até a posse do novo ocupante do cargo - remete às atividades que se utilizam de procedimentos, instrumentos, comportamentos que objetivam salvaguardar a continuidade na prestação dos serviços de uma instituição, aos seus públicos, com base no conhecimento do cenário institucional, visando diminuir os impactos – especialmente, os negativos – na passagem das gestões (PEREIRA; DUARTE, 2016, p. 2).

Sinalizando para o aspecto ético que deve demarcar

essas passagens de gestão, a consultora da Confederação Nacional de Municípios, Elena Garrido (NEXO JORNAL IMPRESSO, 2016) destaca:

A transição é uma ação democrática, ética, que deve ser desenvolvida entre os governos que concluem seus mandatos e os novos. Ela existe na tentativa de preparar o caminho de quem está chegando para que um dos princípios da administração pública, que é a continuidade do serviço público, não seja prejudicado pela mudança do governo.

Assim, revelando compromisso ético com a coletividade que o elegeu, o gestor eleito deve assegurar que a transição governamental permita a manutenção das políticas públicas que, estando contempladas no plano de governo, da gestão anterior, não poderão sofrer descontinuidades, com o seu término, mas, de modo inverso, deverão auxiliar na construção do planejamento estratégico para implementação de outras ações ou programas, do governo que inicia, promovendo uma mudança responsável, almejando-se que ocorra “[...] a passagem ordenada de poder, sem perda de ritmo, da continuidade e do comando da ação governamental, em que as administrações que se sucedem demonstram ser capazes de se organizar em relação ao interesse público” (FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM³³, 2012, p. 7).

Essa mudança de atitude que revela cuidado com a comunidade é considerado um fenômeno contemporâneo que

³³ O Cepam – Fundação Prefeito Faria Lima – constituiu-se como o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, do estado de São Paulo. Com atuação, durante 47 anos, colaborou na articulação das cidades paulistas com o estado, apoiando os municípios no aprimoramento da gestão e no desenvolvimento de políticas públicas. Iniciou suas atividades em 1968 e foi extinto, em 2015, no início do governo de Geraldo Alkmin (LINKED IN).

vem se firmando, ao longo do tempo, como imprescindível à ordem pública. Num período recente da história brasileira, o que se constatava era uma prática arraigada para desconstruir cenários que pudessem atribuir, ao sucessor, os méritos alcançados através das ações planejadas e empreendidas pelo sucedido. De acordo com o que é apresentado em Brasil (2002):

não existiam nem regras ou normas, formais nem informais, que balizassem as formas e mecanismos concretos que deviam adquirir a troca de administrações. A experiência evidencia que a passagem do poder era um processo aleatório, cujas particularidades estavam em função do viés pessoal do Presidente de turno (BRASIL, 2002, p. 10).

Com dada frequência, a existência de um comportamento deliberadamente desinteressado em colaborar para que a nova gestão se inicie com tranquilidade, detendo o conhecimento essencial ao funcionamento dos primeiros dias e à execução do seu plano de governo. A par disso, por exemplo, o Fórum de Combate à Corrupção – Focco-PE³⁴ vem executando ações para que os processos de transição se tornem a regra e não a exceção.

Dentre as irregularidades já verificadas pelo Focco-PE, estão as demissões em massa, interrupção na prestação de serviços de saúde e educação, desaparecimento de documentos, de computadores e outros bens. ‘Com os documentos em mãos, os gestores não vão poder falar judicialmente que não sabiam, porque eles foram comunicados. O cidadão não tem nada a ver se o prefeito

³⁴ O Focco é um grupo de combate permanente à corrupção integrante de uma rede nacional de combate à corrupção. O Focco-PE é composto por diversas instituições e órgãos públicos que desempenham atividades vinculadas à administração dos recursos públicos. O grupo foi constituído para discutir e implementar ações que otimizem o combate à corrupção, em Pernambuco, e conta com o apoio e colaboração de diversas entidades da sociedade civil organizada (PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO, 2008).

não foi reeleito ou não fez o sucessor. Ele quer a continuidade administrativa, que os serviços sejam mantidos', explicou o procurador regional da República Fábio George Cruz da Nóbrega (G1, 2012).

Seja pela inabilidade em administrar estrategicamente, seja pelo desejo (re)velado de que a gestão subsequente não obtenha êxito, na implementação de ações, especialmente, se estas forem originárias da gestão anterior, o que vêm se acumulando são registros de descasos nos meses que antecedem o fim das gestões, promovendo prejuízos à sociedade e, em dada medida, subsidiando a tendência de inação de alguns governantes no início de seus mandatos.

Ratificando o exposto, Coelho (2014) afirma que não havendo a transição de governo, o que aguarda a nova gestão são pendências em contratos de prestação de serviço; deleção de dados dos sistemas de informática; desaparecimento de documentos e materiais de trabalho; inexistência de informações sobre convênios, finanças e pessoal, levando à improvisação das ações no início da gestão, por vezes, resultando em prejuízos difíceis de serem revertidos. Logo, é de se perceber que a ausência de uma travessia governamental sistematizada, comumente, promove danos, intencionais ou não, à continuidade das ações públicas planejadas pela administração que se finda. E, assim, por vezes, os embaraços são impostos por esta – para que não seja atribuído o êxito de seus planos à gestão futura - ou pela que se inicia para expor, seja legítima ou não, a intenção, os prováveis descabros do governante anterior.

A transição governamental em Pernambuco: alguns aspectos

No estado de Pernambuco, em 07 de janeiro de 2014, foi sancionada a Lei Complementar nº 260/2014 – Lei de

Responsabilidade de Transição, com o objetivo de estabelecer direitos e deveres aos chefes do poder executivo que deixam o cargo, bem como aos que assumirão a gestão subsequente. Essa Lei estabelece:

[...] normas de finanças públicas complementares à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, com o objetivo de garantir a observância dos princípios de responsabilidade e transparência da gestão fiscal nas transições de governo no âmbito do Estado de Pernambuco.

A sua existência, entretanto, não tem assegurado que as transições governamentais ocorram sem prejuízos a alguns municípios pernambucanos. Para diminuir os impactos negativos e promover ajuste de condutas comprometidas com a ética e a moralidade pública, o Ministério Público do Estado (MPPE), com a participação de outros atores jurídicos e sociais – Tribunal de Contas do Estado, Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho, entre outros - deflagrou, em 2016 – ano das eleições municipais -, a operação “Terra Arrasada” que teve como objetivo:

[...] impedir e inibir que gestores não candidatos à reeleição e/ou que seus indicados não venham a ser eleitos pratiquem a política da terra arrasada, deixando uma dívida pública, zerando o cofre público, destruição dos documentos, entre outras ações, nesses últimos três meses do mandato (MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 2016).

Essa Operação apresentou os primeiros números dos quais 56 cidades estavam sob a vigilância do MPPE por promoverem um processo de transição conturbado. Até abril de 2017 - de acordo com os dados obtidos em setembro desse mesmo ano - foram expedidas 94 Recomendações, 18 instaurações de Inquéritos e impetradas 27 Ações Civis

Públicas.

Esse material é uma radiografia que tem mudado a cada dia. A recomendação é o primeiro aviso sério aos prefeitos para alertá-los. Se eles não disserem o que vão fazer para se adequar à situação, podem responder por atos de improbidade administrativa ou por uso de meios para se apoderar de dinheiro público (SOUZA, 2016).

Já o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), especificamente, para as eleições municipais, de 2016, desenvolveu um aplicativo, denominado de Pardal, que teve como objetivo principal estimular e ampliar o controle social, possibilitando que qualquer pessoa, sem quaisquer entraves burocráticos, pudesse denunciar as irregularidades detectadas, no seu município, referentes à transição de mandato (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PE, 2016).

Conforme a Ouvidoria do TCE-PE, no período de transição municipal, foram recebidas 284 denúncias de irregularidade - algumas sendo canceladas por representarem duplicidade ou por não estarem associadas à transição – sendo: 185, por meio do Pardal, 19 pelo Portal do TCE, 09 por e-mail e 02 por telefone. Essas denúncias revelaram ruptura da prestação de serviços essenciais como a falta de coleta de lixo, de médicos e de medicamentos, de professores, de merenda e de transporte escolar, bem como de comportamentos descompromissados com a administração pública como destruição de bens públicos, o extravio de computadores e/ou de arquivos; a sonegação de documentos e informações; a realização de licitações irregulares, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Irregularidades denunciadas, no Estado de Pernambuco, durante as transições de gestão de 2016.

Irregularidades (assuntos)	Quantidade
Atraso no pagamento de salários	105
Danificação e extravio computadores e/ou de arquivos	04
Demissões	16
Destruição de bens públicos	14
Distribuição de cestas básicas	01
Educação	02
Falta de coleta de lixo	26
Falta de dentistas	01
Falta de médicos	48
Falta de medicamentos	40
Falta de merenda escolar	11
Falta de professores	08
Falta de transporte escolar	11
Licitação	03
Nomeação em final de gestão	02
Paralisação de obras	02
Sonegação de documentos e informações	02
TOTAL	296

Fonte: elaborada pela autora (2018).

Pelas informações apresentadas, pode-se concluir que continuam acontecendo as indesejáveis rupturas na prestação de serviços às comunidades e que os assuntos são antigos e se mantêm nas gestões contemporâneas. O total de 296, diferentemente das 284 referenciadas, aponta para o fato de que uma mesma denúncia conteve mais de um assunto. Das informações, pode-se perceber que o atraso no pagamento de salários - demonstrando total descompromisso com os

colaboradores das prefeituras e com os reflexos negativos que isso pode representar na realização das suas atividades, inclusive, na paralisação delas - exprime um número significativo do total.

A fim de promover uma identificação visual na ocorrência dessas denúncias, elaborou-se a Figura 1 que aponta as mesorregiões e as cidades que tiveram o maior número delas. Não foram registradas denúncias na cidade de Recife capital do estado de PE.

Figura 1 - Irregularidades denunciadas, durante o processo de transição de Pernambuco, em 2016, por região e cidades com maior quantidade de ocorrências.



Fonte: Elaborado, a pedido da autora, por Dálvaro Thiago de Castro Miranda (2018).

Reflete-se, a partir da análise do quadro 1 e da figura 1, sobre o fato de nem todas as cidades terem sido citadas; sobre o número de denúncias ainda ser incipiente, considerando-se a quantidade de municípios do estado de Pernambuco, 185; sobre a atuação contumaz de órgãos como o Tribunal de Contas do Estado e da sociedade que compõem essas comunidades. Da reflexão, pode-se inferir, ainda, que se

algumas cidades não surgiram no mapa, necessariamente, não significa a inexistência de irregularidades, mas que estas não foram registradas, seja por desconhecimento dos canais a serem utilizados pela população, seja por desinteresse dessa comunidade.

Por outro lado, é salutar ponderar que pode assinalar a possibilidade de algumas transições de gestões terem ocorrido com êxito prescindindo de denúncias de possíveis desatinos político-administrativos, nas localidades, vez que esse tipo de atitude vem sendo combatido, por órgãos já citados, como os Tribunais de Conta – estaduais e municipais – inclusive, de modo didático, por meio de mecanismos como o Manual de Encerramento e Transição de Mandato, que foi aprovado e divulgado pela Resolução TC nº 27/2016, cujo caráter orientador visa sistematizar as informações necessárias à passagem de gestão governamental democrática, objetivando munir todos os gestores dos conhecimentos imprescindíveis para pautar, as atividades próprias dessas circunstâncias, princípios que regem Administração Pública brasileira, promovendo a continuidade dos serviços e das políticas públicas.

A partir da disponibilização de todo esse instrumental caberá às gestões contemporâneas operacionalizar suas mudanças de governo, adotando-o como referência em momentos futuros. Agindo, dessa forma, as chances de garantir a continuidade dos serviços destinados à comunidade representará um percentual importante a ser buscado, revelando, assim, com essas atitudes, o vínculo à Ética da Responsabilidade.

Algumas Considerações

Ainda que por meio de um processo lento, a necessidade

de um agir político pautado na ética vem se acentuando no cenário da Administração Pública brasileira e promovendo mudanças importantes nesse sentido. Estão sendo empreendidos esforços para a implantação de mecanismos que estimulem as boas práticas administrativas, bem como buscando romper costumes de gestores que, além de se apropriarem dos cargos para atender aos desejos pessoais e de grupos particulares, dilapidarem o patrimônio público, reforçando a imagem de um Estado destituído do valor público, que se espera como resultado das suas ações, omissos e patrocinadores da impunidade.

A criação de comissões de éticas, nas entidades e órgãos públicos, como componente de um Sistema de Gestão de Ética, enfatiza a preocupação com a prevenção dessas posturas desalinhadas com o respeito aos limites éticos, pois, compreende-se que há uma maior participação e controle social, além de uma expectativa da sociedade para que os seus representantes atuem com probidade almejando a satisfação do bem comum destinado à coletividade.

Essas ações orientadas pela ética pretendem promover uma alteração na perspectiva de atuação dos gestores públicos, distanciando-se da aplicação da Ética da Convicção – que é caracterizada pela não preocupação com os resultados ou tem seu foco no espectro individual – e buscando a aproximação com a Ética da Responsabilidade, a qual orienta os agentes públicos a atuarem de modo que suas escolhas revelem resultados focados na satisfação coletiva, repercutindo positivamente no cotidiano dos administrados, produzindo mudanças significativas na vida da comunidade, especialmente, inspirando-os na hercúlea tarefa de desmistificar a desigualdade social como um fenômeno crônico, com o qual é necessário conviver sem que haja

soluções definitivas.

Pondera-se que é sob o prisma da Ética da Responsabilidade que as transições governamentais vêm se configurando como um movimento ratificador da tradição republicana, que denota o cuidado com a coisa pública, e dos compromissos dos gestores com as comunidades que o elegeram. Conquanto haja histórico de descontinuidade com os serviços e políticas públicas, na passagem de uma gestão para outra, provocando a inação das gestões iniciantes e transtornos a essas comunidades, percebe-se, também, que o Estado vem buscando, por meio dos seus órgãos de controle, coibir a cristalização de antigos modelos de atuação, orientando posturas e introduzindo instrumentos que, muito mais que desejar a punição, ao fim e ao cabo, prospectam a conscientização dos gestores para ratificar um agir político comprometido com a ética.

Referências

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 24^a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ASSMANN, Selvino Jose. **Filosofia e Ética**. 2^a. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Transição e democracia: institucionalizando a passagem do poder**. Brasília, 2002.

_____. Presidência da República. Comissão de Ética Pública. **Código de Conduta da Alta Administração da**

República. 4ª ed. rev. e atual. Brasília: 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.221 de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7221.htm#art10>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Presidente do TSE destaca papel do aplicativo Pardal no combate à corrupção eleitoral.** Tribunal Superior Eleitoral, TSE, 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Agosto/tse-lanca-nesta-quinta-18-aplicativo-pardal-para-as-eleicoes-2016>>. Acesso em: 12 de set. 2017.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Sala de imprensa. Notícias. **Criado Fórum Permanente de Combate à Corrupção em Pernambuco.** Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/regiao5/sala-de-imprensa/noticias-r5/reuniao-orgaos-publicos-criam-forum-permanente-de-combate-a-corrupcao-em-pernambuco>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

COELHO, Fernando de Souza. Transição de Governo: realidade ou utopia? **Governança & Desenvolvimento.** Brasília, nº 22, ano 10, p. 10-15, nov. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário do Aurélio Online.** Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/transicao>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM. **A Transição de governo nos municípios paulistas:** projeto-

piloto. São Paulo: Cepam, 2012. v. 1. Disponível em: <https://issuu.com/cepam/docs/transicao_de_governo_nos_municipios_paulistas

G1. Eleições 2012. **Fórum cria diretrizes para transição em prefeituras de Pernambuco.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/eleicoes/2012/noticia/2012/10/forum-cria-diretrizes-para-transicao-em-prefeituras-de-pernambuco.html>>. Acesso em 20 ago. 2017.

JC ONLINE. NE10. Política. **Pelo menos 56 prefeitos na mira do MPPE por transição turbulenta.** Souza, Maviael. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/11/20/pelo-menos-56-prefeitos-na-mira-do-mppe-por-transicao-turbulenta-260955.php?utm_medium=social&utm_source=whatsapp&social>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LINKED IN. **Cepam – Fundação Prefeito Faria Lima.** Disponível em: <<https://www.linkedin.com/in/cepam-funda%C3%A7%C3%A3o-prefeito-faria-lima-7448a1b1>>. Acesso em 02 mar. 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea.** 3ª edição, São Paulo: Atlas, 2010.

NEXO JORNAL EXPRESSO. **Como funcionam as equipes de transição de governos de prefeituras.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/18/Como-funcionam-as-equipes-de-transi%C3%A7%C3%A3o-de-governo-nas-prefeituras>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

Pernambuco. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE). **TCE lança “Pardal” para receber denúncias sobre desmandos municipais.** Disponível em:

<<http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/lista-noticias/147-outubro/2630-tce-lanca-o-seu-pardal-para-receber-denuncias-sobre-desmandos-municipais>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. Ministério Público do Estado de PE. Comunicação. Notícias. Operação Terra atrasada. **Operação Terra Arrasada**. Disponível em: <<http://www.mp.pe.gov.br/mppe/comunicacao/noticias/6759-mppe-inicia-operacao-terra-arrasada-e-requer-na-justica-o-afastamento-de-prefeito-secretarios-e-controlador-geral-do-municipio-de-ribeirao>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

PEREIRA, Mírian Lucia; DUARTE, Francisco Ricardo. **Transição Político-administrativa de gestão**: relato de uma experiência na Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Congresso Nacional de Mestrados Profissionais em Administração Pública, I. 2016. Curitiba. Anais do I Congresso Nacional de Mestrados Profissionais em Administração Pública. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-CT). Disponível em: <<http://www.profiap.org.br/profiap/eventos/2016/i-congresso-nacional-de-mestrados-profissionais-em-administracao-publica/anais-do-congresso/41330.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

ÉTICA E CORRUPÇÃO: UM FENÔMENO CULTURAL?

Renan de Moraes Peres

Introdução

A corrupção é tema central dos noticiários e da rotina dos brasileiros nos últimos anos. Atribui-se esse caos de corrupção à uma crise ética e moral dos valores da sociedade brasileira. No entanto, seriam esses fatos provenientes de um processo novo ou teria origem na formação cultural nacional?

Segundo Rose-Ackerman (2001), a corrupção diz respeito à um comportamento deliberado e egoísta de pessoas manipulando seu poder de discricção para conduzir a aplicação de recursos para si mesmas ou terceiros que oferecem uma compensação em favor do ato.

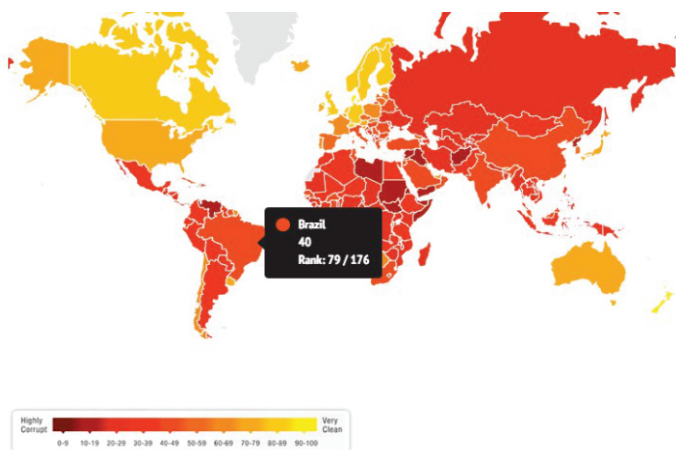
Conforme Gupta (1995), admitindo que a corrupção esteja relacionada à violação de normas e padrões de conduta, e que tais normas são socialmente construídas e contextualmente localizadas, são universais as discrepâncias e os conflitos de sentidos e significados quanto a uma dada ação ser corrupta ou deixar de sê-la. Logo, a corrupção não pode ser entendida apenas no conceito legal, jurídico e formal. Conforme Breit (2011) a corrupção é um fenômeno complexo de se pesquisar, afinal, sua percepção está atrelada à opinião de um indivíduo ou coletividade e sofre com os efeitos de inclinações ideológicas.

Segundo a Transparência Internacional (2016) o Brasil ocupa o 79º lugar no ranking de Percepção de Corrupção

dentre os 176 países que fazem parte da pesquisa. Esse ranking anual ordena os países do mundo de acordo com o nível em que a corrupção é percebida entre os funcionários públicos e políticos. A posição do Brasil no ranking divulgado pela Transparência Internacional, mostra que ocupa uma posição bastante desconfortável no cenário mundial.

O ranking de 176 países (são excluídos aqueles sobre os quais não há dados suficientes) é montado a partir de pesquisas com empresários, analistas e habitantes, chamados a relatar casos de suborno e furto de patrimônio público. Por isso, o ranking não lista propriamente os países mais corruptos, e sim aqueles onde há maior percepção de corrupção – definida pela Transparência como sendo o abuso de cargos públicos para ganhos particulares.

Figura 01: Mapa do Ranking do Índice de Percepção de Corrupção



Fonte: Transparência Internacional (2016)

No entanto, para tudo isto fazer sentido, é preciso saber o que é ética, cultura e corrupção. O que estes conceitos tem em comum? E como isso afeta a vida de toda uma sociedade?

Material e Método

De acordo com os objetivos gerais, esta pesquisa classifica-se, segundo Gil (2002), como descritiva e exploratória. Descritiva pois buscará descrever os as características e conceitos de ética, cultura e corrupção.; E exploratória pois buscou-se proporcionar maior entendimento acerca da ética em contraponto com a corrupção.

Quanto ao tratamento dos dados este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Segundo Gaskell (2002) a “finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. Ou seja, a pesquisa qualitativa é um tipo de investigação voltada à a parte subjetiva do problema, isto é, capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente. Já quanto aos procedimentos, esta pesquisa pode ser categorizada como pesquisa bibliográfica e documental. Sendo assim, de maneira resumida, a pesquisa se classifica como um estudo exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa.

Revisão Bibliográfica

O que é ética?

Segundo Assman (2012) Ethos é o termo grego que significa morada. Daí que ética – à época usada como sinônimo de moral – quer dizer um conjunto de atitudes concretas, vinculadas a regras, que deixam a casa ou a morada arrumada, bem, funcional, habitável. Já o termo moral vem de mores, termo latino plural que significa costumes, hábitos, fazendo com que moral equivalha às atitudes e normas que se estabeleceram como hábito de boa convivência, de bom

comportamento.

Ainda que ética e moral sejam, em sua origem, sinônimos, diferenciações devem ser feitas entre os termos. É comum reservar a ética à vida pública, e por isso ouve-se falar de ética na política, de ética na profissão; já a moral, por sua vez, diz respeito ao comportamento íntimo, privado, individual das pessoas. Neste estudo, porém, faremos uma outra distinção, já muito difundida no campo filosófico, assim, a ética é entendida como a teoria da moral, ou seja, como o estudo deliberado e consciente sobre a prática moral da sociedade (ASSMANN, 2012). Ética é, desta forma, a investigação sobre o que é bom e o que é mau, e sobre o modo de se estabelecerem, histórica e teoricamente, normas válidas para todos. Já moral conforme Foucault:

“moral é um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc. (FOUCAULT, 1984, p. 26).

Ademais, moral é a prática real dos indivíduos em relação às regras e aos valores que lhes são postos. Neste entendimento, moral não é o livro de regras, mas a forma como as pessoas aceitam a um princípio de conduta. Este conjunto de normas pode ser construído em códigos escritos, mas também passado de maneira difusa, podendo assim existir regras não se conversam ou não tem coerências juntas, ou que nem sempre são coerentes entre si. Assim moral institui a forma pela qual eles se sujeitam a um princípio de conduta, ou a maneira na qual eles se submetem ou resistem a uma ordem. Enquanto a ética é o estudo, a averiguação teórica das normas.

Constata-se então que desde que há civilização, há moral, ou seja, há um conjunto de regras que regem o

comportamento desses.

O que é cultura?

O antropólogo Edward Burnett Tylor, considerado o pai do conceito moderno de cultura, a define como a expressão da totalidade da vida social do homem, caracterizada pela sua dimensão cletiva, adquirida em grande parte inconscientemente e independente da hereditariedade biológica. Essa definição tem caráter descritivo e não normativo. A grande contribuição de Tyler, segundo Melander (2009, p.2) foi sua tentativa de conciliar a evolução da cultura e sua universalidade.

Ética: um fenômeno cultural?

A procura pelo entendimento acerca da relação entre a ética e a cultura é bem sucedida quando transcende a esfera material, física e humana, e envolve a metafísica. Enquanto ciência, a ética fundamenta suas reflexões sobre questões dos valores, dos princípios, da conduta, da moral, e da consciência, na metafísica. Consequentemente, traça regras culturais que regulam a vivência e convivência social. (DUCAL, 2015)

A cultura, enquanto conjunto de normas que caracteriza a maneira de agir, vivida por uma pessoa e valores que identificam um grupo, utiliza da ética para viabilizar a interação ou relacionamento interpessoal. Rocha (2010) versa que se não levadas em consideração as normativas éticas, a convivência entre indivíduos se tornará impossível, tendo em vista que o e”lo atrativo “entre culturas distintas é a ética. Por ser adaptável ao caráter humano, a cultura pessoal varia de acordo com as normas internas familiares.

Desta forma, entende-se que o indivíduo nasce em um ambiente cultural onde é ensinado a forma de atuar, a todo

tempo os comportamentos são analisados ao passo que chegue a conclusão de transgressão das normas ou de atendimento do padrão posto. Assim, a cultura é o elemento individualizador dos povos, e a ética é relativa a cada cultura.

Segundo Bonder:

“Quando pensamos na palavra "cultura", imaginamos um sistema externo a nós que nos impõe regras e direcionamentos. No entanto, esse sistema nasceu da própria experiência humana da existência. Poderíamos dizer que cada indivíduo constrói sua pequena cultura individual por meio do processo de experiência e do histórico de seu existir no mundo.” (BONDER, 2006, p. 15).

De acordo com ARDUINI (2007, p.50) Ética é valor fundamental na vida humana. A ética existe para valer e não para enganar a verdade. Onde há ser humano, deve sempre prevalecer o respeito pessoal.

O que é corrupção?

A corrupção é definida como padrão de comportamento que se afasta das normas predominantes em um dado contexto (Friedrich, 1966).

O termo corrupção deriva do latim *corruptus* que, em um primeiro entendimento, significa quebrado em pedaços; e em uma segunda acepção, apodrecido, pútrido. Por conseguinte, o verbo corromper significa tornar pútrido, podre.)

As maiores divergências entre os vários autores que já se dedicaram ao estudo da corrupção surgem da falta de consenso quanto à conceituação do que seja uma ação corrupta.

Brei (1996) analisou as várias conceituações de corrupção sob o ponto de vista do mercado, do interesse público, da regulamentação formal e da opinião pública.

De acordo com a concepção com viés na regulamentação, por exemplo, a corrupção, Segundo Brei (2006), a mais comumente aceita é a de Nye (1967):

"corrupção é o comportamento que se desvia dos deveres formais de um cargo público em razão de vantagens pecuniárias ou de status oferecidas a seu titular, familiares ou amigos íntimos; ou que viola normas que impedem o exercício de certas modalidades de influência do interesse de particulares, tais como: a) suborno (uso de recompensa para perverter o julgamento do ocupante de um cargo público); b) nepotismo (concessão de cargo público sem prévia avaliação do mérito do candidato); e c) peculato (apropriação ilegal de recursos públicos para uso particular)". (NYE, 1967, p. 419)

Corrupção no Brasil

Há que considerar que o “problema da corrupção não é novo. Tem acompanhado a evolução das sociedades desde sempre e se relaciona com parâmetros do âmbito da moral, da justiça, da ética, dentre outros” (SANTANO, 2015, p. 127).

A ética, como já foi visto, é a referência a princípios fundamentais para interação humana. A falta e a quebra da ética põem em risco todos os setores e aspectos da vida comum, principalmente no quando ocorre na esfera política, o efeito tende a ser mais prejudicial. Isto se dá porque a espera-se que a política seja o ponto direcionamento de uma população e o seu representante deve ser um exemplo para a sociedade.

De acordo com Marques (2007) “Quando a política não realiza sua função de ser a instância que faz valer a vontade e o interesse coletivo, rompe-se a confiabilidade e o tecido político e social do país. O mesmo acontece quando a classe política apoia-se no poder público para fazer valer seus interesses privados.”

Segundo Avritzer e Filgueiras (2011) o controle da corrupção pode ser feito de três maneiras, a administrativa-burocrática, a judicial e a pública não estatal. No Brasil, nós temos um movimento de disjunção entre as três formas.

Quadro 1: Tipos de Controle

Dimensão	Estado	Sociedade	
Tipos de controle	Controle administrativo-burocrático	Controle judicial	Controle público não estatal
Agentes	Agências especializadas (controle interno + externo)	Tribunais	Sociedade civil e representação funcional
Fundamento normativo	Legalidade	Legalidade	Participação
Prática	Sanções administrativas	Interpretação canônica da legalidade	Exercido da liberdade política
Consequências	Regulação	Criminalização	Publicidade

Fonte: Avritzer e Filgueiras (2011, p. 21)

De acordo com Luiz Fernando Abrucio (2007), apesar dos percalços pelos quais a reforma administrativa do governo passou, houve avanços nos mecanismos de gestão e uma mudança cultural no interior do serviço público brasileiro,

Conclusões e Considerações

A apropriação indevida da coisa pública tem um valor inimaginável para as ofertas de bens e serviços públicos e que se reflete na diminuição da qualidade de serviços públicos essenciais como educação, saúde, meio ambiente, cultura e muitos outros. (MEDEIROS E NORONHA, 2011, p. 132)

Segundo MATIAS-PEREIRA (2002).

“No debate que envolve o fortalecimento da democracia é fundamental ter como referência o nível de confiança que a população deposita nas instituições públicas e nos seus dirigentes. Assim, a credibilidade das instituições e dos agentes públicos transforma-se num elemento fundamental para a legitimidade do sistema político.” (MATIAS-PEREIRA, 2002, 13)

Muitos cientistas sociais argumentam que o alcance de uma efetiva transparência governamental necessita contar com a participação da sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Portanto, segundo Filgueiras (2009) a sociedade deve “focalizar a atenção da percepção da política como prática do bem comum ou do interesse público do ponto de vista da moralidade enquanto princípio constitucional e fundamento filosófico e de como a corrupção é um desvirtuamento desta prática”.

Neste mesmo sentido, Medeiros e Noronha (2011) corroboram com Filgueiras quando versam que “a percepção da corrupção enquanto violação da moralidade pública e do interesse público é condição de extrema relevância para o seu combate e que possa produzir um envolvimento da sociedade com o sistema político, a partir do que talvez se poderia chamar de controle moral da sociedade”

Uma aposta dos países latinos para combater a corrupção seria o aperfeiçoamento e a reforma do sistema judiciário, tornando-o mais rápido e eficiente, impedindo que se mantenha a cultura da impunidade, mostrando resultados efetivos à sociedade, restaurando a credibilidade nos entes públicos, o que pode elevar o nível de participação da sociedade, medida posta por Matias-Pereira (2002) como essencial para o controle da corrupção.

Segundo Filgueiras (2009)

“a corrupção pode e deve ser entendida levando-se em consideração aspectos morais e normativos que são oriundos da prática social ordinária, além de que a construção do significado da corrupção enquanto fenômeno social depende dos valores que são provenientes da sociedade. A legitimidade de uma ação política, nesse sentido, é determinada com base nesses

valores que terminam por determinar o que é e o que não é corrupção”. (FILGUEIRAS, 2009, p. 397)

Realizando uma reflexão sobre o trecho acima, alguns questionamentos podem ser suscitados: a partir do momento que a corrupção é entendida como um fenômeno social proveniente dos valores de toda a sociedade, ou seja, da prática social ordinária, a corrupção política imposta no país é causa ou consequência da situação de sua sociedade? Um indivíduo ao se tornar ente político apenas continua a realizar as ações que faziam parte do seu cotidiano, no entanto, com o poder atribuído se tornam de maiores proporções e assim por conseguinte, mais nocivos? O problema é complexo e causa e efeito parecem se tornar indissociáveis.

Assentindo com Medeiros e Noronha (2011) e Matias-Pereira (2005) a fortalecimento dos valores éticos, não de forma isolada, mas trabalhando em conjunto com a adoção de práticas efetivas de controle de gestão, é uma ferramenta vital no combate à corrupção, isto é “uma moral social ou uma ética pública que diga respeito às decisões coletivas, cujas escolhas ou efeitos atingem a todos e que inclua valores como a honestidade e a confiança, e princípios já estabelecidos constitucionalmente, como o decoro, a dignidade humana e a probidade administrativa” (MEDEIROS E NORONHA, 2011)

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** Revista de Administração Pública, v. 41, edição especial comemorativa, 2007.

ARDUINI, Juvenal. **Ética responsável e criativa**. São Paulo: Paulus, 2007. 132p.

ASSMANN, Selvino José **Filosofia e Ética**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRA, Fernando. **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. 2011. p. 42

BONDER, Nilton. **Ter ou não ter, eis a questão! A sabedoria do consumo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 131p.

BREI, Zani Andrade. **Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso**. Revista de Administração Pública, v. 30, n. 1, p. 64-77, 1996.

BREIT, Eric. **Discursive contests of corruption: The case of the Norwegian alcohol monopoly**. Culture & Organization, 47-64, 2011.

DUCAL, Martinho Fazenda. **Ética e corrupção: Uma análise Filosófica e Sociológica sobre as raízes da corrupção institucionalizada no Brasil**. Revista De Magistro à Filosofia, ano 10, n. 22, p.167-190, 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil. Uma antinomia entre normas morais e prática social**. Opinião Pública, v. 15, n. 2, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRIEDRICH, Carl Joachim. **Politica! corruption**. Political Quarterly, 74-85, 1966.

GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUARESCHI, Pedro. SILVA, Michelle Reis da. (Coord.) **Bullyng Mais Sério do que se imagina**. 2^a. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2008.

GUPTA, Akhil. **Blurred boundaries: The discourse of corruption, the culture of politics and the imagined state**. *American Ethnologist*, 375-402. 1995.

MATIAS-PEREIRA, José. **Reforma do Estado e transparência: estratégias de controle da corrupção no Brasil**. In: Anais VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002

MATIAS-PEREIRA, José. Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil. *REGE. Revista de Gestão*, v. 12, n. 2, p. 1, 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MEDEIROS, Alexsandro Melo; NORONHA, Nelson Matos de. **Ética e Corrupção no Brasil: considerações e análises a partir do princípio da moralidade constitucional**. 2016.

MELANDER FILHO, Eduardo. **A Cultura Segundo Edward B. Tylor e Franz Boas**. *Gazeta de Interlagos*, São Paulo, 13 mar 2009 a 26 mar 2009. *História*, p. 2.)

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Trust, honesty & corruption: Reflection on the state-building process.** *European Journal of Sociology*, 526-570. (2001)

SANTANO, Ana Claudia. **Uma introdução ao estudo da corrupção política nas sociedades democráticas dentro do paradigma do estado de direito.** *Paraná Eleitoral*, v. 4, n. 1, p. 123-138, 2015.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL, **Corruption Perception Index.** Disponível em <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PRÁTICAS ÉTICAS NA GESTÃO HOSPITALAR

Roberto Rivellino Almeida de Miranda

Introdução

De maneira geral, quando abordamos temas relacionados à ética, ou ao comportamento ético, a discussão pode correr o risco de sempre terminar na vala do senso comum, sem maiores resultados observáveis. Isso parece ser uma tendência do comportamento humano de levar seu campo de observação somente sobre aquilo que se percebe e está ao alcance dos olhos.

A ética, termo de origem grega “*ethos*”, encontra seu significado mais conhecido no termo costume e, por sua vez, traz consigo a ideia dos costumes que são valorizados por uma sociedade em determinada dimensão de espaço e tempo e que, direcionam o comportamento individual e social para conduta que seja considerada aceitável. Essa questão é corroborada por Macedo e Caetano (2017) na avaliação que “de alguma forma se aproxima do conceito de ética enquanto reflexão e prática do bem pensar, agir, fazer, viver [...]”. No entanto, Camargo e Pinheiro (2010) já observavam que para Habermas o agir tem um significado ampliado e não deve estar relacionado somente à justiça, através de escolhas moralmente apropriadas ao interesse comum, mas também à questão democrática, baseada na ética do discurso deve estar presente e fazer parte do processo, pois legitima a participação e, especialmente, vincula os participantes desse processo. Temos, então, que ética deve ir muito além do próprio discurso da prática moral e adentrar no campo das discussões das comunidades, através de

sua participação como reforço no método de legitimação dos interesses, indo, no entanto, mais avante, na medida em que deve vincular os atos individuais ao comportamento do grupo.

Tal percepção traz dilemas que perpassam pela questão individual e grupal. Por exemplo, de maneira geral, a maior parte da sociedade clama por mais segurança, no entanto, não aceita maior rigor dos controles sociais, e, geralmente, uma mera abordagem policial pode terminar em confusão, pois o “cidadão de bem” não costuma ver como adequada a ação policial para uma vistoria. Noutra frente, clama-se por maior transparência do Estado, mas poucos são os que procuram, de fato, acompanhar as ações deste e seus agentes no cumprimento do papel do governo Estado, resultando reclamações inócuas e superficiais sobre o comportamento de funcionários públicos.

Esse texto tem por objetivo provocar a reflexão sobre o comportamento ético de líderes, na prática de gestão e resolução dos desafios diários dentro de uma unidade hospitalar pública do interior de Pernambuco. A abordagem é pertinente porque alguns estudiosos já entendem não ser suficiente apenas o estudo da ciência social para a compreensão das ações racionais do homem, como observam Coltro e Santos (1998) “a ciência social moderna, em geral, e a teoria das organizações, em particular, têm deixado de distinguir suficientemente bem as várias faces da racionalidade [...]”. A racionalidade, que não é o tema do nosso estudo, mas mesmo assim deve permear a ação pautada na ética, tanto do indivíduo quanto da sociedade da qual ele faz parte.

O texto está estruturado em cinco partes: Introdução, material e metodologia aplicada, pequena contextualização

histórica, as boas práticas éticas na gestão e a conclusão.

Material e Metodologia

A metodologia escolhida foi a de pesquisa bibliográfica, com ênfase na análise de artigos nacionais que abordam a temática da ética, e suas práticas, formação e perfil de gestores hospitalares, além do papel desses administradores de hospitais públicos dentro do processo de desenvolvimento ético da instituição pela qual estão responsáveis. Procurou-se uma pesquisa eclética, com incursões, também, em artigos de autores oriundos da área médico-assistencial. Isso por se reconhecer que não é possível o estudo da atuação ética, pelas dificuldades de tangibilidade da ética que se apresenta nos atos de gestão. É, portanto, um vasto campo a ser explorado oportuna e adequadamente, e buscou-se deixar de lado o risco de focar somente na semântica da palavra. Assim, os artigos que referenciam essa pesquisa foram obtidos através de ferramentas com acesso *on-line* por meio da rede mundial de computadores.

Inicialmente, a ideia era buscar a comparação de resultados entre instituições hospitalares federais, porém, devido ao exíguo prazo para obtenção e análise das informações, optou-se por restringir o campo de avaliação, restando, no caso, um único hospital federal escolhido para o estudo: o Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Desta forma, a abordagem pretendida foi tentar estabelecer - por meio da análise das ações dos gestores do hospital, do nível mais estratégico até a base da pirâmide de comando - se os resultados alcançados podem ajudar a inferir se está presente o comportamento ético perante os dilemas e decisões cotidianas do desafiador ambiente hospitalar que de acordo com Gonçalves (1998)

“hospeda hoje desde tecnologias muito simples até os complexos e sofisticados métodos computadorizados de diagnóstico e tratamento”.

Para tanto, observamos como as práticas éticas, na gestão do hospital, ajudaram a resgatar a confiança dos funcionários sobre seu próprio trabalho, por meio de um processo democrático e flexível de gestão, impactando, dentre outras coisas, na relação do hospital com a sociedade e permeando um caminho para restabelecer os níveis de compromisso e responsabilidade com a saúde pública, da região do Vale do São Francisco, culminado com a avaliação dos resultados práticos do hospital (séries históricas de atendimentos, internações e cirurgias, por exemplo) para tentar determinar a validade dessas ações de gestão.

Naturalmente, em razão das dificuldades e/ou impossibilidade de medição e atribuição de valor à ética, a questão não envolve discutir o quanto se é ético, ou se gestão A é mais ética que gestão B. A ideia é provocar uma reflexão acerca dos atos de gestão, tais como transparência, participação democrática nas decisões e legitimação dos atos e dos atores como ferramentas de demonstração da prática ética do dia a dia.

Desenvolvimento

Contextualização Histórica

Inicialmente é importante ressaltar que esse texto não se afasta da percepção de utopia quando tratamos de ética, no que Ricoeur (2017) nos apresenta como “sementes de esperança em um totalmente outro, o novo absoluto [...]”, servindo-se como argumentação para as próprias faltas cometidas pelo indivíduo no seu “acordo silencioso” com a sociedade. Ou

seja, há o receio de parametrizar e acordar aquilo que não se pode fazer, gerando um embate entre o que se quer e o que se está disposto a abrir mão para se realizar o que se quer. Neste sentido, a prática de ética indica equilibrar a relação entre o poder e o discurso, permitindo que o desenvolvimento das ideias e das soluções buscadas seja construído verdadeiramente de forma conjunta e dialogada. Este sentido de prática, diante do modelo de poder estatal praticamente é inviabilizado por conta de interpretações e afastamento de gestores dos objetivos básicos da administração pública.

O Hospital Universitário da Univasf é um hospital público que compõe o Sistema Único de Saúde - SUS, e está localizado na cidade de Petrolina no estado de Pernambuco. Faz parte de uma rede denominada PE-BA (Pernambuco-Bahia), constituída por 53 municípios que juntos somam mais de 2 milhões de habitantes.

Sua história teve início, no ano de 2008, quando foi inaugurado como hospital municipal de urgências e traumas, sendo gerido até o ano de 2013 pela prefeitura do município. Em 2013, o hospital foi doado para a Univasf que, por sua vez, repassou a gestão do hospital para a recém-criada empresa pública federal, pertencente ao Ministério da Educação: a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh.

Além de atender urgências e emergências, o hospital é referência nas áreas de média e alta complexidade que envolvem politraumatismo, neurologia e neurocirurgia, traumato-ortopedia, cirurgia geral, cirurgia vascular, cirurgia bucomaxilofacial, clínica médica, nefrologia, dermatologia e cirurgia plástica e atendimentos multidisciplinares das equipes de saúde. Por ser hospital universitário possui também a responsabilidade de atuar nas áreas ensino e pesquisa e,

atualmente, participa na formação de profissionais nos cursos de ensino superior oriundos da própria Univasf nas áreas de Enfermagem, Psicologia, Medicina, Farmácia; da Universidade de Pernambuco (UPE) nas áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição; e é campo de prática para diversas escolas da região destacando-se: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Escola de Formação Técnica de Saúde Dra. Valquíria Saturnino; Centro de Ensino Técnico Santa Luzia: Enfermagem; Instituto Integrado de Educação Social do Brasil (Inesb) e Instituto de Ensino Educacional Ferreira e Silva (Fens).

Possui, dentre suas diretrizes, a definição da Missão em prestar serviços de excelência em atenção à saúde, ensino, pesquisa, inovação e extensão no Vale do São Francisco, e pretende ser um hospital reconhecido pela sustentabilidade e qualidade dos serviços prestados no Nordeste conforme estabelece sua Visão.

Chama-se à atenção para os seus Valores elencados: Responsabilidade e respeito com as pessoas do Vale do São Francisco; Compromisso institucional com a Ebserh Univasf; **Trabalho com ética e transparência;** Trabalho com foco em resultados; Satisfação dos cidadãos; Busca pela Qualidade Total; Valorização do conhecimento e das competências (LEANDRO, 2017).

Avançando na descrição do perfil do hospital salienta-se que este possui 690 empregados efetivos, dentre enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos e funcionários administrativos. Conta, ainda, com 264 funcionários alocados por meio de prestadores de serviços para as áreas de limpeza, apoio administrativo, vigilância, manutenção e motoristas. Possui 131 leitos de internação e, em 2017, atendeu 80.134

pessoas e realizou 5.202 cirurgias, sendo 2.653 cirurgias de ortopedia e traumatologia. A taxa média de ocupação de 146,9% indica a tendência de superlotação e potencializa os transtornos por sobrecarga de trabalho sobre as equipes assistenciais e administrativas.

Para que se tenha uma melhor ideia sobre o desafio que essa condição impõe aos profissionais, especialmente, aos gestores na área de saúde, quando se comparam às médias de leitos por mil habitantes, percebe-se que, de acordo com o IBGE, em 2009, o Brasil possuía média de 2,26, Pernambuco média de 2,18 e a REDE (PEBA) que soma os leitos de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) média de apenas 1,44. O hospital também recebe pacientes através do sistema de regulação da Rede PE-BA e pela modalidade “vaga zero”.

Se tais números podem dar uma pequena ideia do desafio de gerir um hospital público, que normalmente permanece superlotado, pode-se dizer que é esta uma situação que muitos gestores poderiam descrever como a receita para o caos: poucos leitos, muita demanda e as dificuldades quase que naturais advindas do sistema excessivamente burocrático brasileiro.

Desta forma há a necessidade de pensar e agir de maneira eficaz, levando em conta os diversos interesses contidos naquilo que Gonçalves (1998) denomina elegantemente de “naturais demandas sociais geradas na intimidade da sociedade moderna [...]”, sem perder de vista que, novamente, segundo Gonçalves (1998) o hospital faz parte do “rol das instituições fundamentais da comunidade, como são as escolas, as organizações políticas e as instituições religiosas[...]”.

Assim, reconhece-se que é necessário se fazer presente

na sociedade não somente mediante um serviço assistencial eficaz e resolutivo, mas sem perder de vista que para Coltro e Santos (1998)

o hospital também deve ser eficiente do ponto de vista econômico, daí advindo os conflitos inerentes ao fato de que nem sempre esta eficiência econômica é compatível com os trabalhos humanitários do hospital e com a orientação para o melhor serviço [...].

Por isso, deve estar presente também na busca pela excelência do comportamento ético e balizado nas condutas previstas nos códigos sociais identificados, neste caso, a própria gestão hospitalar como um campo de prática da ética. Desde já, salienta-se defender nesse texto a filosofia da prática ética diária no que, talvez, pudesse ser denominado de ética do dia a dia. Aquela que nos impõe a necessidade de sermos coerentes entre discurso e prática, e que permite a realização das ações, ou do agir, através de um processo transparente e democrático, com o envolvimento das partes interessadas de maneira não somente a legitimar e vincular os envolvidos, mas, acima de tudo, de demonstrar que o comportamento ético deve se apresentar em todas as fases e momentos das nossas vidas para corroborar a afirmativa de Coltro e Santos (1998) de que “no caso da ética, nem todos os meios são justificáveis, mas, apenas aqueles que estão de acordo com os fins éticos da própria ação. Fins éticos exigem meios éticos [...]”.

Um Breve Aparte

Quando se trata da gestão de hospitais, especialmente, na esfera pública, é possível inferir que o Brasil possui carências em relação ao perfil do gestor hospitalar. Apesar de ser uma área que está em pleno desenvolvimento, a gestão hospitalar ainda é pouco ofertada como formação profissional e geralmente se apresenta com foco na técnica para a gestão de

hospitais particulares que, por sua vez, apesar da mesma finalidade, possuem estrutura, estratégias, objetivos e valores diferentes da Administração Pública. Além disso, o modelo de recrutamento e seleção de empresas privadas e de empresas públicas é bem distinto. Enquanto que na iniciativa privada busca-se o profissional com determinado nível de formação e qualificação técnica junto a tradicionais escolas do ramo de gestão, em empresas públicas, comumente, o recrutamento e a seleção ocorrem por concurso, com a escolha por área de formação e não necessariamente recrutando o melhor candidato, eventualmente, podendo ser classificado como um descompasso de formação resultado, que, segundo Castelar (2010), pode ser de “desequilíbrios entre o mercado de trabalho e o sistema educacional, ou pela baixa qualidade deste último [...]”.

Antes de prosseguirmos, e para aumentar o dilema da atitude ética num ambiente permeado pela urgência, e como já dito, este sempre beirando o limite do razoável, torna-se necessário compreender a formação do profissional de gestão hospitalar na área pública. É notório que o advento de novas políticas públicas, as dificuldades econômicas do Brasil e uma geração de cidadãos mais conscientes e exigentes de seus direitos têm contribuído para que o sistema público de saúde, especialmente o SUS seja cobrado para cumprir seus objetivos de garantir atendimento de saúde universal, integral e equitativo para a população. Isso se reflete na observação de Cunha e Hortvale (2017 APUD SILVA 2005) sobre a “preocupação com o aumento da capacidade de gerenciamento do sistema de saúde e com a formação de profissionais para fazer frente aos novos desafios na condução da política de saúde [...]”.

Essa constatação denota a necessidade de reconhecer

que, diferente de outros “negócios”, segundo Cunha e Hortvale (2017 APUD PIERANTONI 2006),

os sistemas e serviços de saúde possuem especificidades e requerem a aplicação de diferentes técnicas com base em um referencial teórico-prático das áreas de administração e planejamento em saúde [...].

Observe-se que os autores abordam a necessidade de quebra dos paradigmas administrativo-burocráticos que geralmente afetam a gestão, especialmente diante do novo cenário de formação cidadã que se apresenta nesse século 21. Não poderia, neste caso, ser diferente quanto aos aspectos da formação profissional com ênfase na ética. No entanto, apesar dos esforços em investigar base bibliográfica qualificada e suficiente que verse sobre a formação do gestor hospitalar, tanto no enfoque puramente administrativo quanto no aspecto filosófico da prática da ética, nota-se escassez de estudos que sejam, de forma curiosa, elaborados por profissionais que oriundos das áreas de administração / gestão hospitalar. Isso, de certa forma, dificulta o estudo investigativo, mas por outro, lado demonstra o vasto campo a ser discutido efetivamente fora do contexto da utopia dos pensadores, porém dentro da realidade de gestão que se impõe diariamente aos gestores de hospitais públicos. Essa realidade preocupa e é ratificada novamente por Cunha e Hortvale (2017 APUD PIERANTONI, 2006, p. 125) quando este afirma que:

a formação na área apresenta uma precariedade do ensino da administração e organização dos serviços de saúde, em diferentes cursos de graduação, tanto na área das ciências sociais e da saúde quanto em outros setores do conhecimento [...].

Condições de formação deficitárias fazem prevalecer ainda mais a necessidade de possuir gestores compromissados com os resultados esperados para a coisa pública, mas, antes de

tudo, também, com o comportamento e a atitude ética, o que novamente, leva-nos para a perspectiva de Coltro e Santos de que “o mundo ético não é um mundo de intenções, mas um mundo de ações e de suas consequências. A ética é um saber prático e refere-se à práxis e não a técnico [...]”. Essa característica, percebida de forma realista exige compensação complementar para aplicação do comportamento técnico com a atitude ética. Esta, por seu turno, fundamentará a gestão, através de processos decisórios democráticos, discutidos e legitimados.

Das Práticas Éticas para o Alcance de Resultados Positivos na Gestão em um Hospital Público

Já tratamos sobre a necessidade da ética na formação dos gestores de hospitais públicos que, geralmente, são escolhidos através de concursos públicos e não necessariamente possuem o melhor conhecimento específico para gerir um hospital e suas complexidades.

Sabemos que não existe um manual definitivo do indivíduo ético. Este é o resultado de um determinado momento social e que a ética perpassa do imaginário para as ações dos atores de uma sociedade e que tais ações são ajustadas dentro de uma espécie de “julgamento social” que identifica se tal sujeito tem comportamento ético ou não. De toda forma, verdade é que as pessoas no gozo de faculdades mentais adequadas conseguem perceber se estão sendo éticas ou não, e do mesmo jeito, percebem quando outras pessoas ao seu redor não estão tendo uma conduta ética. Obviamente assim ocorre no mundo da gestão pública ou privada.

Chega-se então, o momento de abordar as práticas identificadas no hospital que podem indicar o delineamento da prática de gestão baseada em atitudes éticas. Para isso resgata-

se Camargo e Pinheiro (2010) que observam que a forma de agir de uma pessoa deve se relacionar com a justiça e ser apropriada ao interesse comum, observando ainda a legitimidade de seus atos através da vinculação dos participantes do processo. Logo, entende-se que na prática de gestão são necessários, além das ferramentas clássicas, pressupostos como: senso de justiça na ação praticada; interesse comum; legitimidade da ação praticada; vinculação dos participantes. A enumeração desses pressupostos não aponta por si só o caminho para a ética, mas ajuda a entender que algumas das ações mais relevantes, dentre aquelas que podem contribuir para a percepção de gestão ética estão lastreadas em senso de justiça, interesse comum, legitimidade e vinculação dos funcionários ao processo.

Por isso, com o objetivo de superar as dificuldades existentes que geralmente estão presentes no processo de gestão de qualquer empresa pública e para entregar ao hospital o nível de reconhecimento e qualidade esperados, entre os anos de 2016 e 2018 os gestores do hospital promoveram as seguintes ações:

1. **Inclusão de todas as categorias de funcionários nas discussões de interesse geral** – Tal medida teve por objetivo o reconhecimento das dificuldades de gestão em realizar ações sem a participação dos empregados do hospital. Neste momento, percebeu-se algo curioso, a maior participação era justamente de empregados das empresas prestadoras de serviços, no hospital, sem emprego público. Os servidores concursados demonstraram pouco interesse e praticamente não compareciam nas reuniões de discussão. Após diversos encontros, em horários e dias alternados, para que fosse possível a

participação dos funcionários, dos diversos plantões, percebeu-se aumento da adesão aos fóruns e elevação do nível de discussão que passou do interesse individual para o interesse coletivo. Os encontros que deveriam ser temporários foram transformados em permanentes e ainda permanecem como locais de discussão e deliberação sobre os mais diversos assuntos do hospital.

2. **Decisões compartilhadas sobre os investimentos do hospital** – As decisões sobre investimentos de recursos financeiros do hospital passaram a ser tomadas após consultas e/ou participação de representantes do corpo funcional. Em decorrência dos fóruns de discussão, parte do valor, que é destinado para investimento, costuma ser colocado em discussão junto às chefias e demais funcionários. Nessas discussões, pode-se deliberar, por exemplo, pela compra de determinado equipamento ou de mobiliário que, pela sua falta ou obsolescência, pode estar afetando os serviços de saúde ou tenha passado despercebido para a gestão do hospital.
3. **Divulgação de todas as atas de reuniões do Colegiado Executivo para reforçar o compromisso com a transparência** – Com o objetivo de manter a transparência das ações de gestão e na busca por aprofundar o processo de *Accountability* no hospital, em 2017 as atas de reuniões de todas as comissões do hospital, inclusive da alta gestão, passaram a ser divulgadas na intranet, com acesso livre para todos os funcionários.
4. **Atração de outros atores (externos) da rede para**

auxiliar no hospital, por exemplo, parcerias com prefeituras – Um dos maiores problemas do hospital é a insuficiência de profissionais em diversas áreas de especialidade tais como anestesiologia e enfermagem. A partir dessa questão foi buscada, por meio do restabelecimento de relações com as Secretarias de Saúde dos diversos municípios da Rede PEBA, a solução para a falta de profissionais. Desta forma, mutirões são realizados regularmente com o apoio dos municípios para minimizar a superlotação. O objetivo é, dentre outros, diminuir a sobrecarga sobre o já insuficiente quadro de funcionários do hospital.

- 5. Discussão aberta com a sociedade sobre assuntos que afligem os funcionários junto ao Ministério Público da União (MPF) e Defensorias Públicas de Pernambuco e Bahia para resolução das questões relacionadas ao funcionamento do sistema de saúde regional** – Ainda como forma de restabelecer a credibilidade do hospital perante os compromissos assumidos junto à população, diversas ações em conjunto com órgãos fiscalizadores estabelecidos para discutir o papel do hospital dentro da Rede PE-BA. Em decorrência dessas ações foi reativada a cúpula da Rede PE-BA que culminou com reuniões e tratativas que envolvem além dos 53 municípios coparticipantes, também os governos dos estados da Bahia e de Pernambuco. Essas discussões levaram os gestores de saúde a discutirem a repactuação do compromisso com a Rede e também buscar alternativas aos diversos problemas que envolvem as

responsabilidades das partes. A questão ainda está em plena discussão e os resultados ainda são limitados, porém, o hospital passou a ter voz ativa nas discussões sobre a temática relacionada à saúde na região.

6. **Elaboração e execução de um Plano de Desenvolvimento Estratégico – PDE.** A elaboração do PDE contou com a participação da maioria dos funcionários do hospital. Inicialmente apenas um pequeno grupo participava da sua construção. No entanto, ainda durante a fase de elaboração, algumas importantes ações começaram a ser deliberadas, tais como a reestruturação de centro cirúrgico, a ampliação de determinados quadros funcionais, a aquisição de novos equipamentos dentre outras medidas. Mesmo com ampla divulgação e convite à participação, notadamente, só se percebeu um aumento do número de envolvidos à medida que algumas ações começaram a ser implantadas e que estavam em consonância com a decisão de grupo, no entanto, sendo no interesse do coletivo. Este momento marca ainda a compreensão dos funcionários de que se estava diante de um novo momento para o hospital pois o PDE inseria a institucionalização de um modelo discursivo e integrador. Como resultado do PDE o hospital: adotou sistema de classificação de risco Manchester; reequipou todo centro cirúrgico; readequou o espaço físico da emergência; criou espaços para novos ambulatorios; ampliou o numero de consultórios; reestruturou todo setor de imagem e diagnóstico, incorporou um novo prédio a sua estrutura criando

espaço para as práticas de ensino e pesquisa; reestruturou toda área de arquivo de prontuários.

7. **Finalmente, mas não menos importante, é o enfrentamento diário de questões menores** como, por exemplo, a falta de materiais cirúrgicos, para que se garanta a realização dos procedimentos agendados. Note-se que esse tipo de questão pode se transformar em algo recorrente dentro de um hospital público, especialmente porque, de fato, pode representar além da falta de planejamento adequado do gestor, a presença de outros interesses nos moldes do “quanto pior melhor” para, justamente, esconder falhas de gestão.

Nota-se que se busca a prevalência da relação entre discurso e prática e persegue-se um modelo de gestão que explicita diariamente esse compromisso. As medidas passam por não interferir na autoridade funcional de enfermeiros, médicos e técnicos. Noutra frente, a melhoria das condições gerais do hospital, a readequação de espaços físicos e o efetivo atendimento de demandas setoriais do próprio hospital reforçam o compromisso de gestão. É dispensada atenção especial dos gestores ao tempo de resposta para os questionamentos da equipe e/ou demandas localizadas, que foi reduzido a praticamente zero, evitando-se que situações de pequena monta se transformem em problemas mais críticos que prejudiquem o funcionamento normal da unidade funcional.

Tal modelo de gestão – mesmo posto diante de uma

conjuntura nada atraente e com viés de cortes de recursos públicos, incertezas econômicas e políticas públicas de saúde pouco integradas - permitiu a junção das áreas de apoio técnico-administrativo com a assistencial abrindo caminho para a superação de dificuldades históricas nas relações de autoridade dentro do hospital. Essa perspectiva de melhoria das relações em razão do comprometimento com atitudes éticas foi bem observada por Cecílio e Mendes (2004), em seus estudos da compreensão de modelos de gestão democráticos em hospitais:

Há uma fascinante e incessante busca de preservação de identidade, de defesa de interesses, de espaços de autonomia, mas também de “boas práticas” por parte dos trabalhadores, muito mais referenciadas aos seus valores individuais, à sua biografia, à sua ética de convicção ou sua visão de mundo e, em boa medida, às suas corporações, do que a um ordenamento racional que a direção pensa poder impor [...].

Quebrando-se a polarização normalmente existente dentro de hospitais, tornou-se possível atrair a atenção dos funcionários para o que realmente importa. Evidentemente esse é ainda um ponto de partida, mas é possível elencar alguns resultados práticos: Em 2015 o hospital realizou 74.566 atendimentos e 3.372 cirurgias. Já em 2017 esses números foram de 80.134 atendimentos e 5.202 cirurgias, revelando crescimento de 7,47% e 54,27% respectivamente. O número de internações hospitalares subiu de 6.152 em 2015 para 8.776 em 2017 com aumento de 42,65%. Em contrapartida, nesse período, outros hospitais da região suspenderam seus atendimentos potencializando o caos já existente e aumentando a dificuldades para a gestão, especialmente por conta da já mencionada vaga-zero.

Ainda assim, em razão do processo de gestão

democrática lastreado pelas atitudes participativas do corpo funcional, foi possível investir, somente em 2017, quase 8 milhões de reais. Estes investimentos foram em equipamentos e na infraestrutura hospitalar, em obediência ao pactuado no PDE e nas deliberações de fóruns promovidos pela gestão do hospital. Saliente-se que o valor liberado referente ao custeio do hospital em 2017 permaneceu no mesmo patamar que tinha em 2015, da ordem de 31 milhões de reais anuais, ou seja, não houve incremento de recursos.

Considerações Finais

Ao observarmos que o comportamento ético pode ser fundamental na percepção de qualidade da gestão e ainda ajudar no fortalecimento de ações que buscam, antes de tudo, fazer determinado serviço público funcionar, notamos que as práticas de gestão no hospital objeto do estudo apresentam alguns diferenciais que permite afirmar a existência de práticas democráticas, dialogadas, de interesse comum e acima de tudo, legitimadas pelo corpo funcional, induzindo a participação da maioria dos funcionários para a consecução dos objetivos do próprio hospital. Obviamente nem todos os problemas estão sequer perto de serem resolvidos. O hospital ainda sofre com equipe profissional reduzida, recebe pacientes de uma rede de saúde com funcionamento deficitário e resultante de políticas públicas de saúde desconectadas com as necessidades da região. Por ser hospital universitário, precisa responder adequadamente às expectativas da comunidade acadêmica, especialmente alunos em processo de formação, apresentando-se como formador profissional de alto nível.

Este estudo, pretensioso em sua essência, buscou demonstrar que é possível manter o compromisso com a ética mediante aplicação de técnicas de gestão, tais como

ferramentas simples de planejamento mas igualmente com atitude democrática e diálogos abertos sustentados em práticas éticas. Estas práticas vão desde o respeito aos profissionais envolvidos no processo, passando por apoiar o paciente no seu direito de ser efetivamente atendido, alcançando a superação das dificuldades de gestão de um hospital, e mitigando problemas decorrentes da desatenção ao necessário comportamento respeitoso aos costumes e práticas sociais: aquilo que pelo senso comum denominamos ética.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2.048**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html>. Acesso em: 28 jan. 2018.

CAMARGO, Sérgio Xavier de; PINHEIRO, Ana Cláudia Duarte. Fundamentação ética do desenvolvimento sustentável em kant, habermas e hansjonas. **Revista do Direito Público**, v. 5, n. 2, p. 177-193, 2010.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira; MENDES, Taniella Carvalho. **Saúde e Sociedade. Saúde e sociedade**, v. 13, p. 39-55, 2004.

COLTRO, Alex; SANTOS, SA dos. A busca da compreensão da racionalidade e da ética da ação administrativa na gestão de uma organização hospitalar pública. **Anais do Enanpad**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, v. 22, 1998.

CUNHA, Maria Luiza Silva; HORTALE, Virginia Alonso. Características dos cursos voltados para a formação em gestão em saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 425-440, 2017.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. Estrutura organizacional do hospital moderno. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 38, n. 1, p. 80-90, 1998.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – HU-UNIVASF. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/web/hu-univasf/nossa-historia>>. Acesso em: 29 jan. 2018.>

IBGE, Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária, 1990, 1992, 1999, 2002, 2005. apud Ministério da Saúde. ver Ministério da Saúde/Indicadores e Dados Básicos - Brasil – 2010. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=MS33>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

LEANDRO, A. S. de L.; AMARAL, T. M.; MENDES, R. J.; SOUSA, A. M.; MELO, C. H. S.; MACHADO, D. C. de S. L.; SILVA, L. O. N. da; SAAD, P. F.; LIMA, R. S. de; MIRANDA, R. R. A. de. Curso de Especialização em Gestão de Hospitais Universitários do SUS: **Plano Diretor Estratégico** / Ministério da Educação, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa. – São Paulo, 2016.

MACEDO, Sheyla Maria Fontenele; CAETANO, Ana Paula Viana. A Ética como Competência Profissional na Formação: o pedagogo em foco. **Educação & Realidade**, v. 42, n. 2, 2017.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. São Paulo: Autêntica, 2017.

ÉTICA E TRABALHO: DESAFIOS E SUA VIVÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Tiago Gama do Nascimento

Introdução

Ética é um ramo da filosofia que estuda os fundamentos da moral. Esta, por sua vez, consiste em um conjunto de princípios e valores de conduta do homem (CUNHA, 2015). De forma simples, o trabalho pode ser entendido como qualquer ocupação manual ou intelectual. Apesar desses três termos serem passíveis de definições simples, estudar o relacionamento da ética e da moral com o trabalho consiste em entender qual a concepção que o ser humano tem sobre o labor (a partir de muitas percepções históricas) e, além disso, considerar a subjetividade humana, como cada ser encara a realidade do trabalho, quais são os seus objetivos, desejos e sentimentos quando trabalha. É importante, ainda, considerar que a faceta profissional é apenas um dos muitos aspectos dos humanos e não pode ser dissociado dos outros. Ética e trabalho, portanto, relacionam-se, tão quanto a ética está relacionada a todas as atividades humanas.

Este texto está estruturado da seguinte forma: Introdução, Material e Método, Desenvolvimento – subdividido em Contextualização Histórica, Problemática e Contribuições da Literatura – Considerações Finais e Referências.

Material e Método

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada

principalmente em livros e artigos científicos relacionados aos temas: ética, moral, trabalho e a relação entre ética e trabalho. O material bibliográfico colhido foi sistematicamente categorizado por assunto; prosseguiu-se o trabalho com a leitura dos livros e trabalhos selecionados e a posterior síntese e exposição escrita dos tópicos mais relevantes.

Desenvolvimento

Contextualização Histórica

A concepção de trabalho sofreu algumas modificações até chegar na ideia atual que se tem sobre este. A forma como o ser humano enxerga o trabalho, a moral e a ética na sociedade atual é carregada das influências históricas sobre o conceito que se tinha sobre o labor, desde a antiguidade até os tempos atuais (SIQUEIRA, 2008). Diante de uma formação tão diversificada, a percepção de trabalho é bastante particular a cada indivíduo e essa diversidade de concepções resulta em um ambiente de trabalho contemporâneo potencialmente conflituoso.

Problemática

A sociedade atual vive sérios problemas por desvios de moral e ética. O desrespeito ao direito do outro impera neste país, no qual o egoísmo e o individualismo estão cada vez mais enraizados na coletividade. Marcondes (2017) está alinhado com essa afirmação ao dizer que “tem se tornado um lugar comum entre nós a constatação de que vivemos uma crise da ética”. O ambiente profissional é mais um espaço onde as individualidades se confrontam, gerando conflitos que podem ser evitados com a discussão profunda relacionada à ética e ao trabalho.

Contribuições da literatura

Ética e moral

Antes de relacionar ética e trabalho, faz-se necessário trazer a definição de ética e, além disso, diferenciá-la de moral. Cotrim e Fernandes (2010) definem moral como o conjunto de normas que orientam o comportamento humano. Acrescenta-se ainda que os valores próprios a uma dada comunidade, ou cultura, formam a base para esse conjunto de normas. Portanto, a existência de códigos morais distintos é resultado das diferenças que podem existir entre os valores de comunidades diferentes (no tempo e no espaço).

Comumente, dá-se à ética a mesma definição de moral supracitada, “quando se diz, por exemplo, que uma pessoa não tem ética, normalmente significa que ela não pauta suas condutas por regras que, se seguidas, evitariam que alguém fosse, de alguma forma, por ela prejudicado” (LA TAILLE, SOUZA E VIZIOLI, 2004). Spitz (1995, apud LA TAILLE; SOUZA E VIZIOLI, 2004) avalia que o termo “ética” é muito utilizado por aqueles que desejam falar de moral sem ousar usar tal palavra: “a palavra moral ‘assusta’, tem uma conotação autoritária, ‘moralista’, e é de bom tom evitá-la” (LA TAILLE, SOUZA E VIZIOLI, 2004). Cotrim e Fernandes (2010) acrescentam sobre a temática:

A palavra ética, por sua vez, vem do grego *ethikos*, “modo de ser”, “comportamento”. Portanto etimologicamente os dois termos querem dizer quase a mesma coisa. No entanto, ética designa mais especificamente a disciplina filosófica que investiga o que é a moral, como ela se fundamenta e se aplica. Ou seja, a ética estuda os diversos sistemas morais elaborados pelos seres humanos, buscando compreender a fundamentação das normas e interdições (proibições) próprias a cada um e explicar seus pressupostos, isto é, as concepções sobre o ser humano e

a existência humana que os sustentam (COTRIM; FERNANDES, 2010).

Desta forma, diferencia-se a moral da ética afirmando que a primeira consiste no conjunto de valores, princípios e regras que norteiam uma determinada sociedade, em um determinado espaço temporal, enquanto a segunda é a reflexão sobre a moral, discutindo seus fundamentos, conteúdos e o valor de suas máximas. La Taille, Souza e Vizioli (2004) aprofundam um pouco a discussão a respeito dessas duas definições ao afirmar que a moral se refere à dimensão do dever enquanto a ética diz respeito à dimensão da felicidade.

Não há pretensão de se esgotar o assunto ética e moral neste trabalho, apenas pretende-se esclarecer que a moral está relacionada a normas e a algum recorte de espaço/tempo, podendo, portanto, ser mutável. A ética, por outro lado, é “uma disciplina teórica sobre uma prática humana. [...] A ética orienta-se também pelo desejo de unir o saber ao fazer, ou seja, busca aplicar o conhecimento sobre o ser para construir aquilo que deve ser” (COTRIM; FERNANDES, 2010).

Para finalizar a reflexão a respeito de moral e ética, traz-se um pensamento de Comte-Sponville e Ferry (1998, apud LA TAILLE, SOUZA E VIZIOLI, 2004): “a moral corresponde à pergunta ‘como devo agir?’, e a ética a outra pergunta: que vida quero viver?”. A moral, portanto, estará normalmente relacionada à obediência às normas da sociedade, a quanto um ser humano consegue se adaptar às regras da época em que vive. A ética, por outro lado, estaria ligada aos anseios do ser humano, à dimensão do prazer e felicidade.

O trabalho e a subjetividade humana

Para falar do trabalho e da forma como o ser humano se

relaciona com este, pretende-se voltar um pouco no tempo e entender historicamente como os humanos se relacionavam com o trabalho nas concepções grega e cristã.

Na antiga Grécia, havia duas concepções de trabalho: o trabalho relacionado à política na organização e na administração da sociedade – visto como sublime – e o trabalho pejorativo, visto como uma condenação à busca pela sobrevivência (SIQUEIRA, 2008).

Na mitologia grega, em particular no mito de Sísifo, há um exemplo do entendimento pejorativo do trabalho braçal. Sísifo, filho do vento, foi condenado pelos deuses a rolar diariamente uma pedra até o topo de uma montanha. O peso e o cansaço fariam a pedra rolar novamente até o chão e, assim, todos os dias esse trabalho teria que se repetir (CABRAL, 2018). Mattos e Ferreira (2005) definem o castigo (trabalho) e a vida de Sísifo como sem futuro, voltado para a única perspectiva que consegue vislumbrar: a espera da morte. Os deuses puniram Sísifo com uma atividade inútil e sem esperança. Siqueira (2008) faz uma conexão entre esse mito e a atualidade:

O mundo de hoje não nos livrou da condenação de Sísifo. O trabalho ainda é visto como um desafio, um fardo, um peso sem o qual a vida individual e societária inexistiria. Ao contrário da condição de Sísifo, que foi obrigado a trabalhar, no mundo contemporâneo o trabalho pode ser concebido como um sacrifício voluntário que todos nós fazemos para construirmos a vida societária e o futuro da humanidade. Se, por um lado, os deuses condenaram Sísifo a um trabalho árduo, inútil e sem esperança, por outro lado, os homens modernos vêm no trabalho um meio de salvação: querem se refazer como homens e superar a sensação de inutilidade, confusão e falta de sentido na vida, algo tão comum ao ser humano quando este vive no ócio (SIQUEIRA, 2008).

É fácil encontrar pessoas que vivem, hoje, a mesma condenação de Sísifo; o sofrimento pela rotina do trabalho, principalmente quando se trata de atividades repetitivas e que não exigem muito da concepção grega do trabalho sublime, que organiza e impulsiona a sociedade; é a condenação do trabalho pela sobrevivência.

Outra forma de enxergar o trabalho por meio da mitologia grega é através do mito de Ícaro, filho de Dédalo. Este último era considerado um dos homens mais habilidosos e criativos de Atenas. Segundo Siqueira (2008), um dos maiores feitos de Dédalo foi construir um grande labirinto para aprisionar o Minotauro a pedido do Rei Minos de Creta. Mas, por ajudar a filha do rei a fugir com Teseu, Dédalo foi condenado à prisão, junto com seu filho, na sua própria invenção.

Por conhecer o labirinto considerado intransponível e por saber que seria impossível escapar por terra ou por mar (controlados pelo Rei Minos), Dédalo, com a ajuda de seu filho Ícaro, juntou penas de aves de vários tamanhos, amarrando-as com fios e fixando-as com cera, para inventar asas. Dédalo advertiu seu filho para que não voasse nem próximo ao mar para que as asas não fossem molhadas, nem tão alto, próximo ao sol, para que o calor não derretesse a cera que colava as penas. “Inebriado pela sensação de liberdade e poder, Ícaro voou alto demais, esquecendo-se das orientações de seu pai. A cera de suas asas rapidamente se derreteu e ele veio a cair no mar” (SIQUEIRA, 2008).

Siqueira (2008) avalia esse mito como uma revelação de uma faceta importante do homem diante do mundo do trabalho: o exercício, por meio do labor, da natureza humana de criatura criativa.

É importante frisar que a sociedade dita do conhecimento, não livrou o homem do peso laboral bruto. Longe de trabalhar para conhecer e se libertar, o que se desenvolve em nossa sociedade é a ideia e a prática de conhecer para trabalhar, conhecer para entrar no mundo do trabalho, ser um bom profissional (SIQUEIRA, 2008).

Apresentados os dois mitos que contam um pouco da concepção grega a respeito do trabalho, tanto a concepção pejorativa quanto a sublime, é importante ainda apresentar um pouco sobre a concepção cristã, que é tão presente na sociedade.

Hoffner (1986, apud SOUZA FILHO, 2015) define o trabalho como “atividade humana consciente, séria e objetiva das capacidades mentais e corporais do homem para realização objetiva de valores que, por sua vez contribuem para a realização do homem”. Tal trabalho, entretanto é percebido de diferentes formas ao longo da história da humanidade, variando ainda de acordo com a cultura e a época da sociedade.

Em relação à concepção de trabalho durante a Idade Média, “Santo Tomás de Aquino (1221-1274), teólogo e filósofo cristão, referia-se ao trabalho como um ‘bem árduo’, por meio do qual cada indivíduo se tornaria um ser humano melhor” (COTRIM; FERNANDES, 2010).

As classes altas, os monges e o clero, dedicavam-se à ciência, arte, gramática, serviço religioso e caritativo (opera liberalia), enquanto que a nobreza se dedicava-se à guerra e à fruição do lazer (caça, jogos e festas na corte), não sendo consideradas estas atividades mais nobres como trabalho (SOUZA FILHO, 2015).

Segundo Cotrim e Fernandes (2010), há uma novidade na compreensão de trabalho. De acordo com o cristianismo

medieval, o trabalho passou a ser visto como um meio de sofrimento que iria servir de provação e fortalecimento do espírito para alcançar o reino celestial.

Na Idade Moderna, com a ascensão tanto dos ideais humanistas do renascimento quanto da burguesia, há uma transformação na concepção do trabalho. Conforme Cotrim e Fernandes (2010) destacam, foi nesse período que se desenvolveu o protestantismo e o trabalho foi revalorizado, enfatizando-se o sucesso econômico.

Segundo a ética calvinista, o sucesso econômico era visto como bênção divina, para a qual o homem estaria destinado antes mesmo de nascer. Também seria obrigação do homem ter uma vida ativa e lucrativa, pautada pelo trabalho, não se circunscrevendo apenas ao físico, mas também as atividades científicas, criativas e de ensino (SOUZAFILHO, 2015).

Portanto, a partir dessa visão, o ser humano deveria ter uma vida ativa, lucrativa e baseada no trabalho (COTRIM; FERNANDES, 2010).

Trazendo um pouco da concepção de trabalho, na Idade Contemporânea, Cotrim e Fernandes (2010) trazem os pensamentos do filósofo alemão Friedrich Hegel e do filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista Karl Marx. O primeiro define o trabalho como elemento de autoconstrução do ser humano, destacando o aspecto positivo do trabalho, pois o indivíduo, além de se formar e se aperfeiçoar através do labor, pode se libertar pelo do domínio que exerce sobre a natureza. Marx, apesar de também enfatizar o aspecto fundamental do trabalho, destaca o papel negativo deste nas sociedades capitalistas, pois a liberdade do trabalhador assalariado é questionada a partir do momento que este se vê obrigado a vender sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção por não ter outra opção de sobrevivência.

Para concluir a revisão acerca das concepções grega, cristã e história do trabalho, são apresentadas as considerações de Souza Filho (2015) a respeito da percepção cristã do trabalho:

O trabalho humano é visto como uma participação na obra de Deus. O trabalho, pois, é um elemento fundamental para a dignidade da pessoa. E não só isso, dá-nos a capacidade de nos mantermos, a nós e à nossa família, mas também de contribuir para o crescimento da própria Nação (SOUZAFILHO, 2015).

Em uma direção oposta a essa concepção de trabalho, Siqueira (2008) afirma que a sociedade atual consome o ser, desvaloriza a vida, desvaloriza a subjetividade do sujeito e o transforma em um ser maquinal. A explicação para essa realidade pode ser cultural, conforme a Quadro 1:

Quadro 1: Imperativos culturais segundo Fritjof Capra (1996, apud SIQUEIRA, 2008).

Pensamentos	
<i>Auto afirmativo</i>	<i>Integrativo</i>
Racional	Intuitivo
Análise	Síntese
Reducionista	Holístico
Linear	Não-linear
Valores	
<i>Auto afirmativo</i>	<i>Integrativo</i>
Expansão	Conservação
Competição	Cooperação
Quantidade	Qualidade
Dominação	Parceria

Fonte: Adaptado de Siqueira (2008).

Fritjof Capra (1996, apud SIQUEIRA, 2008) defende que os valores e pensamentos da sociedade estão desequilibrados em direção ao auto afirmativo,

Significa dizer que investimos esforços físicos e cognitivos para construir uma sociedade fundada na ciência, na técnica, na racionalização, na especialização, na materialidade, no pragmatismo econômico. Todo um sistema cultural, econômico, político e intelectual foi construído e alimentado por esse conjunto de pensamentos e valores auto-afirmativos. A balança está desequilibrada, pensa, porque a nossa cultura privilegiou exageradamente os pensamentos auto-afirmativos e os valores auto-afirmativos (SIQUEIRA, 2008).

Portanto, a solução para uma sociedade mais harmônica seria buscar um equilíbrio entre os pensamentos/valores auto afirmativos e integrativos, implicando “uma proposta ética do homem diante da natureza, da sociedade, da vida e de si mesmo” (SIQUEIRA, 2008).

“Antes o homem buscava adaptar o mundo a seu mundo, hoje é o homem que tenta desesperadamente se adaptar ao mundo que ele mesmo criou” (SIQUEIRA, 2008). O trabalho - que surgiu como uma forma de o homem adaptar o mundo ao seu redor para que atendesse às suas expectativas, seus desejos e necessidades - tornou-se protagonista na sociedade atual. A invenção humana, a máquina, passa agora a funcionar como fonte de inspiração para aqueles que a criaram.

A devastadora lógica da eficácia pela eficácia gera um ser humano fechado em si mesmo, inseguro, medroso, individualista, ansioso, mas habilidoso tecnicamente para suprir as exigências do mercado tecnológico ou as demandas do mundo do trabalho. O homem está competindo com a própria máquina, símbolo de sua criação. A criatura agora serve de modelo para o criador se recriar (SIQUEIRA, 2008).

Siqueira (2008) ainda defende que nessa sociedade construída em torno de pensamentos e valores auto afirmativos (quantificação, exploração, dominação e acumulação), o homem se torna apenas uma peça de uma engrenagem maior.

Como um exemplo da transformação do homem em máquina, traz-se um tema bastante comum nos hospitais que é a humanização hospitalar. É necessário estar constantemente lembrando a seres humanos que estes estão lidando com outros seres também humanos e que não se trata de máquinas atacando sintomas ou defeitos em outras máquinas.

Em virtude do acelerado processo técnico e científico no contexto da saúde, a dignidade da pessoa humana, com frequência, parece ser relegada a um segundo plano. A doença, muitas vezes, passou a ser o objeto do saber reconhecido cientificamente, desarticulada do ser que a abriga e no qual ela se desenvolve. Também, os profissionais da área da saúde parecem gradativamente desumanizar-se, favorecendo a desumanização de sua prática. Desse modo, a ética, por enfatizar os valores, os deveres e direitos, o modo como os sujeitos se conduzem nas relações, constitui-se numa dimensão fundamental para a humanização hospitalar (BACKES; LUNARDI; LUNARDI FILHO, 2006).

Ainda segundo Backes, Lunardi e Lunardi Filho (2006), mesmo em meio a tantos avanços tecnológicos e possibilidades de melhoria da assistência hospitalar e de sua humanização, os recursos parecem estar direcionados à estrutura física dos prédios, à alta e moderna tecnologia e a outros processos que não, necessariamente, resultam em mudanças na cultura organizacional em direção à humanização do trabalho e do cuidado enquanto expressão da ética. Portanto, ressalta-se a importância da “humanização dos humanos”; lembrar aos trabalhadores que não são máquinas

nem estão cuidando de máquinas. É necessário deixar um pouco de lado a lógica produtivista para focar um pouco na subjetividade humana, tanto do profissional quanto do paciente.

Ética e trabalho

A exposição dos tópicos acima teve como objetivo mostrar que vários são os fatores culturais, históricos e sociais que influenciam a relação humana com a ética, com o trabalho e com os outros humanos. “O homem profissional expressa apenas uma dimensão daquilo que ele é em sua amplitude. É nesse contexto e nessa dimensão do labor que é possível tratar de ética e trabalho” (SIQUEIRA, 2008). É sensato, portanto, tratar de ética como algo mais universal, mais abrangente, intrínseco ao ser humano em todas as dimensões de sua vida, inclusive no ambiente profissional.

Seria incoerente se alguém que vive uma vida totalmente afastada da ética e da moral conseguisse agir eticamente no trabalho. Nesse sentido, Siqueira (2008) defende uma “ética do gênero humano a partir da qual o homem possa ser considerado dignamente homem em qualquer situação”, independente de cultura e tempo, uma condição que vai além do profissional. O autor é muito coerente ao enxergar o entrelaçamento da ética com o trabalho: “o trabalho deve passar a ser uma forma do homem melhorar a sua humanidade”.

Dentre os inúmeros problemas relacionados à ética e ao trabalho, podem ser citados os seguintes: fofocas, intrigas, desvios financeiros e materiais, pessoas que não aceitam opiniões e acham que sabem de tudo, “puxadores de tapetes”, uso pessoal do computador e do telefone no horário de trabalho e romance no local de trabalho. Bennett (2012) cita

ainda algumas questões graves que podem terminar em brigas judiciais: falsificação de currículos, plágio, sabotagem, assédio sexual (e moral), suborno e violência no local de trabalho. A autora afirma que a ética no local de trabalho se fundamenta em fazer o que a empresa (ou quem paga o seu salário) espera de você e ainda incentiva que se deve perguntar quando não souber qual é a coisa certa a se fazer:

É essencial estabelecer uma comunicação boa e clara no ambiente de trabalho. Algumas empresas trabalham junto aos funcionários para chegar a um consenso acerca dos valores éticos corporativos e, então, os publicam, como um meio de desenvolver o diálogo sobre a ética. Tais diretrizes ajudam as pessoas a parar antes de tomar uma decisão envolvendo questões éticas – uma pausa para considerar todas as ramificações de uma decisão específica: para si, para os colegas, para a gerência e, em alguns casos, para os acionistas (BENNETT, 2012).

Focando os relacionamentos no local de trabalho, Bennett (2012) traz algumas consequências indesejadas: há riscos financeiros e legais. Relacionamentos entre superiores e subordinados podem gerar situações desagradáveis: os subordinados podem ter problemas para terminar uma relação não desejada, pelo risco de sofrer vingança e, ainda, podem alegar coação para manter o relacionamento. Outro viés é o risco de os colegas citarem tratamento privilegiado ao subordinado por manter um relacionamento com o superior, o que pode resultar em tratamento diferenciado pelos colegas e o empregador pode enxergar nessa pessoa a causa de problemas interpessoais no ambiente de trabalho. Portanto, relacionamentos no ambiente de trabalho podem causar alguns problemas éticos.

Diniz (2013) traz algumas dicas de como ser ético no ambiente profissional:

- Saber ouvir: ouvir os companheiros de trabalho pode levar o profissional a melhores decisões. Boas ideias podem surgir de onde menos se espera.

- Saber trabalhar em equipe: a união dos potenciais e capacidades dos integrantes de uma equipe normalmente resultarão em maior qualidade do que o trabalho isolado.

- Não fazer fofocas: Na maioria das vezes a fofoca diz mais sobre quem está propagando-as. É ideal se afastar tanto das fofocas quanto das pessoas que costumam propaga-las.

- Não corrigir as pessoas na frente de outras: corrigir as pessoas publicamente só resultará em humilhação e intrigas. Essas conversas devem ser realizadas em locais reservados.

- Apelidos e brincadeiras: devem ser evitados, pois as pessoas tem tolerâncias diferentes a apelidos e brincadeiras e o exagero pode resultar em problemas sérios.

- Pontualidade: “Algumas empresas consideram muito a pontualidade, usando-a como forma de julgar o caráter, competência e comprometimento dos colaboradores”;

- Não abusar do poder: é aconselhável manter sempre uma atitude clara, de respeito e de colaboração com todos;

Considerações finais

É perceptível que a concepção de trabalho varia de acordo com a cultura e a época. Além disso, é fácil notar, na nossa sociedade, pessoas que lidam de formas diferentes com sua própria percepção de trabalho. Há pessoas que se sentem castigadas como Sísifo, deslumbradas feito Ícaro. Há os que veem o trabalho como “bem árduo” para se tornar um ser humano melhor, como afirma São Tomás de Aquino, e há, ainda, os que enxergam o trabalho como meio de sofrimento

para que possam se fortalecer e entrar no reino do céu.

Facilmente, ainda podem ser encontrados seres humanos que se identificam com a lógica da vida ativa e lucrativa, conforme defenderam os calvinistas da Idade Moderna. Há os que encaram o trabalho como forma de autoconstrução e ainda os que se veem obrigados a vender a força de trabalho como única forma de sobrevivência. Por fim, ainda, há trabalhadores que se sentem construindo um mundo melhor através da sua atividade.

Diante de tantas concepções diferentes convivendo, muitas vezes, no mesmo ambiente, é sensato perceber o ambiente profissional como um potencial espaço de conflitos. É importante lembrar que são seres com suas subjetividades coexistindo e trabalhando, pelo menos tentando, por algum objetivo coletivo. Não é tão fácil disciplinar os seres humanos como programar máquinas. Por mais que se faça um esforço enorme, tanto externo quanto interno, para disciplinar os seres como máquinas, é preciso entender que vários fatores diferenciam os criadores da sua criatura.

Aqueles valores e pensamentos que para Fritjof Capra (1996, apud SIQUEIRA, 2008) estão desequilibrados em direção ao auto afirmativo precisam encontrar um equilíbrio em direção aos valores e pensamentos integrativos (holístico, não linear, conservação, cooperação e parceria).

Por mais que as motivações para trabalhar sejam distintas, ética e trabalho só podem existir simultaneamente se buscarem o bem comum, que pode ser da humanidade, da sociedade, de uma nação ou de uma empresa em particular. As dicas e situações de atitudes éticas citadas no ambiente profissional são apenas exemplos que podem ser bem resumidos por Bennett (2012) quando afirma que ser ético no

trabalho é fazer o que a empresa espera de você e não agir de forma a prejudicar quem paga o seu salário. Ainda entendendo o profissional apenas como uma faceta do ser humano, uma parte do todo, esse tipo de atitude respeitosa com o outro deve ser um caminho ético a ser percorrido por todos em todos os ambientes.

Referências

BACKES, D. S.; LUNARDI, V. L.; LUNARDI FILHO, W.D.; A humanização hospitalar como expressão da ética. **Rev Latino-am Enfermagem** janeiro-fevereiro/2006.

BENNETT, Carole. **Ética profissional**. Tradução Martha Malvezzi Leal. 2 ed. São Paulo: CengageLearnig; Editora Senac: Rio de Janeiro, 2012.

CABRAL, João Francisco Pereira. "O mito de Sísifo e sua conotação contemporânea";BrasilEscola. Disponível em:<<http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/o-mito-sisifo-sua-conotacao-contemporanea.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos de filosofia**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CUNHA, Carolina. **Ética e moral: Qual é a diferença?** 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/etica-e-moral-qual-e-a-diferenca.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2018

DINIZ, Lumara. **Ética nas relações no trabalho**. 28 out. 2013. Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/etica-nas-relacoes-no-trabalho/73845/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

LA TAILLE, Y. de; SOUZA, L. S.; VIZIOLI, L. Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 91-108, 2004

MARCONDES, Danilo. **Crise da ética e sociedade brasileira**. 03 Mai. 2017. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/crise-da-etica-e-sociedade-brasileira/>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

MATTOS R.M.; FERREIRA R.F. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. **Estudos de Psicologia**, 2005. janeiro-março; 22(1):23-32

SIQUEIRA, Ailton. Ética e trabalho. **CONTEXTO** - v.3, n.3, jan-jul/2008, p. 27-44

SOUZA FILHO, Oscar Vasconcelos de. Visão Cristã do Trabalho. **Revista de Magistro de Filosofia**. Ano VIII. N. 15. Anápolis-GO: Faculdade Católica de Anápolis, 2015.

Agradecimento aos apoiadores:

A realização de um grande sonho exige um grande esforço. Exige ainda, o apoio de familiares, amigos e pessoas que sempre queremos por perto em nossa caminhada. É com muita satisfação, que os autores e organizadores desta obra agradecem aos apoiadores que ajudaram a tornar esse sonho realidade:

1. ALBERTO SÉRGIO MODESTO LEAL
2. ALEXANDRE BORIN
3. ANDERSON COSTA SILVA
4. ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA
5. ANTÔNIO LEANDRO SILVA AGUIAR
6. ANTÔNIO RICARDO PEREIRA DE JESUS
7. CLEMILSON DOMINGOS R. SANTANA FILHO
8. CRISTIANO DOS SANTOS SILVESTRE
9. EDSON LUIS QUADROS DA SILVA
10. EDVAL ALLEX MÜLLER OLIVEIRA E SILVA
11. ELISSON CASTRO
12. FÁBIO QUERINO GONÇALVES
13. FERNANDO CARLOS PSARSKI CABRAL
14. FRANCISCO EFÍSIO DA SILVA
15. HELANO TEIXEIRA MOREIRA
16. HELI ANDRÉ BENTO COSTA
17. JEFFERSON ARAÚJO VERAS
18. JEFFERSON EMANUEL OLIVEIRA EVANGELISTA
19. JESIEL MARCELINO DA SILVA JÚNIOR
20. JOÃO ABELARDO COSTA RAMOS
21. JORGE CARLOS CHARLES DE LYRA
22. JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES
23. JOSÉ FELIX
24. JOSÉ IDEÍLDO FARIAS
25. JURANDY PONTES DA COSTA
26. LUCIANA GOMES
27. LUIS VINÍCIUS SOUZA

- 28.MÁRCIO LIMA DE CARVALHO
 29.MARINA VELOSO DE MELO DOS SANTOS
 30.MIRAN DIAS E SÍLVIO HOMERO
 31.PAULO CESÁR (PC)
 32.PAULO VICENTE GOMES DA SILVA FILHO
 33.RENNER PADILHA
 34.RODRIGO PEREIRA
 35.ROSIANE FLÁVIA RODRIGUES
 36.SONJA TELMA COSTA SANTOS
 37.THELMA RAMOS CAVALCANTI DE LIMA
 38.THIAGO MESQUITA VIEIRA
 39.VANESSA DIAS DA SILVA RAMOS

INGLÊS AECUS

"A falta de valores morais e o querer levar vantagem em tudo, tornam o homem sem ética e insensível às necessidades dos outros no meio em que ele vive".

Júlio Bernardino

SINDICATO NACIONAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS - SINAGÊNCIAS

"A ética no serviço público deve ser compreendida e apreendida em seu todo. E passa pela atuação e posturas de um cotidiano correto, desde o mundo privado ao público, no profissional e no exemplo".

Alexnaldo Queiroz

TOTENS MÍDIA

"Faça da sua imagem o seu cartão de visitas. E das suas atitudes, o caminho para as próximas".

Renata Mercês Passos

"A valorização da ética é uma ferramenta indispensável para a existência de uma sociedade justa e democrática."

José Renato do Rosário

“Fazer o bem ao outro, na proporção que deseja receber, é ser ético.”

Hélio Alves dos Santos

"Uma liderança contagia positivamente pelo exemplo, pautado pela coerência entre o falar e o agir dos valores que norteiam uma sociedade tão plural."

Rosângela Maria Monteiro de Menezes

" A Ética deve ser a bússola de todo profissional."

Cemirames Muniz Rocha

"A gestão pública deve andar de mãos dadas com a ética."

Adolfo Emanuel Monteiro de Menezes

"Temos por Ética na gestão pública o tratamento dispensado aos cidadãos sem a concessão de privilégios."

João Pedro Dias Neto



Daniel Muniz Rocha do Nascimento
Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Especialista em Segurança do Trabalho pela Faculdade Integradas de Jacarepaguá (FIJ), Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf).



Marcos Alberto de Araújo
Graduado em Administração (Univasf). Especialista em Gestão Estratégica e Marketing (Facel) e Gestão Pública (Univasf). Mestrando em Propriedade Intelectual e Inovação para Transferência de Tecnologia (Univasf) e Professor Uninassau.



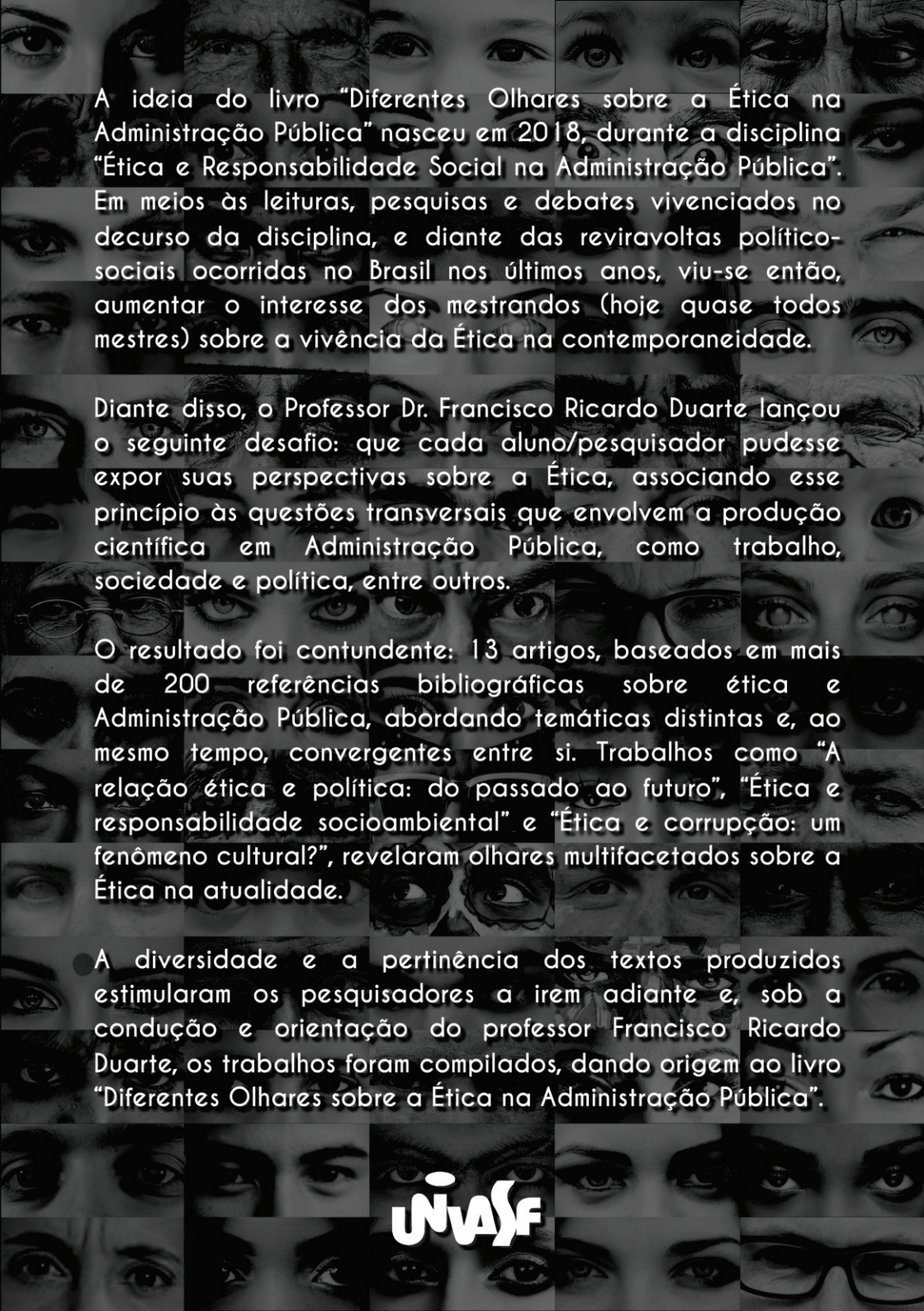
Francisco Ricardo Duarte
Graduado em Administração (UEL), Filosofia (Católica de Anápolis) e Pedagogia (UFPI). Especialista em Gestão de Pessoas com Ênfase em Gestão por Competência (Ufba). Mestre em Administração (UEL) e Doutor em Difusão do Conhecimento (Ufba). Professor adjunto IV da Univasf



Mírian Lucia Pereira
Graduada em Comunicação Social - Relações Públicas pela Esurp; Graduada em Tecnologias da Informação e da Comunicação: Redes de Computadores pelo Unibratex e graduanda em Administração Pública na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). É Especialista em Administração Pública e Gerência de Cidades (Uninter) e Mestra em Administração Pública pela Univasf. Atualmente, é servidora federal nessa Universidade.



Júlio Cezar Costa Ramos
Graduado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade do Norte do Paraná (Unopar). Bacharelado em Administração Pública Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Especialista em Administração Pública (Univasf). Mestre em Administração Pública (Univasf).



A ideia do livro “Diferentes Olhares sobre a Ética na Administração Pública” nasceu em 2018, durante a disciplina “Ética e Responsabilidade Social na Administração Pública”. Em meios às leituras, pesquisas e debates vivenciados no decurso da disciplina, e diante das reviravoltas político-sociais ocorridas no Brasil nos últimos anos, viu-se então, aumentar o interesse dos mestrandos (hoje quase todos mestres) sobre a vivência da Ética na contemporaneidade.

Diante disso, o Professor Dr. Francisco Ricardo Duarte lançou o seguinte desafio: que cada aluno/pesquisador pudesse expor suas perspectivas sobre a Ética, associando esse princípio às questões transversais que envolvem a produção científica em Administração Pública, como trabalho, sociedade e política, entre outros.

O resultado foi contundente: 13 artigos, baseados em mais de 200 referências bibliográficas sobre ética e Administração Pública, abordando temáticas distintas e, ao mesmo tempo, convergentes entre si. Trabalhos como “A relação ética e política: do passado ao futuro”, “Ética e responsabilidade socioambiental” e “Ética e corrupção: um fenômeno cultural?”, revelaram olhares multifacetados sobre a Ética na atualidade.

A diversidade e a pertinência dos textos produzidos estimularam os pesquisadores a irem adiante e, sob a condução e orientação do professor Francisco Ricardo Duarte, os trabalhos foram compilados, dando origem ao livro “Diferentes Olhares sobre a Ética na Administração Pública”.